



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA**

**AMANDA QUINTELA DE CASTRO**

**“RESERVAS DO CAPITAL”: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA  
RESERVA EXTRATIVISTA DO BATOQUE/ AQUIRAZ – CE**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2018**

AMANDA QUINTELA DE CASTRO

“RESERVAS DO CAPITAL”: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA RESERVA  
EXTRATIVISTA DO BATOQUE/ AQUIRAZ - CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia. Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenamento de Territórios de Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

Orientadora: Profa. Dra. Andrea  
Almeida Cavalcante

FORTALEZA – CEARÁ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

CASTRO, Amanda Quintela de .  
"Reservas do Capital": conflitos socioambientais  
na Reserva Extrativista do Batoque/ Aquiraz - CE  
[recurso eletrônico] / Amanda Quintela de CASTRO. -  
2018.  
1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do  
trabalho acadêmico com 145 folhas, acondicionado em  
caixa de DVD Elim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) Área de  
concentração: Análise Geoambiental e Ordenamento de  
Territórios de Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.  
Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dra. Andrea Almeida Cavalcante.

1. Unidade de Conservação. 2. RESEX. 3. Reservas  
do Capital. 4. Conflitos socioambientais. 5.  
Batoque. I. Título.

**AMANDA QUINTELA DE CASTRO**

**“RESERVAS DO CAPITAL”: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA RESERVA  
EXTRATIVISTA DO BATOQUE/ AQUIRAZ – CE.**

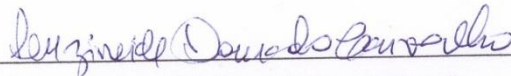
Trabalho apresentado ao Programa de Pós  
Graduação em Geografia – CCT/UECE,  
como requisito parcial para obtenção do  
Título de Mestre em Geografia, Área de  
Concentração: Análise Geoambiental e  
Ordenamento de Territórios de Regiões  
Semi-Áridas e Litorâneas.

Aprovada em: 03 de agosto de 2018.

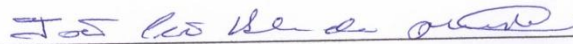
**BANCA EXAMINADORA**



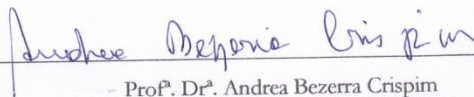
Prof.ª. Dr.ª. Andrea Almeida Cavalcante (Orientadora)  
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof.ª. Dr.ª. Luzineide Dourado Carvalho  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB



Prof. Dr. João César Abreu de Oliveira Filho  
Universidade Federal do Ceará - UFC



Prof.ª. Dr.ª. Andrea Bezerra Crispim  
Centro Universitário Católica de Quixadá– UNICATÓLICA

Aos três homens de minha vida:  
Clemente, Pedro Henrique e Guilherme.  
Com todo o meu amor.

## AGRADECIMENTOS

A caminhada foi longa e árdua, não cheguei até aqui sozinha. As trilhas que percorri vão para além da seara acadêmica. Tento, portanto, materializar minha escolha metodológica no meu cotidiano, enquanto uma escolha política e uma maneira de enxergar a realidade. Existem pessoas que me ajudam diariamente nessa empreitada.

Ao meu querido e estimado pai, José Clemente de Castro, que desde meu nascimento se empenha em prol da minha formação, inspirando-me a escolher minha área de estudo, pois quando criança saiu de Aquiraz para tentar “vencer na vida” na capital cearense. Meu exemplo de determinação, garra e humildade. Muito obrigada!

Ao meu companheiro de vida, Pedro Henrique, parceiro de momentos bons e ruins, sempre disposto a me acalantar e ajudar nas intempéries da vida e nos percalços da pesquisa acadêmica. Fez-me perceber, enquanto um exímio filósofo, como é importante a apropriação do método a partir de suas sugestões de leitura. Obrigada por ser esse pai maravilhoso para o nosso filho, meu alento nos momentos de desespero, o amor incomensuravelmente.

Ao meu pequeno, tão amado, Guilherme Henrique, que chegou em minha vida para me fazer provar do amor mais sublime, voraz, surreal, o amor materno. Ele me instiga cotidianamente a ser uma pessoa melhor, a ver a vida por outros prismas. Era o meu maior incentivo para a escrita desta pesquisa. Seu sorriso me dá forças para lutar por um mundo melhor, menos desigual, mais tolerante.

A minha mãe Vivaldecir Quintela, a qual me acolheu desde minhas primeiras horas de vida e sempre contribuiu com a minha formação.

A minha sogra Ana Kleibe Araújo, pelo apoio nos cuidados com Guilherme, incentivo e amizade. Acolheu-me como filha e foi meu porto seguro no puerpério e durante a escrita da qualificação. Eu tive muita sorte em te ter no meu caminho, obrigada por tudo.

Ao meu querido amigo, Ms. Carlos Josué de Assis, de início meu orientador na graduação e posteriormente se tornou um estimado amigo. O grande encorajador para meu ingresso no curso de mestrado. Sempre solícito em minhas inquietações. Parceiro de AGB e na luta por um mundo mais justo.

A minha orientadora, Dra. Andrea Almeida Cavalcante, pela disponibilidade, compreensão e paciência. Mesmo não sendo sua área de estudo me acolheu assim que a

procurei, após o falecimento de minha então orientadora Cláudia Grangeiro (*in memorian*). Uma pessoa humana, acessível. Gratidão!

Ao meu amigo Luan Pinheiro, que me apresentou ao Batoque no ano de 2010 me deixando muito intrigada com o que vi.

Aos meus amigos da turma de Geografia/ Bacharelado 2008.2, Bárbara Gomes, Rafael Sobral. Irmãos que a geografia me deu.

Ao amigo que conquistei na turma de mestrado em Geografia 2016 – PROPGeo/ UECE, Oricélio Brindeiro, pela ajuda no texto, consecução dos mapas e nas conquistas da vida.

À gestão AGB Fortaleza 2016-2018, da qual faço parte, por me fazer enxergar como o papel do geógrafo na sociedade é algo que pode ser transformador e revolucionário. Obrigada Carlos Josué, Rachel Facundo, José Bruno, Sharon Dias, Rafael Sobral e Bárbara Gomes.

À comunidade do Batoque, pela troca de ideias, receptividade, informações, cooperação e disponibilidade. Recebem-me tão bem que me sinto em casa! Em especial à Dona Odete, Pedro Hermes, Olivier e Dona Josefa.

À professora Dra. Claudia Maria Magalhães Grangeiro (*in memorian*) por ter sido, durante sua estadia terrena, minha referência de docente, humana, comprometida e humilde.

Ao professor Dr. João César Abreu de Oliveira Filho, pelas indicações de leitura e contribuições na qualificação.

À professora Dra. Andrea Crispim, pela relevante ajuda com os mapas e na organização textual após a qualificação. Sempre solícita.

Às funcionárias do PROPGeo/ UECE Adriana Livino, Nívia Oliveira e Aparecida pela prontidão e auxílio.

À CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração e consecução desta pesquisa.

“...os comunistas não se rebaixam a ocultar suas opiniões e os seus propósitos. Declaram abertamente que os seus objetivos só poderão ser alcançados pela derrubada violenta de toda ordem social existente. Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista. Nela, os proletários nada tem a perder e não ser suas prisões, tem um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, unidos!...”

(Karl Marx)

## RESUMO

A praia do Batoque, em Aquiraz – CE é o lugar onde vive uma comunidade que tenta resistir à especulação imobiliária e aos grileiros que permeiam o litoral cearense. Essa luta resultou na criação da reserva extrativista (RESEX) do Batoque. Esta deveria vir para “proteger” a comunidade da entrada de grandes capitalistas, a fim de estabelecer a posse aos moradores, mas tem se mostrado na verdade como “reserva do capital”, na qual os conflitos socioambientais refletem as contradições impostas pela pressão capitalista. Nesse contexto busca-se compreender os conflitos socioambientais, por meio da relação sociedade/natureza engendradas na reserva extrativista da praia do Batoque, situada no município de Aquiraz. A partir da discussão da relação sociedade/ natureza à luz dos conflitos socioambientais em Batoque, busca-se fornecer informações que enriqueçam a prática da pesquisa científica. Utiliza-se o método materialismo histórico dialético para a análise da realidade. Para tanto parte-se de um levantamento bibliográfico, pesquisa documental, elaboração de mapas, visitas à campo, constituição de acervo fotográfico e aplicação de entrevistas semiestruturadas. Portanto, esta dissertação vem no sentido de denunciar como esses territórios, instituídos enquanto reservas extrativistas, tomando o Batoque como modelo, estão sendo pressionados e cooptados pelo processo de acumulação capitalista. Estes são resguardados por uma legislação dentro de um Estado que não as fiscaliza, pois não é de interesse que essas comunidades resistam, mas que gerem mais dividendos. Assim, a criação da reserva, na verdade acaba não beneficiando a comunidade, uma vez que o alinhamento com o Estado traz um conjunto de entraves políticos que tendem a enfraquecer o movimento de resistência, levando esse a declinar.

**Palavras-chave:** Unidade de conservação. RESEX. Reservas do capital. Conflitos socioambientais. Batoque. Ceará.

## **ABSTRACT**

The beach of Batoque, in Aquiraz - CE is the place where a community lives that tries to resist the real estate speculation and grileiros that permeate the coast of Ceará. This struggle resulted in the creation of the Batoque Extractive Reserve (RESEX). This should come to "protect" the community from the entry of large capitalists in order to establish tenure for the residents, but it has in fact been shown as a "reserve of capital", in which socio-environmental conflicts reflect the contradictions imposed by capitalist pressure. In this context it is sought to understand the socio-environmental conflicts, through the society / nature relationship engendered in the extractive reserve of Batoque beach, located in the municipality of Aquiraz. From the discussion of the society / nature relationship in the light of socio-environmental conflicts in Batoque, we seek to provide information that enriches the practice of scientific research. The dialectical historical materialism method is used for the analysis of reality. For this, a bibliographical survey, documentary research, elaboration of maps, visits to the field, constitution of photographic collection and application of semistructured interviews were made. There fore, this dissertation comes to denounce how these territories, instituted as extractive reserves, taking the Batoque as a model, are being pressured and co-opted by the process of capitalist accumulation. They are protected by legislation within a state that does not supervise them, as it is not of interest that these communities resist, but generate more dividends. Thus, the creation of the reserve actually does not benefit the community, since alignment with the state brings with it a set of political obstacles that tend to weaken the resistance movement, causing it to decline.

**Keywords:** Conservation unit. RESEX. Reserves of capital. Socio-environmental conflicts. Batoque. Ceará.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 – Praia da Marieta localizada na RESEX Marinha Maracanã.....</b>	<b>49</b>
<b>Figura 2 – Protesto na RESEX marinha de Cassurumbá.....</b>	<b>56</b>
<b>Figura 3 – Folder de conscientização da reprodução do caranguejo.....</b>	<b>59</b>
<b>Figura 4 – Mapa da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).....</b>	<b>66</b>
<b>Figura 5 – Perfil esquemático da Resex do Batoque.....</b>	<b>69</b>
<b>Figura 6 – Estrada que liga Pindoretama a Batoque (2015) .....</b>	<b>77</b>
<b>Figura 7 – Estrada que liga Pindoreta a Batoque (2017).....</b>	<b>77</b>
<b>Figura 8 – Cronologia do histórico de luta pelo território em Batoque.....</b>	<b>79</b>
<b>Figura 9 – Casa que invadiu o campo de dunas móveis.....</b>	<b>81</b>
<b>Figura 10 – Casa que resiste a movimentação das dunas móveis.....</b>	<b>82</b>
<b>Figura 11 – Vegetação da Tabuba ao redor da Lagoa interdunar intermitente.....</b>	<b>83</b>
<b>Figura 12 – Lixo espalhado nas ruas secundárias em Batoque.....</b>	<b>84</b>
<b>Figura 13 – Lixo dentro do manguezal em Batoque.....</b>	<b>85</b>
<b>Figura 14 – Casa à venda em Batoque.....</b>	<b>88</b>
<b>Figura 15 – Principais resorts próximos à RESEX de Batoque.....</b>	<b>89</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01 – Quadro Teórico – Metodológico.....</b>	<b>25</b>
<b>Quadro 02 – Quantidade dos elementos Geoambientais (1999).....</b>	<b>75</b>
<b>Quadro 03 – Quantidade dos elementos Geoambientais. (2004).....</b>	<b>75</b>
<b>Quadro 04 – Caracterização dos conflitos socioambientais em Batoque.....</b>	<b>81</b>

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1 – Localização da RESEX Batoque.....</b>	<b>16</b>
<b>Mapa 2 – Reservas extrativistas federais brasileiras.....</b>	<b>43</b>
<b>Mapa 3 – Reservas extrativistas marinhas federais.....</b>	<b>44</b>
<b>Mapa 4 – Mapa de ocupação e das unidades geoambientais da RESEX Batoque (1999).....</b>	<b>73</b>
<b>Mapa 5 – Mapa de ocupação e das unidades geoambientais da RESEX Batoque (2004).....</b>	<b>74</b>
<b>Mapa 6 – Impactos e conflitos socioambientais na RESEX Batoque.....</b>	<b>97</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Ação civil pública
AUREMAC	Associação de usuários da reserva extrativista Marinha Cuinarana
CDPDH	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos.
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de preservação da biodiversidade
GPS	Sistema de posicionamento global
RESEX	Reserva extrativista
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de conservação
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
UC	Unidade de conservação
ZCIT	Zona de convergência intertropical

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1	MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
<b>2</b>	<b>CONFLITO SOCIOAMBIENTAL E JUSTIÇA AMBIENTAL .....</b>	<b>26</b>
<b>3</b>	<b>AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS BRASILEIRAS E O SURGIMENTO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS.....</b>	<b>35</b>
3.1	A CRIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	37
3.2	O SURGIMENTO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS.....	38
3.3	AS PARTICULARIDADES DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS.....	41
<b>3.3.1</b>	<b>As reservas extrativista brasileiras.....</b>	<b>45</b>
3.4	A RESEX COMO CONTRAPONTO? .....	61
<b>4</b>	<b>CONTEXTO GEOAMBIENTAL DA PRAIA DO BATOQUE.....</b>	<b>66</b>
4.1	LOCALIZAÇÃO.....	65
4.2	CONTEXTO GEOLÓGICO - GEOMORFOLÓGICO.....	68
4.3	CONTEXTO HIDROCLIMÁTICO E VEGETACIONAL.....	69
4.4	ANÁLISE DAS MUDANÇAS GEOAMBIENTAIS EM BATOQUE.....	70
<b>5</b>	<b>CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA RESEX DO BATOQUE.....</b>	<b>75</b>
5.1	CARACTERIZAÇÃO DOS CONFLITOS.....	79
5.2	CONFLITOS DE USO.....	80
5.3	CONFLITOS TERRITORIAIS.....	87
5.4	CONFLITOS SÓCIO – POLÍTICOS.....	90
5.5	MAPEAMENTO DOS IMPACTOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS.....	95
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>98</b>
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>101</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>110</b>
	APÊNDICE A – CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	111
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (CONVIVENTES – MORADORES NATIVOS E NÃO NATIVOS).....	112
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (VERANISTAS).....	113

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (COMERCIANTES).....	115
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (ICMBio)..	117
APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ).....	119
<b>ANEXOS.....</b>	<b>123</b>
ANEXO A – DECRETO QUE CRIA A RESEX BATOQUE.....	124
ANEXO B – AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	127
ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	130
ANEXO D – AÇÃO CIVIL PÚBLICA .....	133
ANEXO E – PERFIL DO BENEFICIÁRIO DA RESEX BATOQUE.....	141

## 1 INTRODUÇÃO

Na década de 1970 se inicia a valorização do espaço litorâneo de Aquiraz, sendo o veraneio<sup>1</sup> uma prática recorrente do consumo dos territórios (DANTAS, 2002). O processo contraditório de uso e ocupação do litoral de Aquiraz é marcado, principalmente, por conflitos entre os povos tradicionais da região, que utilizavam esse espaço para a sobrevivência, e aqueles que o viam como um meio de obter lucros, especuladores e grileiros. Esse cenário ilustra como se deu o processo de acumulação de capital<sup>2</sup> nesse território, no qual a tendência do capitalismo é absorver os modos não – capitalistas de produção, representados pelas comunidades litorâneas que resistiam à expropriação de suas terras.

Nesse contexto está inserida a praia do Batoque, localizada no município de Aquiraz, distante a 54 km da capital cearense, lugar onde reside uma comunidade que resiste veemente à especulação imobiliária. Trata-se de uma comunidade que luta pela defesa de seu território. Por meio dessa luta conquistaram a posse legal de suas terras, a partir da promulgação do Decreto s/n de 5 de junho de 2003 (Anexo A), o qual estabelece a primeira Reserva Extrativista (RESEX) cearense (Mapa 1).

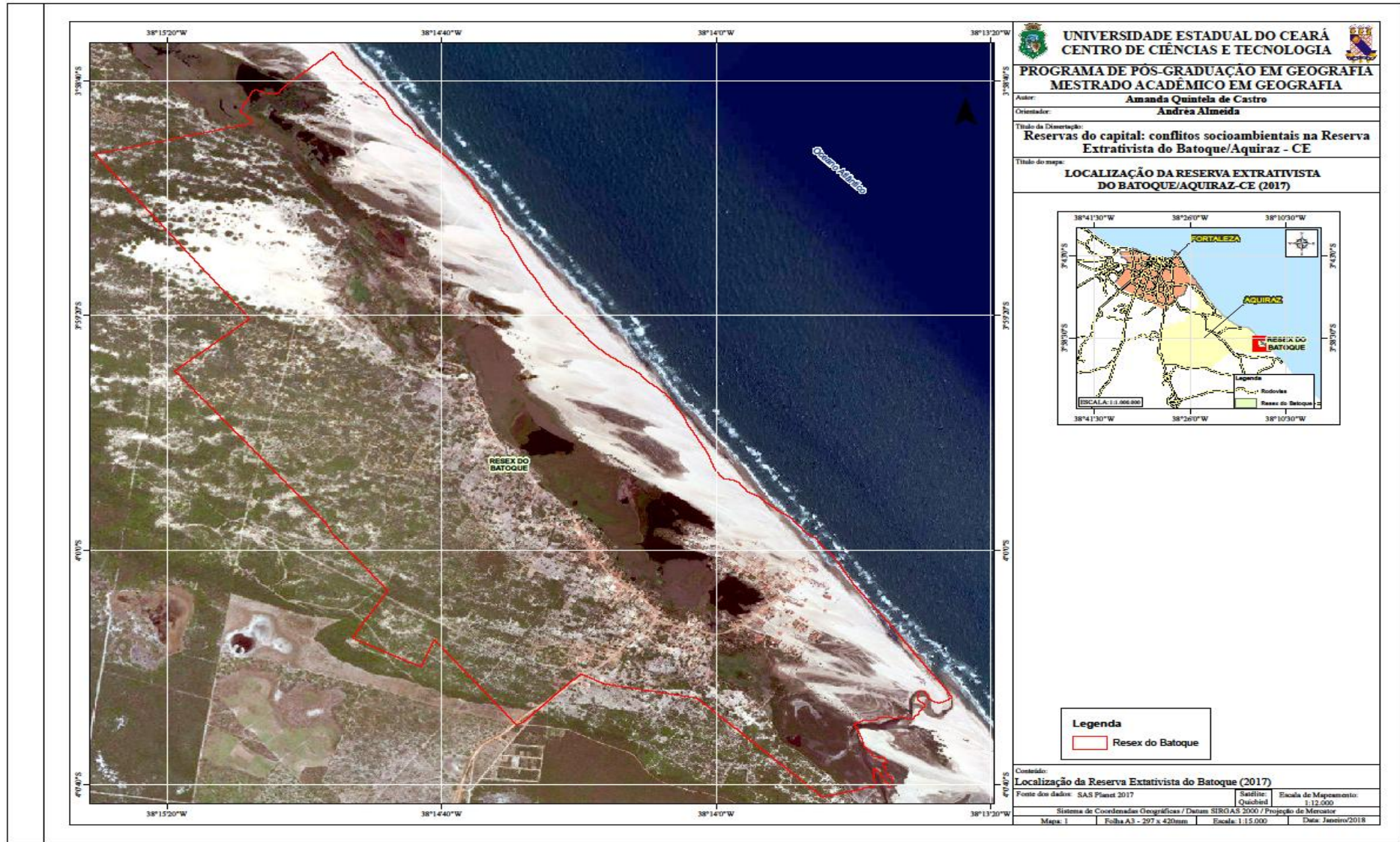
A reserva deveria vir para “proteger” a comunidade da entrada de grandes capitalistas, a fim de estabelecer a posse aos moradores, mas se mostra “reserva do capital” na qual os conflitos socioambientais são os exemplos das contradições impostas pela pressão capitalista nesse território que tenta resistir.

A referida reserva, segundo o Instituto Chico Mendes de preservação da Biodiversidade (ICMBio), é a menor unidade de conservação, na modalidade RESEX marinha, a qual abrange uma área de 601 hectares. Outra particularidade é a sua proximidade com a capital, estando situada na região metropolitana de Fortaleza. Têm-se assim, uma área na qual está alocada uma comunidade com práticas extrativistas

---

<sup>1</sup> A vilegiatura, sinônimo de veraneio, é uma prática elitista que privilegia o descanso, a casa, o lazer individual e todos os seus elementos constituintes. Diferencia-se do turismo, pois o mesmo, atualmente, tem um alcance massivo inserindo várias classes sociais. E a tipologia de “domicílio” é diferente: partimos de uma casa individual (vilegiatura) para um estabelecimento comercial (hotel, pousada, entre outros) que se paga aluguel para sua estada. Ver mais em: DANTAS, E. W. C. ; PEREIRA, A. Q. ; PANIZA, A. **Urbanização Litorânea e Vilegiatura Marítima nas Metrôpoles Nordestinas Brasileiras**. Cidades (Presidente Prudente), v. 5, p. 14-34, 2008.

<sup>2</sup> Para Marx (2010 p.26) “[...] o capital é trabalho acumulado”. O trabalho citado por Marx é explicitado enquanto trabalho alienado, estranhado, no qual o trabalhador o visualiza como propriedade alheia. Propriedade essa que pertence ao capitalista.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

Autor: **Amanda Quintela de Castro**  
Orientador: **Andrea Almeida**

Título da Dissertação: **Reservas do capital: conflitos socioambientais na Reserva Extrativista do Batoque/Aquiraz - CE**

Título do mapa: **LOCALIZAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO BATOQUE/AQUIRAZ-CE (2017)**



**Legenda**  
Resex do Batoque

Conteúdo: **Localização da Reserva Extrativista do Batoque (2017)**  
Fonte dos dados: SAS Planet 2017  
Sistema de Coordenadas Geográficas / Datum SIRGAS 2000 / Projeção de Mercator  
Mapa: 1 | Folha A3 - 297 x 420mm | Escala: 1:15.000 | Data: Janeiro/2018

inserida na quinta maior metrópole brasileira. A única reserva extrativista federal dentro de uma região metropolitana.

Os “batoqueiros”, denominação da qual se auto intitulam, desde a chegada dos primeiros habitantes no século XIX, até o início da década de 1980, viviam de atividades vinculadas ao extrativismo, tais como: pesca artesanal, mariscagem, plantação de pequenas culturas. Revelava-se um cenário de bastante proximidade da comunidade com a natureza. Esse cenário mudou quando a terra começou a ser grilada.

A criação da reserva viria para sanar as disputas territoriais, e assim o fez parcialmente. Entretanto, abriu precedentes para a existência de outros conflitos de cunho socioambientais, travados entre os mais variados agentes produtores do espaço.

O modelo de reserva extrativista é particular ao Brasil estando vinculado ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) criado pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. De acordo com o Art. 2º esta lei estabelece as Unidades de Conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais, relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, no qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, 2000, Artigo 2º).

O SNUC apoia-se em duas categorias de Unidades de Conservação: a Unidade de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável, em que se abrigam as reservas extrativistas. A reserva é gerida pelo ICMBio, uma autarquia brasileira ligada ao ministério do meio ambiente. Uma vez estabelecida a reserva extrativista, torna-se evidente a ação do Estado enquanto gestor participativo desta unidade de conservação e, a partir desta atuação, a comunidade que antes possuía a autonomia de modificar suas casas (propriedade privada), por exemplo, vê-se “presa” a legislação que rege a UC.

Na RESEX do Batoque existem particularidades no que tange a sua localização e tamanho. Ela se difere das outras por ser a menor reserva extrativista marinha do Brasil localizada em uma região metropolitana.

Partindo desse panorama, levantam-se os seguintes questionamentos: a promulgação da RESEX modificou a relação da comunidade com a natureza? Houve mudanças nas características geoambientais da área depois da implantação da RESEX? Como se caracterizam os conflitos socioambientais em Batoque? O surgimento de conflitos socioambientais está ligado ao distanciamento dessa relação (comunidade/natureza)?

A formulação destas interrogações levantou a hipótese de que essas reservas são, a partir de uma abordagem materialista histórica dialética, “reservas do capital”. O termo vem no sentido de chamar a atenção a uma questão relevante observada a partir da apreensão dos conflitos tanto na RESEX Batoque quanto nas outras reservas marinhas que serão abordadas. Parte-se de uma análise de como as reservas são pressionadas cotidianamente pelo modo de produção capitalista, cuja pressão tem mostrado enfraquecimento da mobilização comunitária. Tal desmobilização é realizada de diversas maneiras e os principais responsáveis são os grandes capitalistas e o Estado. Portanto, utiliza-se o termo ‘reservas’ em sua ambiguidade semântica, tanto para denotar as extrativistas quanto as do capital.

A partir dessas questões, se estabelece o objetivo central da pesquisa: compreender os conflitos socioambientais, por meio da relação sociedade natureza engendradas na reserva extrativista da praia do Batoque, situada no município de Aquiraz - Ce. Para isso estabeleceu-se como objetivos específicos:

- Discutir como se deu a evolução das políticas públicas ambientais brasileiras, com ênfase na implantação das RESEX’s marinhas;
- Identificar e compreender o contexto geoambiental da paisagem da praia do Batoque antes e depois da promulgação da RESEX, no que diz respeito à relação sociedade/natureza;
- Investigar até que ponto a implantação da RESEX trouxe mudanças ambientais e sociais para a área;
- Aprender os conflitos socioambientais presentes na RESEX do Batoque.

## 1.1 MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa contribui para a ciência geográfica, ao passo que aborda as relações existentes no espaço geográfico, onde se pretende evidenciar a relação sociedade/ natureza. Para tanto pretende-se desvelar o termo “reservas do capital”, no sentido de evidenciar como as contradições impostas pelo modelo de produção vigente se materializam na realidade das RESEXs marinhas brasileiras. Com base nessa discussão busca-se compreender os conflitos socioambientais em Batoque, no intento de fornecer informações

que enriqueçam a prática de uma pesquisa científica que revele as contradições socioespaciais.

Dentre os esforços que serão empreendidos na pesquisa segue-se de encontro o esforço de entender o contexto geoambiental do Batoque antes e depois da promulgação da RESEX. Nesse intento, busca-se revelar o modo como a comunidade local se relaciona com esse ambiente.

A relevância da pesquisa se dá ao propor uma discussão de uma relação que está em evolução, tanto através dos processos quanto das práticas socioambientais, pois são estas que determinam as transformações no ordenamento das paisagens.

A importância da relação sociedade natureza, enquanto categoria de análise, pode ser percebida por meio da abordagem de diversos autores<sup>3</sup>. A compreensão dessa relação faz parte da história da ciência geográfica, que desde sua construção se propôs a realizar essa articulação. Entretanto, ao se fragmentar no período positivista, perdeu totalmente a capacidade de integrar conhecimentos, retomando a discussão no período da geografia crítica. De acordo com Moreira (2002, p.42) “Não mais servem os registros puros de Geografia Física diante da natureza hibridamente socializada. Também não servem os de uma Geografia Humana pura [...]”

Nesse sentido, pretende-se avançar na compreensão dessa relação, com base na dinâmica da RESEX do Batoque, com o enfoque para a materialização dos conflitos socioambientais. Não mais partindo da aparência, mas da essência desses processos.

A abordagem materialista histórica dialética permeou toda a pesquisa. A dialética significa a arte do diálogo. Gradualmente passou a ser uma argumentação a partir de uma tese, com habilidade de definir e distinguir os conceitos em conflito, tendo surgido na Grécia antiga, há divergências quanto ao seu fundador, uma possibilidade, bastante aceita no meio filosófico seria Sócrates (469 – 399 a.C) o precursor.

Historicamente, a dialética foi reprimida, posta em posição secundária, pois era a metafísica<sup>4</sup> que supria os interesses das classes dominantes, sendo hegemônica até a fase renascentista. No Renascimento voltou a ser utilizada e lançou as bases do Iluminismo, o que refletiu no processo de preparação da Revolução Francesa. Nesse período de revolução, já no final do século XVIII, vem a tona as ideias de um novo

---

<sup>3</sup> Enrique Leff (2001), Porto Gonçalves (2004), Francisco Mendonça (1998), Dirce Suertegaray (2005).

<sup>4</sup> Essa linha de pensamento ensinava que a essência profunda do “ser” era imutável e dizia que o movimento (a mudança) era um fenômeno de superfície (KONDER, 1981). Palavra grega que significa “o que está para além da física”. Doutrina que busca o conhecimento da essência das coisas.

pensador, chamado Georg Fredrich Hegel (1770 – 1831), o qual “descobre que o homem transforma ativamente a realidade, mas quem impõe o ritmo e as condições dessa transformação ao sujeito é, em última análise, a realidade objetiva” (KONDER, 1981, p.23).

Hegel procurou estudar os movimentos dos sujeitos no plano objetivo, as atividades políticas e econômicas. Percebe, então, que o trabalho é a mola que impulsiona o desenvolvimento humano. Segundo ele, se não fosse o trabalho, não existiria a relação sujeito – objeto. Por meio dele o sujeito teve a possibilidade de ir além da “pura natureza”

Assim, o trabalho é o conceito - chave para a compreensão da superação dialética. Hegel entende este por meio de três passos: a negação de uma determinada realidade, a conservação de algo essencial que existe nessa realidade negada e a elevação dela a um nível superior. Um exemplo é o que acontece no trabalho. “A matéria – prima é ‘negada’ (destruída de sua forma natural), mas ao mesmo tempo é ‘conservada’ (aproveitada) e assume uma nova forma, modificada, é elevada ao seu valor” (KONDER, 1981, p.26-27). O filósofo era um idealista, pois subordinava os movimentos da realidade à lógica de um princípio denominado por ele de Ideia Absoluta, “no qual a realidade era descrita vagamente” (KONDER, 1981).

A partir das ideias lançadas por Hegel, surge um pensador no qual escreveu que a dialética em Hegel estava “de cabeça pra baixo” e decidiu colocá-la “em pé”, era Karl Marx (1818 – 1883). Ao contrário de Hegel, Marx tinha uma concepção da realidade materialista. O ponto de partida de divergência dos dois foi o modo como concebiam o trabalho. Hegel o concebia como algo abstrato, espiritual, já Marx tinha a visão do trabalho físico, material.

Fundamentado nessa concepção de trabalho, o filósofo formula o método materialista histórico dialético. Materialista por conter uma visão material dos fenômenos; histórico pelo fato do pensador não reconhecer a existência de nenhum aspecto da realidade humana situada acima da história ou fora dela e; dialético por se dar a partir da confrontação de uma tese, o surgimento de uma antítese e por fim uma síntese.

Esta pesquisa se utiliza do método abordado, materialismo histórico dialético, já que parte de uma análise materialista dos fenômenos, levando em consideração o contexto no qual está inserido os agentes produtores do espaço e suas interações, o qual se observa as contradições, tecendo críticas perante a realidade analisada.

A questão das lutas de classes, que surgiram com os primeiros conflitos em Batoque, a intervenção estatal, por meio da promulgação da reserva na tentativa de “proteger” a comunidade da lógica capitalista, e o processo de expansão geográfica do capital, no qual surge o entendimento de “reservas do capital”, mostra que o materialismo histórico dialético é o caminho de análise e interpretação da realidade que mais se adequa com a pesquisa. De acordo com referido método não existe neutralidade na construção do conhecimento e isso vale para as concepções do pesquisador.

No que concerne à metodologia, partiu-se do levantamento bibliográfico pertinente ao objeto de estudo, com direcionamento para conceitos e categorias de análise referentes à pesquisa em questão. Inicialmente foi feita uma compilação de autores que trabalham com temáticas como, território (SOUZA, 1995; MORAES, 2005), relação sociedade/ natureza, conflitos socioambientais (ACSELRAD, 1985; LITTLE, 2001; 2006), justiça ambiental (ACSELRAD, 2009). Foram feitas coletas de dados secundários em órgãos estatais, tais como, IBGE, IPECE, IBAMA, ICMBIO<sup>5</sup>, Ministério do meio ambiente, Prefeitura Municipal de Aquiraz, além de artigos, dissertações e teses que discutiam a criação e implantação de UC’S e RESEX.

Posteriormente partiu-se para a pesquisa sobre a legislação brasileira, no que concerne a aplicabilidade da Lei que institui as Unidades de Conservação, onde foram consultados: o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o Código Civil Brasileiro e a Constituição Federal de 1988.

O primeiro mapa, referente as sessenta e duas RESEX brasileiras federais, foi criado a partir de um software livre, o QGIS, em escala de 1:20.000.000, datum SIRGAS (Sistema de referencia geocêntrico para as Américas). As imagens foram adquiridas por meio da base cartográfica do ICMBio (2017). Nessa carta-imagem buscou-se mostrar onde estão alocadas todas as RESEX federais, dando ênfase á RESEX do Batoque através de sua miniatura.

O segundo mapa, pertinente às 20 (vinte) RESEX federais marinhas, também foi criado a partir do QGIS em escala de 1:30.000.000, datum SIRGAS. As imagens novamente foram adquiridas através da base cartográfica do ICMBio (2017). Nesse mapa o

---

<sup>5</sup> Para realizar a pesquisa foi feito um cadastramento da pesquisadora em um Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO), o qual permite que pesquisadores solicitem autorizações para coleta de material biológico e realização de pesquisa em unidades de conservação federais e cavernas. Esse cadastramento busca a licença do ICMBio para a realização de pesquisas. Após feito o cadastramento teve-se que esperar a emissão da autorização (ver Anexo B) para realizar entrevistas e produção do acervo fotográfico.

intuito era localizar a disposição das RESEX federais marinhas, com ressaltado para cada RESEX por meio de suas miniaturas no dentro do mapa.

No capítulo referente aos aspectos geoambientais do Batoque foi realizado uma pesquisa atinente à sua localização, primeiramente, a partir do município de Aquiraz, onde se utilizou o mapa da Região Metropolitana de Fortaleza, elaborado pelo IPECE (2010), a fim de mostrar a proximidade do local com Fortaleza. Posteriormente foi elaborada uma carta-imagem de localização do Batoque, com a utilização de imagens de satélite (TM-LANDSAT), onde foi realizado o processamento digital de imagens.

Na caracterização geoambiental da área foi feito um levantamento bibliográfico partindo dos modelos conceituais trabalhados por SOUZA (2000), adaptados para o Ceará. O levantamento das unidades ambientais e as respectivas mudanças evidenciadas com a inserção da RESEX no Batoque foi realizado considerando os aspectos naturais evolutivos da área, sendo para isto utilizadas imagens de satélite (TM-LANDSAT e CBRS-2), disponibilizadas pelo INPE, para o ano de 1999 e pelo USGS (United States Geological Survey) para o ano de 2004, onde foram mapeadas as unidades ambientais, bem como os aspectos relacionados a espacialização e crescimento da comunidade litorânea. O uso de receptor GPS de navegação compôs parte das coletas de dados para os mapeamentos e alimentação do banco de dados.

Foram realizados vários trabalhos de campo, onde se buscou construir um acervo fotográfico, que por meio de imagens retratem os conflitos socioambientais travados por diversos agentes produtores do espaço, no sentido de evidenciar a relação sociedade natureza. Posteriormente, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, por meio da técnica da pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (2004), "responde a questões muito particulares" e se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado; trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A fim de respaldar a pesquisa bem como seus participantes, a mesma foi submetida ao Conselho de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) a qual obteve parecer aprovado (Anexo C). Para a consecução das entrevistas foi construído um quadro de caracterização dos entrevistados (apêndice A) o qual contemplasse os diversos agentes produtores do espaço: morador nativo, morador não nativo, comerciantes, veranistas e Estado (ICMBio e representante da prefeitura municipal de Aquiraz). Foi levado em consideração o sexo, idade, profissão, escolaridade e

naturalidade, a fim de identificar o sujeito e a sua respectiva atuação na comunidade. Para cada grupo foi construído um roteiro de entrevistas específico (Apêndice B, C, D, E, F).

A partir da obtenção das entrevistas buscou-se apreender os conflitos por meio da ótica dos conviventes, dando fala aos batoqueiros e representantes de órgãos do estado, por meio de citações diretas ao longo da produção textual. Vale ressaltar que a análise da realidade, na presente pesquisa, parte da visão dos grupos sociais excluídos, representados pelos conviventes nativos, não nativos e comerciantes em Batoque. A partir de então parte-se para o conflito entre os grupos.

Foi construído um mapa referente aos impactos e conflitos socioambientais apreendidos na área. Para essa elaboração foram colhidos os pontos das coordenadas geográficas da área em trabalho de campo, a partir de então, utilizou-se como base a imagem do Batoque disponibilizada pelo Google Earth (satélite Quickbird) para georreferenciar a área.

A fim de explicitar melhor os passos metodológicos construiu-se um quadro esquemático (quadro 1), no qual se dispõem os objetivos específicos, o referencial teórico utilizado e a metodologia realizada para cada finalidade.

Os resultados desta pesquisa foram divididos em quatro capítulos, interligados entre si. No primeiro deles buscou-se evidenciar os principais pressupostos teóricos que dão suporte à pesquisa. Foi realizado um levantamento bibliográfico acerca da temática dos conflitos socioambientais e justiça ambiental, no sentido de embasar teoricamente que sentido, direcionamento dado para a análise da realidade em Batoque.

Já no segundo capítulo buscou-se resgatar como se deu a evolução temporal das políticas públicas ambientais brasileiras e posteriormente o histórico de criação das UC e RESEX, dando ênfase às RESEX marinhas federais. Para tanto se discorreu sobre as vinte e duas reservas, suas características e conflitos, sobre as quais teceu-se críticas acerca da realidade analisada.

O terceiro capítulo é dedicado a análise geoambiental da área de estudo, onde é apresentado o contexto físico da área, dando maior suporte ao entendimento dos principais impactos encontrados na área. Assim, são apresentados os contextos geológico-geomorfológico, hidroclimático e vegetacional. A partir da análise integrada da paisagem, propõe-se entender como vem se dando o uso dos recursos naturais. Para tanto realizou-se um mapeamento no intuito de comparar o uso antes de depois da criação da RESEX.

Por fim, no quarto capítulo partiu-se de uma análise do histórico de ocupação em Batoque. Posteriormente buscou-se caracterizar os conflitos apreendidos e tecer

análises sobre eles. Nesse sentido foi construído um mapa de impactos e conflitos socioambientais, com o intuito de dar ao leitor uma melhor visão acerca dos embates elencados.

### Quadro1 – Quadro teórico - metodológico

Objetivos Específicos	Referencial Teórico	Metodologia
<p>Discutir como se dá a evolução das políticas públicas ambientais brasileiras, enfatizando a implantação das RESEX's marinhas.</p>	<p>BRASIL, 1988 <b>CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>. <i>Diário Oficial da União</i>, Brasília, 05 de outubro de 1988, Nº 191-A, Seção 1, p.1.            BRASIL, 1990a <b>DECRETO Nº 98.863</b>, de 23 de janeiro de 1990. Cria a Reserva Extrativista do Alto Jurua. <i>Diário Oficial da União</i>, Brasília, 24 de janeiro de 1990, Nº 17, Seção 1, p.2.            BRASIL, 1990b <b>DECRETO Nº 98.897</b>, de 30 de janeiro de 1990. Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. <i>Diário Oficial da União</i>, Brasília, 31 de janeiro de 1990, Nº 22, Seção 1, p.2.            BRASIL, 2000 <b>LEI Nº 9.985</b>, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. <i>Diário Oficial da União</i>, Brasília, 19 de julho de 2000, Nº 138, Seção 1, p.45.            CORRÊA, Roberto Lobato. <b>O Espaço Urbano</b>. São Paulo: Ática, 2004. (Série Princípios).            CUNHA, S. B. GUERRA, A. J. T. <b>A Questão Ambiental</b>: diferentes abordagens. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.            MESQUITA, João Lara. <b>Mar sem fim</b>. [Reportagens realizadas no ano de 2015] Disponível em: &lt; <a href="https://marsemfim.com.br/expedicoes/unidades-de-conservacao-federais-da-zona-costeira/">https://marsemfim.com.br/expedicoes/unidades-de-conservacao-federais-da-zona-costeira/</a>&gt; Acesso em 27 Dez. 2017.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração textual sobre o avanço histórico das políticas públicas ambientais brasileiras;</li> <li>• Análise da aplicabilidade das leis que regem as RESEX's Marinhas;</li> <li>• Elaboração dos mapas 1 e 2.</li> </ul>
<p>Identificar e compreender o contexto geoambiental da paisagem da praia do Batoque antes e depois da promulgação da RESEX, no qual diz respeito à relação sociedade natureza;</p>	<p>MOURA, M. R. <b>Dinâmica costeira e vulnerabilidade à erosão dos municípios de Caucaia e Aquiraz, Ceará</b>. Tese (doutorado). Universidade Federal do Ceará – UFC, 2012.            SOUZA, M. J. N. de.; LIMA, L. C.; MORAIS, J. O. de. <b>Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará</b>. Fortaleza: FUNECE, 268 p. 2000.            SOUZA, M. J. N. de. <b>Diagnóstico Geoambiental</b>: Unidades Geoambientais. In: A Zona Costeira do Ceará: Diagnóstico para Gestão Integrada. Coordenadores Alberto Alves Campos... [et al.]. Fortaleza: AQUASIS, 2003.            VIDAL, Maria Rita. <b>Proposta de Gestão Ambiental Para a Reserva Extrativista do Batoque – Aquiraz/CE</b>. Dissertação de Mestrado em Geografia – Departamento de Geografia UFC, 2006.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caracterização geoambiental do Batoque;</li> <li>• Elaboração dos mapas 3 4 e 5.</li> </ul>
<p>Investigar até que ponto a implantação da RESEX trouxe mudanças ambientais e sociais para a área;</p>	<p>MENDONÇA, F. <b>Geografia e Meio Ambiente</b>. São Paulo: Ed. Contexto, 1998.            MINAYO, M. C. de S. (Org.). <b>Pesquisa social</b>: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.            MORAES, Antonio Carlos Robert. <b>Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil</b>: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007. 232 p.            SILVA, Edson Vicente. <b>Modelo de aproveitamento e preservação de los mangleres de Marisco e Barro Preto, Aquiraz – Ceará – Brasil</b>. Dissertação (Master of Science). Zaragoza, España, 1987.            LEFF, Enrique. <b>Epistemologia Ambiental</b>. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.            MOURA, M. R. <b>Dinâmica costeira e vulnerabilidade à erosão dos municípios de Caucaia e Aquiraz, Ceará</b>. Tese (doutorado). Universidade Federal do Ceará – UFC, 2012.            OLIVEIRA, Cunha Eugênio. <b>Aspectos limnológicos e sanitários de uma lagoa costeira no litoral leste do Ceará – Lagoa do Batoque</b>. UFS, 2006.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração e análise dos mapas 4 e 5.</li> </ul>
<p>Apreender os conflitos socioambientais presente na RESEX do Batoque.</p>	<p>ACSELRAD, Henri. Introdução à questão metodológica. In: IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). <b>Conflitos sociais e meio ambiente</b>: desafios políticos e conceituais. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.            _____. <b>Ecologia política como etnografia</b>: um guia teórico e metodológico. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 81-103, jan./jun. 2006.            GOMES, Alexandre Oliveira; NETO, João Paulo Vieira. <b>Historiando Batoque</b>. Rede TUCUM. Fortaleza, 2010.            MEIRELES, A. SILVA, E. THIERS, P. <b>Os campos de dunas móveis</b>: fundamentos dinâmicos para um modelo integrado de planejamento e gestão da zona costeira. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo, Nº 20, p. 101 – 119. 2006.            LITTLE, Paul E. <b>Os Conflitos Socioambientais</b>: um Campo de Estudo e de Ação Política. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). A Diferença da Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.p. 107-122.            MINAYO, M. C. de S. (Org.). <b>Pesquisa social</b>: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicação de entrevistas semiestruturadas;</li> <li>• Captação de imagens que retratam os conflitos;</li> <li>• Exposição das falas dos conviventes por meio de citações diretas;</li> <li>• Obtenção de pontos de GPS Garm através de atividade de campo;</li> <li>• Elaboração do mapa 6.</li> </ul>

## 2 CONFLITO SOCIOAMBIENTAL E JUSTIÇA AMBIENTAL

No intuito de entender as categorias necessárias para a consecução da presente pesquisa, buscou-se os conceitos pertinentes às temáticas aqui trabalhadas, para se obter um entendimento conciso sobre os conflitos socioambientais localizados em Batoque. Discorreu-se sobre o juízo de agentes produtores do espaço e território, compreensão balizar para se trabalhar com embates. A temática ambiental permeia todo o estudo, fez-se então uma análise da relação sociedade natureza na geografia e como esta vem sendo investigada ao longo do tempo. A partir da análise dos conflitos faz-se necessário a discussão do que viria a ser justiça ambiental, com o propósito de analisar e tecer críticas perante o modo como se coloca as leis ambientais.

Quem produz os conflitos socioambientais? Segundo Corrêa (2005, p.12) são os “agentes produtores do espaço urbano”, que estão subdivididos em: “proprietários dos meios de produção” (donos de fábricas, hotéis), “proprietários fundiários” (donos de grandes áreas na zona costeira, latifundiários), “promotores imobiliários”(donos de construtoras, grupos financeiros, bancos), o “Estado” (representado pelo poder municipal, estadual e federal) e “os grupos sociais excluídos” (a comunidade tradicional, os pescadores, os agricultores, marisqueiras). O embate surge a partir da divergência de interesses desses grupos.

As relações de poder são indispensáveis para compreender como se articulam os conflitos, parte-se, então, para o entendimento do conceito de território. Segundo Santos (2008), há uma identidade e uma relação de pertencimento – pertencer àquilo que nos pertence. Assim, o território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais, da vida, sobre os quais o mesmo influi.

Um dos autores pioneiros na temática foi Raffestin (1993), merecendo destaque em sua obra o caráter político dado ao território. Na sua compreensão o espaço é anterior ao território. O segundo se forma a partir do primeiro. Segundo o autor “Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Para o autor a construção do território revela relações marcadas pelo poder.

Para Souza, “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN” (SOUZA, 2001, p.11). O autor propõe o

conceito de território autônomo como uma alternativa de desenvolvimento. Segundo o autor:

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território [...] Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...] No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade (SOUZA, 2001, p. 106).

Moraes (2005), ao discorrer sobre o conceito de território pondera sobre a materialização da relação sociedade com o seu espaço, na paisagem, a partir da estrutura territorial. Haesbaert (2009) fala da ênfase dada, pelos geógrafos, da materialidade do território e suas múltiplas dimensões. O autor afirma, de forma geral, que há um consenso da dimensão política, para além da perspectiva jurídica e estatal, e partindo-se de um entendimento mais amplo e relacional de poder, é a que melhor respondem pela conceituação de território.

Para Albagli (2004), cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço. Ele pode assumir, segundo a autora, várias dimensões, da física à simbólica.

No intento de compreender os conflitos socioambientais na RESEX do Batoque e para complementar o entendimento da temática ambiental que permeia este estudo, buscou-se apreender como se constituiu a relação sociedade natureza na geografia. As teorias levaram os conceitos a diversos teóricos a fim de estabelecer bases para o conhecimento da área delimitada.

A relação sociedade natureza, bem como todo saber e todo conhecimento sobre o mundo e sobre as coisas, há muito tempo tem estado condicionado pelo contexto geográfico e ao mesmo tempo, associado ao ecológico e cultural em que produz e reproduz as variações da formação social.

Na abordagem marxista essa relação é focada na maneira como uma determinada sociedade se organiza para o acesso e uso dos recursos naturais, o que culmina com o trabalho. É sempre uma analogia dialética, metabólica. O homem molda a natureza ao mesmo tempo em que esta o molda (MARX, 1971). Nesse processo a natureza se humaniza e o homem se naturaliza, estando a forma historicamente determinada em cada situação. Para Marx, o fato do homem viver da natureza tem um sentido biológico, mas, principalmente, social. A partir dessa relação surge o trabalho enquanto necessidade humana, e posteriormente é alienado pelas relações capitalistas de produção. Com a

alienação desse trabalho a natureza toma outra conotação, ora torna-se objeto de consumo, ora torna-se meio de produção.

Pela primeira vez, a natureza se tornou objeto para a humanidade [...] De acordo com essa tendência, o capital se impulsiona além das barreiras nacionais, e prejudica a adoração da natureza, assim como todas satisfações tradicionais, limitadas, incrustadas das necessidades ao alcance, e as reproduções dos antigos estilos de vida (MARX, 1973, p.71).

Marx (1973), na passagem acima, discorre sobre o processo de mercantilização da natureza, no qual ela vai ser transfigurada, o que faz com que a sociedade perca uma relação com a natureza enquanto extensão do ser humano, mas de algo à ser transformado em capital por meio do trabalho.

Leff (2002), afirma que as práticas produtivas, dependentes do meio ambiente e da estrutura social das diferentes culturas, geraram formas de percepção e técnicas específicas para a apropriação social da natureza e da transformação da natureza.

Para entender essa relação, busca-se fazer um resgate histórico do conceito de natureza para a geografia, partindo dos filósofos renascentistas, como Nicolau Copérnico e sua teoria heliocêntrica, onde se deu a concepção de que a terra e os demais planetas giravam em torno do sol, e seguindo para os geógrafos clássicos.

Vidal de La Blache<sup>6</sup>, Elisée Reclus<sup>7</sup>, Jean Brunhes<sup>8</sup>, são alguns dos autores clássicos da geografia que dão ênfase a discussão da relação sociedade natureza. Moreira (2011) diz que:

Podemos aprender algumas lições com os clássicos. A mais importante delas é que a geografia é o estudo entre a relação sociedade-natureza e a relação sociedade-espaco. Nessa interação o fenômeno ora se metaboliza numa, ora noutra forma, tomando essa dialética de transfiguração como seu eixo de movimento geográfico (MOREIRA, 2011, p.176).

Segundo Moreira (2006, p.70) “a revolução de Copérnico significou a integral releitura geográfica do mundo. Com ela mudam as noções de estrutura e de localização das coisas do mundo. E nasce a ciência moderna”. Newton, a partir da lei da gravidade faz nascer uma nova concepção de mundo, ao “dessacralizar” o conceito de natureza.

Com o advento da indústria e a expansão capitalista, segundo Moreira (2006, p.134), “a natureza é negociada no mesmo mercado no qual o capital fará negócio com a força de trabalho”.

<sup>6</sup>Vidal DE La Blache, Paul. Princípios de geografia humana. Lisboa: Cosmos, 1954.

<sup>7</sup>RECLUS, Elisée. El Hombre y la tierra. Barcelona: Casa Editorial Maucci, 1905-1908 (6 volumes).

<sup>8</sup>BRUNHES, Jean. Geografia humana. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

Suertegaray (2005) atenta para a ideia de que na modernidade a natureza vira algo externo ao homem, ao qualificar a natureza como transfigurada, onde o homem tem poder de intervenção nas formas e nos processos naturais. A autora afirma ainda que:

A construção do conceito de natureza tem, portanto, uma dimensão que se expressa pelo poder. Há um tempo o poder de separá-la e dividi-la para melhor dela se apropriar. Na atualidade, o poder de uni-la e subordiná-la na constituição de novas formas/objetos. Este poder não é absoluto, dirão alguns. Sim, não é absoluto, mas o que desejo expressar é o sentido dado à natureza em nossa sociedade/cultura, trata-se de algo a ser subjugado, para ser transfigurado (SUERTEGARAY, 2005, p.94).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Rodrigues (1994) atenta para o conflito entre a natureza e a “natureza social”, na qual o homem se apropria da primeira para transformá-la na segunda, onde ela ganha status de bens e mercadoria. Isso ocorre ao passo que os tempos geológicos e dos ecossistemas são diferentes dos tempos sociais.

A referida autora diz ainda que com o advento da divisão dos países em desenvolvidos e subdesenvolvidos, a natureza aparecia ora como obstáculo para o desenvolvimento e ora como uma fonte de riqueza a ser apropriada pelo homem.

Para entender como a geografia deve analisar essa relação, Rodrigues faz o seguinte apontamento:

A dimensão do tempo-espaço da natureza contrasta com o tempo espaço da produção de mercadorias e de sua rápida expansão. As escalas tempôro-espaciais merecem ser analisadas para compreendermos o verdadeiro significado das relações atuais da sociedade com a natureza. É necessário e fundamental a retomada da metáfora espacial, ou melhor da retomada do tempo-espaço para compreendermos tanto as pequenas, como as grandes escalas da natureza e da sociedade (RODRIGUES, 1994, p. 53-54).

Grangeiro (2012) reafirma a necessidade de um estudo que enfoque a relação sociedade natureza para se entender de maneira totalizante a questão ambiental, bem como os conflitos socioambientais.

Como enfrentar cientificamente a degradação ou as várias verticalizações nas modificações do meio ambiente, se estes são uma decorrência da relação homem/natureza? Isto é, não poderemos encontrar respostas ou soluções adequadas para, por exemplo, a degradação de um ecossistema somente no estudo analítico do próprio ecossistema, isoladamente e descontextualizado do social. As variáveis que eram externas àquele ecossistema ou àquela paisagem, foram introduzidas pela dinâmica da sociedade e agora a eles se integram, porém, nossas análises tradicionais, assim, não o consideram (GRANGEIRO, 2012, p.80).

Para o juízo de conflitos socioambientais se faz necessário recorrer a autores que perpassam por essa temática. Dessa forma, procura-se fazer um resgate teórico e conceitual sendo imprescindível transcorrer em outras ciências, como a antropologia e as ciências sociais.

Segundo Ruiz *et al.* (2011 p.2):

No que se refere aos aspectos conceituais, observa-se que não existe uma definição clara, precisa e única de conflitos ambientais. Nota-se, por exemplo, a utilização de conflitos ambientais e de conflitos socioambientais praticamente como sinônimos. Alguns autores defendem que a denominação mais adequada é a de conflitos socioambientais pelo fato de todo conflito ambiental ter uma forte conotação social.

No presente trabalho será usada a expressão conflitos socioambientais no sentido de reafirmar a interação entre sociedade natureza. Acselrad (1995, p.16) entende conflito socioambiental como sendo “conflito social em torno do modo de apropriação e uso dos elementos da natureza envolvendo relações de poder onde os sujeitos envolvidos constroem uma dimensão ambiental para suas lutas”. São originados quando pelo menos um dos grupos sofre ameaças quanto o prosseguimento das formas sociais de apropriação do seu meio. Estas ameaças podem acontecer por impactos indesejáveis ocorridos com o solo, água, ar ou sistemas vivos, decorrentes do exercício e das práticas de outros grupos. Ou seja, o conflito socioambiental é visualizado quando os agentes produtores do espaço estabelecem uma associação lógica imediata entre a degradação do ambiente e a ação dos agentes sociais determinados sob dada condição histórica.

Para Acselrad (1995) os conflitos socioambientais são constituídos por quatro dimensões: apropriação simbólica, apropriação material, durabilidade e interatividade. As três primeiras dizem respeito à base material necessária a continuidade de determinadas formas sociais de existência, e a última corresponde à ação cruzada de uma prática espacial sobre a outra. Essas dimensões são fundamentais para apreender a dinâmica conflitiva, própria aos diferentes modelos de desenvolvimento.

Odell, Mather e Muth (2005) afirmam que o aumento da frequência dos conflitos por recursos naturais tem sido alimentado por legislação ambígua, conhecimento científico insuficiente, problemas de competência institucional e diferenças de valores dos agentes produtores do espaço.

Corroborando com as ideias de Acselrad (1995), Little (2001; 2006) faz seus apontamentos sobre os conflitos socioambientais afirmando que estes “referem-se a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de

inter-relacionamento ecológico” (2006, p. 91). Assim sendo, é preciso convergir atenção para os grupos sociais e suas práticas ambientais em conflito.

Ainda segundo Little (2001) o conflito socioambiental é um campo de estudo que reúne três dimensões básicas: “o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos” (LITTLE, 2001, p.107). O autor faz uma tipologia dos conflitos socioambientais, classificando-os em: 1) os conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais; 2) os conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana e da natureza; e 3) os conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais. Para a presente pesquisa será empregado o estudo dos conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, em suas dimensões políticas, sociais e jurídicas.

Little (2001) diz ainda que é mais realista falar em tratamento dos conflitos ao invés de resolução. Para isso, ele sugere cinco tipos básicos de intervenção. A confrontação, que pode ser política, por meio da desobediência civil; econômica, através das greves; física, por meio da violência e; simbólica, fazendo o uso da mídia. Outra intervenção pode se dar através da repressão, a qual pode vir da esfera militar/policial ou estatal. A manipulação política é outra ingerência que, na maioria dos casos, se dá por relações clientelistas. A negociação/mediação, é a intercessão onde se instalam meios formais para o tratamento dos conflitos. Geralmente acontece depois do uso de outras formas e requer um alto nível de maturidade política, pois demanda a postulação explícita de interesses e decisões sobre concessões a serem feitas. Por último, o diálogo/cooperação, o qual implica a ação voluntária e colaborativa de todas as partes envolvidas.

As diferentes abordagens que tratam da resolução dos conflitos tentam estabelecer uma negociação. Segundo Bernardelli Junior (*apud* Sanson e Bretherton 2001) existem quatro princípios básicos que compõem a maioria das abordagens sobre tratamento de conflitos:

- a) a resolução de conflitos é um esforço cooperativo;
- b) as soluções procuradas são integrativas;
- c) é fundamentada na compreensão dos interesses de todas as partes;
- d) tanto o processo quanto o seu resultado são construídos de forma não violenta.

As abordagens de resoluções de conflitos podem ser feitas por um mediador, que segundo Bernardelli Junior (2013, p.29) “pode alterar a estrutura do conflito e permitir um padrão diferente de comunicação, de maneira que esse terceiro pode filtrar as mensagens, atitudes e comportamentos das partes em conflito”. Ainda de acordo com o

supracitado autor os mediadores podem ser estudiosos de variadas áreas, ciências sociais, dentre outras. Para a metodologia estabelece-se os seguintes princípios: relação de interesses (quais os interesses a serem debatidos), alternativas (qual a melhor alternativa caso a negociação chegue a um impasse?), opções (possibilidades de resultados que todos os agentes produtores do espaço concordem) e comunicação (praticar a escuta ativa<sup>9</sup>) (BERNARDELLI JÚNIOR, 2013).

Arelado aos conflitos socioambientais se insere a discussão de justiça ambiental, de fundamental importância para que se compreenda como o Estado<sup>10</sup> se comporta perante a pressão dos agentes detentores do capital. Surgiu nos Estados Unidos, a partir da luta travada por grupos étnicos afetados pelo racismo ambiental<sup>11</sup>, com a divulgação de um relatório científico pelo Comitê para a Justiça Racial da Igreja Unida de Cristo que denunciou as ligações entre a degradação ambiental e a discriminação racial, no ano de 1987 (ACSELRAD, 2009).

No Brasil, começou a ganhar espaço com a criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), em 2001. Com o objetivo de combater a injustiça ambiental no país, ela é uma articulação formada por representantes de movimentos sociais, ONGs, sindicatos e pesquisadores de todo o país, que tem a preocupação de avançar um pensamento e uma ação que articule as lutas ambientais com as lutas por justiça social.

Para Acselrad (2009, p.25), concebe-se por justiça ambiental “o tratamento justo e o envolvimento pleno dos grupos sociais, independentemente de sua origem ou renda, nas decisões sobre o acesso, a ocupação e o uso dos recursos ambientais em seus territórios”. Esse conceito politiza as questões das desigualdades sociais. Vai de encontro com o pensamento dominante que considera “democrática” a distribuição dos riscos ambientais, o qual consagra o mercado como mecanismo por excelência para regular as questões ambientais.

As redes de justiça ambiental espalhadas pelo mundo apresentam princípios e estratégias que as orientam de maneira geral. Segundo Acselrad (2009, p.28), dentre os

---

<sup>9</sup> A escuta ativa (active listening) significa calar nossas vozes interiores e realmente ouvir a outra pessoa, nos permitindo de fato aprender com e sobre a outra parte. Seu exercício se dá ao ouvir atentamente o outro demonstrando interesse pelo que a pessoa tem a dizer, compreensão pela maneira como se sente, pelas suas posições e prioridades (SHAMIR, 2003, p.10).

<sup>10</sup> Vale destacar que o Estado nesta pesquisa é entendido a partir da perspectiva marxiana, o qual representa um elemento complementar ao processo de expansão do capital, atrelado aos interesses dos grandes capitalistas.

<sup>11</sup> “Imposição desproporcional – intencional ou não – de rejeitos perigosos às comunidades de cor.” (PINDERHUGHES, R. The Impact of Race on Environmental Quality: Na Empirical and Theoretical Discussion, Sociological Perspectives, v. 39,n. 2, p.241, 1996).

princípios: “Poluição tóxica para ninguém”, se tornou um dos principais lemas do movimento, como forma de impedir que qualquer tipo de população politicamente mais fraca sofra consequências de empreendimentos ambientalmente perversos; “Por um outro modelo de desenvolvimento”, nesta estratégia os partícipes do movimento põem à tona a necessidade de um novo modelo de produção e consumo, onde se priorize uma vida digna para todos; “Por uma transição justa” vem da indignação de transformar o modelo dominante, de modo que a luta contra a poluição desigual não destrua o emprego dos trabalhadores das indústrias poluentes ou penalize as populações dos países menos industrializados para onde as transnacionais tenderiam a transferir suas “fábricas sujas”; “Por políticas ambientais democraticamente instituídas” que almeja a universalização dos benefícios socioambientais.

A fim de alcançar os princípios, Acsehrad (2009, p.31-35) diz que as redes de justiça ambiental adotaram estratégias sobre os riscos ambientais. São elas: “a produção de conhecimento próprio”, em que a ciência sirva à comunidade local; “pressão pela aplicação universal das leis”; “pressão pelo aperfeiçoamento da legislação de proteção ambiental”; “pressão por novas racionalidades no exercício do poder estatal”; “a introdução de procedimentos de avaliação de equidade ambiental”, em que se unam o ambiente e suas dimensões sociopolíticas e culturais, no desenvolvimento de metodologias de avaliação da equidade ambiental como alternativas aos métodos tradicionais, como os EIAS/RIMAS; “Ação direta”, uma forma de questionar os empreendimentos por meio do confronto; “Difusão espacial do movimento”, onde se dificulte a exportação da injustiça ambiental e a mobilidade irrestrita do capital, que tende a abandonar áreas de maior organização política e dirigir-se para áreas com menor nível de organização e capacidade de resistência.

A luta brasileira por justiça ambiental é algo latente em todo o seu território, e bastante recorrente em comunidades que vivem no litoral. Apresenta-se representada por diversos grupos, dentre eles, Movimento dos sem terra (MST), Movimento dos atingidos por barragens (MAB), Movimento Quilombola, grupos indígenas, comunidades extrativistas, dentre outros. Para a realidade brasileira, pode-se afirmar que a justiça ambiental se faz indispensável desde a sanção da Lei de Terras<sup>12</sup>, em 1850, e com o advento do trabalho livre. Esses dois processos caracterizam a partir daí a territorialidade do capitalismo brasileiro (ACSELRAD, 2009). O primeiro se refere à concentração

---

<sup>12</sup> Essa lei determinou parâmetros e normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização de terras no período do segundo reinado. Foi a responsável pela manutenção da concentração de terras no Brasil. Regulamentou a propriedade privada, principalmente na área agrícola do Brasil. Aumentou o poder oligárquico e dificultou a compra ou posse de terras por pessoas pobres.

crescente do poder de controle dos recursos naturais nas mãos de poucos, representada pelos grandes latifúndios, e o segundo alude à privatização do uso do meio ambiente comum, do ar e das águas de que depende toda a sociedade. Esses dois procedimentos foram os motivos da abertura de frentes de resistência social. Tem-se como exemplo a luta pela terra, pela água, pelos biomas marinhos. Essas lutas culminaram com o surgimento do discurso ambiental de âmbito estatal. Assim nascem as políticas públicas, a partir de demandas sociais que devem ser aplicadas na utilização do recurso público para toda a sociedade. As políticas públicas ambientais brasileiras são algo bastante recente, como se observará no capítulo seguinte.

### **3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS BRASILEIRAS E O SURGIMENTO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS**

Neste capítulo buscou-se discutir como se deu a estruturação das políticas públicas ambientais brasileiras, dando ênfase à implantação das RESEX's, mais especificamente as RESEX's marinhas. Procurou-se partir do estudo das leis que regem as políticas ambientais brasileiras, para, posteriormente, tecer análises sobre suas contradições.

A evolução das políticas públicas ambientais brasileiras se dá a partir da década de 1930 (PECCATIELLO, 2011), quando tiveram início as ações de regulamentação da apropriação dos recursos naturais necessários ao processo de industrialização<sup>13</sup>. Inicialmente foi levada em consideração a preservação das belezas cênicas dos territórios para usufruto da população. Essas políticas públicas se davam de forma verticalizada, partindo de interesses dos grandes capitalistas por meio do Estado, não levando em consideração as demandas sociais. Isso se deve, dentre outros, ao momento político que o país vivia, saindo do domínio da elite rural e indo para o domínio da elite industrial.

No período de 1930 à 1971 foram criadas 26 unidades de conservação, sendo 13 destas no bioma Mata Atlântica, área que recebeu maior atenção nesse período (CUNHA e GUERRA, 2008). Nesse mesmo momento foram promulgados os códigos florestais, das águas e das minas. Nesse primeiro momento levou-se em consideração medidas que privilegiassem uma abordagem nacional do problema ambiental, com ações incisivas nas regiões sul e sudeste, onde a urbanização e industrialização acabavam de chegar.

Um segundo momento na criação de políticas públicas ambientais brasileiras se deu a partir da década de 1972 à 1987 (ibidem, 2008), nessa ocasião houve um acelerado crescimento no desmatamento, pois as políticas ambientais entraram em contradição com as políticas modernizantes e de integração nacional implementada pelo regime militar. Muitos órgãos e leis foram criados para cuidar dos problemas ambientais. “Nesse período, num espaço de quinze anos, 76 unidades de diferentes naturezas foram criadas pelo governo federal, contra 26 no longo período de 1930 à 1971” (ibidem, 2008, p. 52). A

---

<sup>13</sup> Nota-se que a partir da expansão do processo de acumulação capitalista no Brasil, o Estado enquanto mantenedor dos interesses dos grandes capitalistas, volta-se para a questão ambiental e a toma como prioridade.

região nordeste e a Amazônia receberam uma maior visibilidade nesse período. Como resposta à crescente visibilidade das populações nativas ameaçadas por projetos de infraestrutura surgiram os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

Num terceiro momento parte-se do processo de redemocratização, o qual viveu a política brasileira, onde uma nova constituição foi promulgada (1988) que permitia uma política mais descentralizadora. Os poderes federal, estadual e municipal iniciaram uma divisão de trabalho na tentativa de reordenar as demandas setoriais e regionais. O envolvimento dos “grupos sociais excluídos” passou a ser incitado na “primeira constituição a tratar especificamente da questão ambiental” (ibidem, 2008, p.53). Nesse período “o antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) foi transformado em Instituto brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)” (ibidem, 2008, P.53). Essa mudança deixa transparecer o interesse do Estado em proteger, principalmente, o território da Amazônia. Isso se deve á pressões nacionais e internacionais. Outras leis foram criadas a fim de evitar a crescente onda de desmatamento e crimes ambientais no Brasil.

Um novo código florestal foi promulgado em 1996, ampliando a área de reserva legal de floresta nativa de 50 para 80% nas propriedades privadas. Foi sancionada a Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, que regulamenta a gestão dos recursos hídricos, e promulga a Lei nº9605, de 12 de fevereiro de 1988, que trata dos crimes ambientais (CUNHA e GUERRA, 2008, p.54).

As Unidades de Conservação aumentaram substancialmente nesse período. Até 1981 existiam três categorias de manejo: os Parques Nacionais, as Reservas Biológicas e as Florestas Nacionais. A partir dessa data, também foram instituídas legalmente e passaram a ser criadas as categorias: Estação Ecológica, Área de Proteção Ambiental e Área de Relevante Interesse Ecológico.

Com uma maior relevância das questões ambientais pelo Estado começa a divisão da responsabilidade de cuidar do meio ambiente com a sociedade. No ano de 1988 se iniciou uma revisão no plano do Sistema de Conservação do Brasil e a elaboração do ante-projeto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

### 3.1 A CRIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC)

Segundo Schenini, Costa e Casarin (2004), a primeira minuta do SNUC foi concebida em razão de uma proposta realizada pelo Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) para a revisão e atualização do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil. Esta proposta enfoca as seguintes fases: Revisão da situação conceitual e legal das Unidades de Conservação; Análise da representatividade do atual sistema, em termos de ecossistemas protegidos; e Elaboração de diretrizes e estratégias para a efetiva implementação do novo sistema. Em 1989 o ante – projeto do SNUC é entregue ao IBAMA. Já com a aprovação do CONAMA foi encaminhado pelo Executivo ao Legislativo. Após mais de oito anos de estudos, propostas e tramitação no congresso nacional foi sancionada a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

As unidades integrantes do SNUC passaram a ser divididas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. As Unidades de Proteção Integral têm como objetivo básico preservar a natureza e manter as condições primitivas do local, que se subdividem nas seguintes categorias: Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estação Ecológica, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre. Já as de Uso Sustentável tem como objetivo básico conservar a natureza, que significa utilizar os seus recursos de forma integrada, para manter o equilíbrio da natureza, suas categorias são: Área de Proteção Ambiental, Reserva Extrativista, Floresta nacional, Reserva Particular de Patrimônio Nacional, Área de Relevante Interesse Ecológico, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

As categorias que compõem as unidades de conservação podem ser classificadas como típicas, ou seja, as que integram o SNUC e, como atípicas, as quais mesmo abrigadas pelo ordenamento brasileiro, não fazem parte do sistema da Lei 9.985/00. Dentre as atípicas, cabe citar a Área de Preservação Permanente (APP), a Reserva Legal, Áreas de Servidão Florestal, as Reservas Indígenas, entre outras (ibidem, 2004).

A lei do SNUC tem 60 artigos, dos quais três foram vetados, mas, na realidade, esta lei oferece poucos avanços em relação ao corpo legal que a precedeu. O próprio conceito de sistema nacional de unidades de conservação é tão antigo no Brasil como em outros países.

Segundo a Lei 9.985, as UC's devem ser criadas por atos do poder público. Esta lei põe obrigatoriedade na consulta da população local em estabelecer e elaborar o plano de manejo, quando se trata de unidades de uso direto e a obrigatoriedade de estabelecer conselhos consultivos quando se trata de unidades de uso indireto. Além da consulta pública é necessária a elaboração de estudos técnicos para a criação das unidades de conservação, visando a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade.

As Unidades devem dispor ainda de um Plano de Manejo, que segundo o art. 2º, XVIII e XIX: “deve abranger a área de unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas” (BRASIL, 2000). A zona de amortecimento é o entorno da UC.

A partir da promulgação da Unidade de Conservação é dado um prazo, estipulado pela lei, de cinco anos para a elaboração do Plano de Manejo. Criada a unidade de conservação, ainda que não tenha sido efetivamente estabelecida, ela só pode ser suprimida por lei.

Segundo o art. 6º da Lei 9.985/00, o SNUC será gerido pelo CONAMA, que tem por função acompanhar a implementação do Sistema, pelo Ministério do Meio Ambiente, que coordenará o Sistema, pelo IBAMA, ICMBio e pelos órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação.

### 3.2 O SURGIMENTO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

A modalidade de uso sustentável RESEX é particular ao Brasil. Surgiu em 1985 na Amazônia, idealizadas por grupos de seringueiros, por meio das ideias lançadas por uma organização não governamental, o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA)<sup>14</sup>. Esse grupo lutava contra o modelo capitalista de produção, almejava a reforma agrária e resistia por meio da manutenção de seu modo de vida dependente do extrativismo.

---

<sup>14</sup> A atuação dessa ONG, com sede em Curitiba, formulou várias políticas ambientais na Amazônia. Deu apoio ao Conselho Nacional dos Seringueiros, ajudou no desenvolvimento da noção de reserva extrativista a partir do conceito de reserva indígena. Auxiliou na elaboração de uma estratégia de ação para o movimento dos seringueiros e ao encabeçar o *lobby* junto ao governo federal para adotar o modelo de Resex como política pública (CUNHA e GUERRA, 2008).

Com a necessidade de manter esse modelo extrativista e resistir aos especuladores latifundiários do Norte do país, os seringueiros juntamente com o IEA lançaram a proposta da RESEX. O diferencial dessa modalidade de UC, dentre outros, está no fato dela ter sido pensada, planejada e posta em prática pelos seringueiros que a idealizaram. Tendo como líder Chico Mendes<sup>15</sup>, o surgimento das RESEX's foi uma vitória do movimento sindical dos seringueiros. A criação das reservas representou a materialização da redistribuição de um território dominado por latifundiários desde a colonização brasileira, a Amazônia (CUNHA e GUERRA, 2008).

Segundo Allegreti (1994) foi no conflito de apropriação de terras que a ideia das reservas surgiu. Os seringueiros almejavam algo maior, a reforma agrária que contemplasse o contexto sociocultural dos povos da floresta, e posteriormente projetos de Assentamentos extrativistas e Reservas Extrativistas, entretanto esse desejo inicial não se tornou realidade.

Com o assassinato do líder Chico Mendes no final do ano de 1988, a pressão interna e internacional acelerou a demarcação de terras na forma de Reservas Extrativistas como uma resposta do governo brasileiro<sup>16</sup> aos conflitos naquela região. Vale destacar que no início dos anos 1990 a questão ambiental estava em alta e representava oportunidade de trazer investimentos para o país. Acendia a “boa vontade” do governo para com o tema.

Em Janeiro de 1990 foi sancionado o decreto 98.897, o qual define RESEX como: “Espaços territoriais destinados à exploração sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista” (BRASIL, 1990). Nesse decreto a população residente é responsável por gerir a reserva e o IBAMA tem a incumbência de apenas supervisionar. Na ocasião foram criadas quatro reservas:

A Reserva Extrativista Alto Juruá, localizada no Acre (Decreto-Lei nº 98.863, de 23 de janeiro de 1990); A Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre (Decreto-Lei nº 99.144,

---

<sup>15</sup> Francisco Alves Mendes Filho, foi seringueiro, sindicalista e ativista ambiental. Lutou com veemência pela preservação da floresta. Sua luta atingiu patamares internacionais quando em 1987 profere um discurso na reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) denunciando a destruição da floresta e solicitando a suspensão do financiamento para a construção da BR – 364, que atravessava o Estado de Rondônia e chegaria ao Acre. Nesse mesmo ano recebeu da ONU o prêmio Global 500, de preservação ambiental. Em 1988 Chico Mendes participa da criação da primeira reserva extrativista no Acre, após a desapropriação das terras de um latifundiário. Após esse fato o sindicalista começa a sofrer ameaças de morte. Em 22 de dezembro de 1988, ao sair de sua casa em Xapuri – Acre é assassinado.

<sup>16</sup> Destaca-se nesse momento o importante papel de “falso” mediador o qual o Estado assume diante das pressões de diversos grupos (grupos sociais excluídos, ambientalistas internacionais, mercado mundial). Tem-se um Estado que anda de mãos dadas com os grandes capitalistas e que a partir da oportunidade de obtenção de mais capital para beneficiá-los, coloca o tema ambiental na centralidade de suas pautas.

de 12 de março de 1990); A Reserva Extrativista do Rio Cajari, no Amapá (Decreto-Lei nº 7.804, de 28 de julho de 1989); A Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, em Rondônia (Decreto-Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989).

Após a instituição do SNUC, o qual as RESEX foram incorporadas como integrantes do conjunto de UC's de uso sustentável, várias mudanças foram feitas em relação a sua estrutura de gestão e decisão. É extinto o caráter de auto-gestão presente na criação das primeiras reservas e passa-se ao IBAMA a responsabilidade pela administração da unidade. Cria-se o conselho deliberativo que tem a função, segundo o SNUC, de instância gestora da unidade, compartilhada entre o órgão federal, beneficiários e outros grupos sociais.

Em 2007 a administração das RESEX's, bem como das outras modalidades de UC's, é transferida do IBAMA para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

A concepção de uma RESEX constitui em uma intervenção planejada na realidade da comunidade local. Isso se dá por meio de três etapas: criação, por publicação em decreto, implantação, através da regulação fundiária, consolidação, por meio da introdução de programas econômicos, sociais e tecnológicos. A distinção das RESEX'S perante as outras unidades de conservação se dá no fato desta modalidade levar em consideração as populações locais, seus direitos, sua organização e tradição cultural. Juridicamente, a resguarda do território pelas populações tradicionais é o diferencial nessa modalidade de UC.

Inicialmente as RESEX'S foram criadas no bioma amazônico e posteriormente nos biomas marinho, cerrado e na mata atlântica.

Segundo VIDAL (2006, p.44 ):

O IBAMA elencou algumas justificativas para a criação dessa categoria de unidade fora da região amazônica:

- 1) Constituir alternativa ao abandono das atividades pesqueira e extrativista, por parte da comunidade local, por meio da sua integração na gestão dos recursos naturais sob a ótica do desenvolvimento sustentável;
- 2) Mostrar que o conceito de Reserva Extrativista pode ser aplicado a recursos não-florestais;

3) O fato de a extração do berbigão (*Anomalocardia brasiliana*) ser atividade de significativa importância socioeconômica, como produtora de alimentos e geradora de renda;

4) O fato de a área considerada pertencer à União, dispensando custos referentes à desapropriação de terras e/ou indenização de benfeitorias.

### 3.3 AS PARTICULARIDADES DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS<sup>17</sup>

A criação de RESEX'S fora da região Amazônica teve início no ano de 1992, no Estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil, com a Reserva Extrativista marinha de Pirajubaé (Decreto Nº 533 de Maio de 1992). Atualmente existem 62 RESEX'S de responsabilidade do poder federal (ICMBio, 2016), distribuídas nos biomas marinho, amazônico, mata atlântica e cerrado, como mostra o Mapa 1.

As RESEX marinhas se somam em vinte e duas (Mapa 2), perdendo em número somente para o bioma amazônico. Porém se diferenciam das demais no tocante às contradições de ordem legal, uso dos recursos e aspectos geoambientais.

Uma importante questão legal diferencia as RESEX marinhas das terrestres: a apropriação de um recurso comum do povo, sob a tutela do Estado, o ambiente costeiro/marinho (SANTOS, SHIAVETTI, 2013).

Segundo a Constituição (BRASIL, 1988), em seu Art. 20:

“São bens da União:

V - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

... ..

VI - o mar territorial;”

De acordo com o Código Civil (BRASIL, 2002), em seu Art. 99:

“São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;”

Nesse sentido, a legislação brasileira não é clara. Se por um lado o mar é considerado bem público da união, significa que a mesma é responsável por sua gestão, incumbindo a ela definir o que pode ou não ser feito. Por outro lado, o mar sendo bem público de uso comum do povo, constitui que a população em geral pode ter acesso ao mesmo, ou seja, não há como estabelecer uma política distinta de concessão de uso.

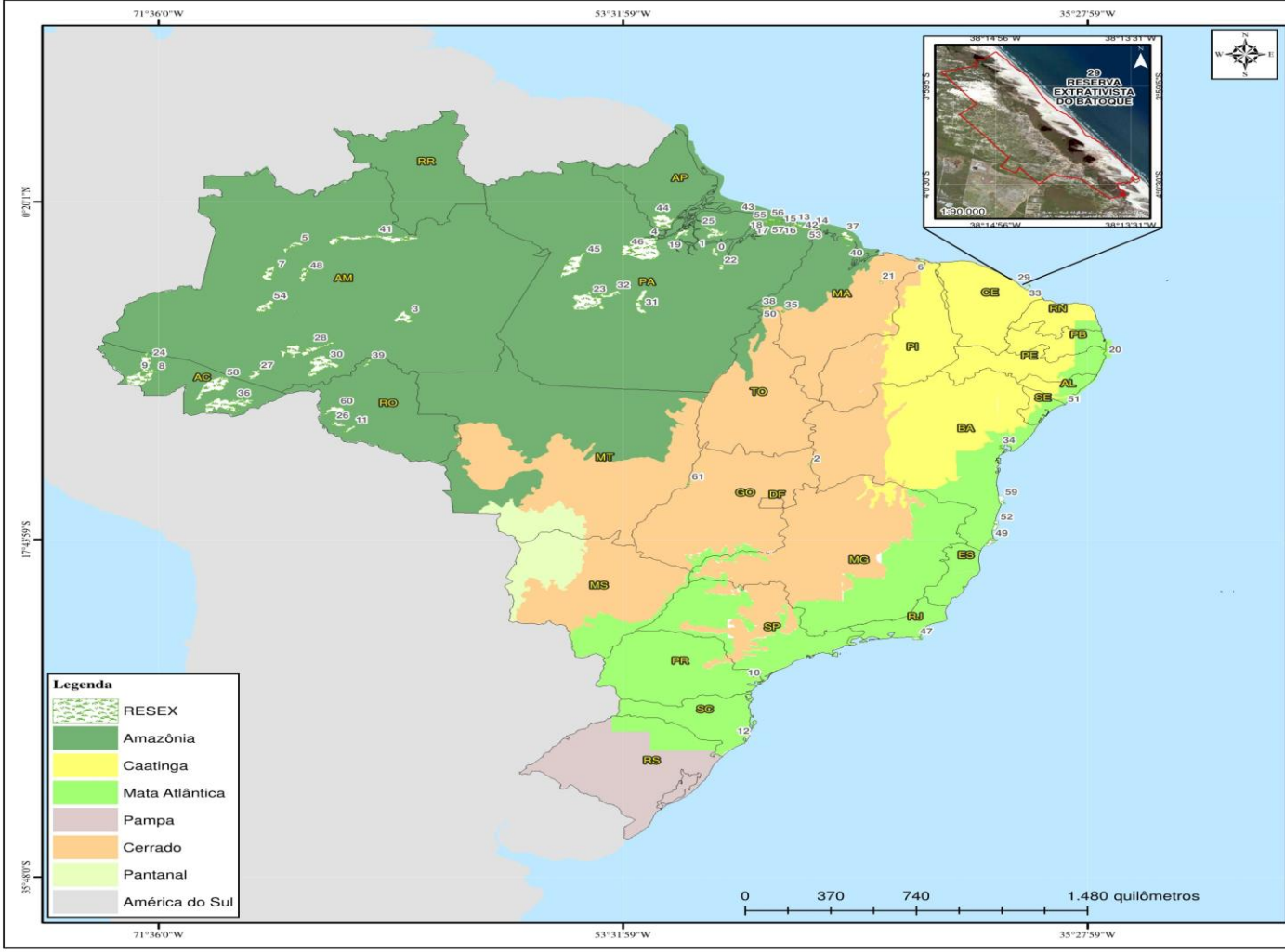
<sup>17</sup> Vale ressaltar que neste trabalho considera-se RESEX Marinha toda Reserva Extrativista que esteja alocada dentro do bioma Marinho/ costeiro, de acordo com os dados do ICMBio (2017).

Tem-se aí um conflito de cunho socioambiental. O modelo RESEX não deve ser apenas mudado de um bioma para outro, mas necessita ser adaptado ao contexto marinho.

No que concerne ao uso dos recursos, as RESEX's marinhas se distinguem das terrestres a partir da retirada do recurso. Na terrestre o produto explorado (castanha, látex) não reflete a retirada de indivíduos de uma população biológica, entretanto nas reservas marinhas a retirada do recurso (peixes, crustáceos) afeta diretamente a população da espécie e, conseqüentemente, sua manutenção. Não existem estudos particulares, levando em consideração a realidade de cada reserva, que mensure o quanto de pescado pode ser extraído do seu habitat natural sem prejudicar a reprodução da espécie.

Vale ressaltar as diferenças nos aspectos ecológicos das RESEX marinhas, os quais devem ser levados em consideração a fragilidade ambiental do bioma marinho e dos ambientes costeiros. A sustentabilidade do extrativismo é algo que deve ser analisado de maneira diferenciada neste bioma, uma vez que são retirados seres de uma população biológica.

As RESEX's Marinhas localizadas na região norte se dispõem por toda a costa paraense, somam-se em 10, já as nordestinas são também um total de 10 e estão distribuídas nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco e Sergipe, o sudeste possui apenas uma, alocada no estado do Rio de Janeiro e o Sul também conta com uma reserva, no estado de Santa Catarina.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA**

Autor: **Amanda Quintela de Castro**  
 Orientador: **Andréa Almeida**

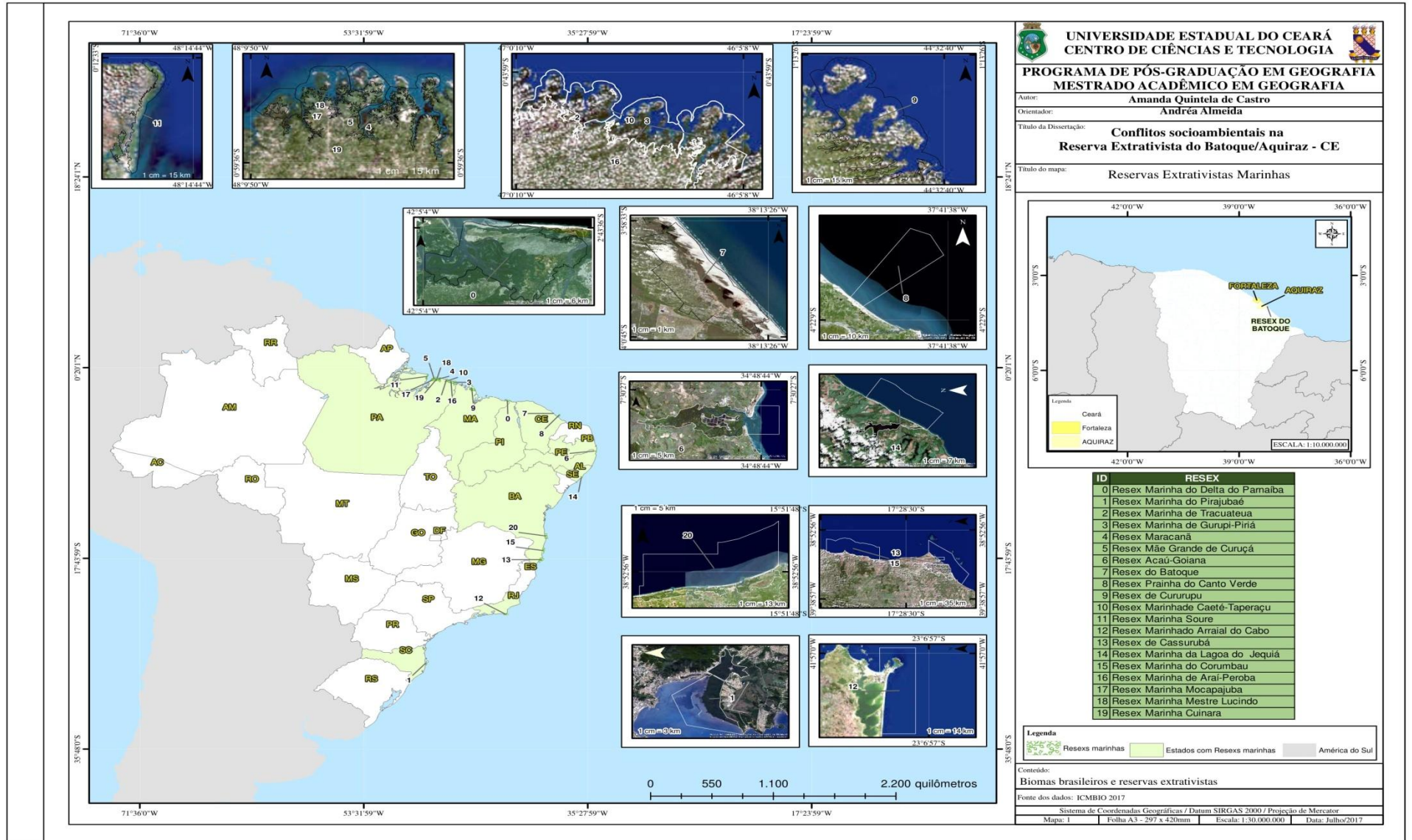
Título da Dissertação: **Conflitos socioambientais na Reserva Extrativista do Batoque/Aquiraz - CE**

Título do mapa: **Reservas Extrativistas Federais**



ID	Nome	ID	Nome
0	RESEX ARIÓCA PIRUANÁ	31	RESEX RIO XINGU
1	RESEX TERRA GRANDE - PIRACUABA	32	RESEX RIO URRE
2	RESEX DE RECANTO DAS ARARAS DE TERRA RONCA	33	RESEX PRAINHA DO CANTO VERDE
3	RESEX DO LAGO DO CAPANÁ GRANDE	34	RESEX MARINHA DA BAIJA DO IGUAPE
4	RESEX VERDE PARA SEMPRE	35	RESEX DA MATA GRANDE
5	RESEX ALIATI-PARANÁ	36	RESEX CHICO MENDES
6	RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAIBA	37	RESEX DE CURURUPU
7	RESEX DO RIO LUTAI	38	RESEX DO EXTREMO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS
8	RESEX DO ALTO TARAÍACÁ	39	RESEX DO LAGO DO CUMÁ
9	RESEX DO ALTO JURUÁ	40	RESEX DO QUILOMBO FLEXAL
10	RESEX DO MANDIRA	41	RESEX RIO LININI
11	RESEX DO RIO DO CAUTÁRIO	42	RESEX MARINHA DE CAETÉ-TAPERACU
12	RESEX MARINHA DO PIRAJUBÁ	43	RESEX MARINHA DE SOURE
13	RESEX MARINHA DE TRACUATELA	44	RESEX DO RIO CAJARI
14	RESEX MARINHA DE GURUPI-PIRÁ	45	RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS
15	RESEX CHOÇARÉ-MATO GROSSO	46	RESEX RENASCER
16	RESEX MARACANÁ	47	RESEX MARINHA DO ARRAIAL DO CABO
17	RESEX DE SÃO JOÃO DA PONTA	48	RESEX DO BANHO JURUÁ
18	RESEX MÃE GRANDE DE CURUÇA	49	RESEX DE CASSURUBA
19	RESEX GURUPÁ-MELGAÇO	50	RESEX DO CIRIACO
20	RESEX ACAU - GOIANA	51	RESEX MARINHA DA LAGOA DO JEQUIÁ
21	RESEX CHIAPADA LIMPA	52	RESEX MARINHA DO CORUMBAL
22	RESEX IPAÚ-ANILZINHO	53	RESEX MARINHA DE ARAÍ-PEROBA
23	RESEX RIOZINHO DO ANFRÍSIO	54	RESEX DO MÉDIO JURUÁ
24	RESEX RIOZINHO DA LIBERDADE	55	RESEX MARINHA MOCAPALUBA
25	RESEX MAPUÁ	56	RESEX MARINHA MESTRE LUCINDO
26	RESEX BARREIRO DAS ANTAS	57	RESEX MARINHA CUINARANA
27	RESEX ABAPITI	58	RESEX DO CAZUMBÁ-TRACEMA
28	RESEX DO MÉDIO PURUS	59	RESEX DE CANAVIEIRAS
29	RESEX DO BATOQUE	60	RESEX DO RIO OURO PRETO
30	RESEX ITUIKI	61	RESEX LAGO DO CEDRO

Conteúdo: **Biomos brasileiros e reservas extrativistas**  
 Fonte dos dados: ICBMHO 2017  
 Sistema de Coordenadas Geográficas / Datum SIRGAS 2000 / Projeção de Mercator  
 Mapa: 1 | Folha A3 - 297 x 420mm | Escala: 1:20.000.000 | Data: Agosto/2016



Além da fragilidade do bioma marinho, essas reservas possuem vulnerabilidade quanto a sua manutenção extrativista, levando-se em consideração a realidade na qual estão inseridas onde a lógica capitalista lhes rodeiam cotidianamente, em um litoral disputado pelos detentores de capital. Vê-se comunidades fragilizadas, por não estarem seguindo essa lógica, caracterizarem-se enquanto territórios de resistência, ao passo que tornam-se reservas que servirão ao processo de expansão geográfica do capital devido as inúmeras pressões deste.

Assim, o capital irá pressionar essas reservas de diversas maneiras, a mais precisa será a desmobilização comunitária, onde a comunidade fica mais suscetível à entrada do capital. Esse esfacelamento da comunidade pode se dar por diversas formas: descaso do Estado, escassez de trabalho, ausência de dinheiro, dentre outros.

A seguir buscar-se-á fornecer um panorama das RESEX Marinhas federais brasileiras, no intento de apreender seus objetivos, como se deu o nascimento e de que maneira estão expostos seus conflitos.

### **3.3.1 As reservas extrativistas marinha brasileiras**

- A RESEX marinha do Delta do Parnaíba

Localizada no Maranhão, abrange uma área de 275,6 km<sup>2</sup> (ICMBIO, 2017), diferentemente da maioria das outras reservas extrativistas foi criada sem o apelo comunitário, no ano de 2000 (MESQUITA, 2015). Segundo o IBAMA (2002), o objetivo de criação da referida reserva é a proteção do delta dos rios que formam a APA<sup>18</sup> sua fauna e flora, os recursos hídricos; a melhoria na qualidade de vida da população residente; fomentar o turismo ecológico e proteger as culturas tradicionais. Não possui plano de manejo, que deveria ser implantado na UC em, no máximo, cinco anos após sua criação. A partir da inexistência do plano de manejo foi elaborado um instrumento emergencial para ordenamento dos usos na RESEX, que segundo Costa e Passos (2017, p. 270)

É uma tentativa de orientar as atividades dentro do perímetro da área de estudo, atividades como: Regras Sobre Uso da terra; Pesca; Recurso Madeireiro (Mangue); Lixo (resíduos sólidos); Regras Específicas (Cada Comunidade possui regras específicas).

---

<sup>18</sup> A Área de Proteção Ambiental (APA) é uma extensa área natural destinada à proteção e conservação dos atributos bióticos (fauna e flora), estéticos ou culturais ali existentes, importantes para a qualidade de vida da população local e para a proteção dos ecossistemas regionais.

De acordo com Costa e Passos (2017), os aspectos naturais da Resex do Delta do Parnaíba são formados por “um conjunto de ecossistemas, com presença de baías, manguezais, dunas, praias arenosas, restingas, marismas, apicuns, lagoas permanentes, além dos aspectos históricos e culturais que formam o cenário paisagístico”. Esse potencial paisagístico está sendo ameaçado pela instalação de parques eólicos. As turbinas são instaladas a poucos metros do mar, próxima a faixa praial e estimulam a especulação imobiliária na zona de amortecimento da RESEX (MESQUITA, 2015). Esse é um conflito particular á RESEX Delta do Parnaíba.

#### - A RESEX marinha do Pirajubaé

Como já citado anteriormente, foi a primeira RESEX criada fora do bioma Amazônico, portanto é a reserva marinha mais antiga, sua criação data do ano de 1992. Possui em torno de 1.444 hectares (ICMBIO, 2017). Apesar do tempo de reserva ainda não possui plano de manejo, apenas instruções normativas acerca do manejo do berbigão<sup>19</sup>. A extração desse molusco foi o que fez surgir a necessidade de criação da reserva. Segundo Spíndola, Teixeira e Filho (2014) a remoção do molusco com fins comerciais só aconteceu com a introdução de um petrecho de pesca chamado gancho, trazido por uma determinada empresa. Esse instrumento ao passo que facilitou também, trouxe problemas relacionados à sua utilização desenfreada. Isso causou apreensão nos extrativistas e da Superintendência do desenvolvimento de Pesca com o risco de sobre – exploração do recurso. A preocupação com a intensificação na exploração do molusco deu origem a RESEX marinha de Pirajubaé.

Esta está inserida dentro do perímetro urbano da cidade de Florianópolis, e isso a faz ser “atacada” constantemente pela dinâmica do crescimento urbano, estimulado pelo turismo. Um desses “ataques” são os impactos causados pela construção da Via expressa sul, via rápida de ligação da região central à região sul da ilha de Florianópolis, que alcança a região limítrofe da RESEX (SOUSA, 2007). Para a construção dessa via foi implantado um aterro hidráulico, cujos impactos provocaram a redução dos estoques dos recursos pesqueiros dessa RESEX, dentre eles o berbigão.

---

<sup>19</sup> Seu nome científico é *Cerastoderma edule*. Molusco usado na gastronomia. Existe em bastante quantidade em Pirajubaé (SPÍNDOLA, TEIXEIRA E FILHO, 2014).

No caso da RESEX Marinha do Pirajubaé nota-se como o Estado serve aos promotores imobiliários, na promessa dessas ações gerarem desenvolvimento local. Tem-se, então, a seguinte indagação: desenvolvimento para quem? Que desenvolvimento?

O fato dessa reserva estar alocada dentro de um perímetro urbano intensifica a pressão da entrada do processo de acumulação capitalista. Segundo Harvey (2001, p.40) “a tendência histórica do capitalismo é destruir e absorver modos não – capitalistas de produção, ao mesmo tempo que os utiliza para criar espaço novo para a acumulação de capital.” Pirajubaé é um exemplo latente de como o capital, por meio da expansão geográfica, pressiona as reservas a fazerem parte do processo de acumulação capitalista.

- RESEX marinha do Tracuateua

Localizada no nordeste do Pará, possui uma área de 27.864,08 hectares (ICMBIO, 2018). Foi criada no ano de 2005 em conjunto com outras três, Caeté-Taperaçu, Araí- Peroba e Gurupi – Piriá, localizadas na mesma região. Ainda não possui plano de manejo. Diferentemente da maioria das RESEX marinhas, que surgiram a partir de um clamor da comunidade, em Tracuateua foi diferente, partiu do IBAMA juntamente com o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Populações Tradicionais (CNPT) a ideia da criação, que se deu por meio de uma oferta social dos referidos órgãos (COSTA, 2014). De acordo com Costa (2014, p.9) esse fato explica o pouco envolvimento da comunidade com os assuntos relacionados à reserva, “a maioria não sabe o que é uma Reserva Extrativista Marinha”, para os comunitários está mais relacionada ao fato de trazer benefícios complementares, “como a construção de casas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do que a conservação da biodiversidade”. As mudanças advindas com a promulgação da reserva “referem-se mais aos benefícios complementares do que às novas regras determinadas para a regulação das práticas extrativistas” (COSTA, 2014, p.9).

Segundo Mesquita (2015), os conflitos de uso dessa reserva se concentram no modo e na forma de comercialização do pescado. Com a diminuição da oferta de peixes os pescadores buscam diversas maneiras de obter uma maior quantidade de pescados, sendo assim terminam por usar veneno e equipamentos prejudiciais ao ambiente, como a “fuzaca”, um tipo de cerco extremamente danoso. A comercialização é mediada pelos “atravessadores” que taxam o pescado em preços baixos para que possam obter um maior

lucro na venda para o comprador final. Essa mediação torna-se danosa para o pescador, tornando-o refém dos “atravessadores”.

- RESEX Marinha Gurupi-Piriá

Localiza-se no Pará, possui uma área de 74.081,81 hectares e foi criada no ano de 2005 (ICMBIO, 2018). O nome da reserva faz menção aos dois rios que a atravessam a UC, o Gurupi, que faz divisa com o Maranhão e o rio Piriá, do lado oposto, no Pará. Possui somente uma via de acesso com estrada carroçável. Segundo Mesquita (2015) nasceu a partir da luta dos pescadores e catadores de mariscos a fim de permanecerem no território e da necessidade de preservação de seu manguezal, o qual estava sendo utilizado indiscriminadamente por pessoas de fora da comunidade.

Assim como a RESEX Tracuateua, em Gurupi-Piriá um dos conflitos se dá em torno da pesca. A diminuição dos crustáceos e a relação com os “atravessadores” ilustram a realidade local, na qual é costume os nativos receberem vales destes que quase nunca são quitados pela entrega de peixes ou crustáceos em Bragança e Belém. (MESQUITA, 2015).

- RESEX Marinha Maracanã

Criada em 2002, possui 30.018 hectares e localiza-se no Pará, no campus da Universidade Federal Rural da Amazônia (ICMBIO, 2018). A referida reserva não possui plano de manejo. Para Mesquita (2015), a comunidade que reside na reserva, diferente da maioria das comunidades que moram em RESEX, é alheia á sua condição extrativista e não demonstra interesse.

Sua área de entorno sofre com a especulação imobiliária, pois se localiza a 50 km de Salinópolis, local escolhido pela elite da região norte como balneário (MESQUITA, 2015). Outra problemática encontrada em Maracanã é a pesca de arrasto<sup>20</sup> que é praticada de forma desenfreada e sem fiscalização. Dentro da RESEX localiza-se a praia da Marieta, uma das poucas praias do litoral brasileiro que não foi ocupada (Figura 1).

---

<sup>20</sup> Pesca onde é utilizada uma rede que é arrastada ao longo do fundo do oceano para recolher tudo que estiver em seu caminho, causando danos ao assoalho marinho.

**Figura 1 - Praia da Marieta localizada na RESEX Marinha Maracanã**



Fonte: Site Mar Sem Fim (2015).

- RESEX Marinha Chocoaré-Mato Grosso

Está localizada ao lado da Resex Maracanã, sendo dividida por um rio, o Maracanã. Também foi gerada em 2002, o que a diferencia de sua vizinha é o tamanho, 2.783 hectares (ICMBIO, 2018).

Segundo Mesquita (2015) essa reserva é rodeada de grileiros, que abrem vastos pastos com poucos gados, fazendo das áreas reserva do capital. Os comunitários reclamam da falta de fiscalização na área, que propicia vários conflitos, dentre eles, os decorrentes dos métodos ilegais de pesca.

A relação com os “atravessadores” é conflituosa, pois eles taxam o pescado em um valor muito baixo, o que causa insatisfação nos pescadores (MESQUITA, 2015). O supracitado autor também avaliou como vivem os nativos dessa reserva e constatou que a situação é precária. Alguns moram em casas de tijolos, obra do INCRA, outra parte ainda habita casas de barro, as conhecidas casas de pau-a-pique.

- RESEX Marinha Mãe Grande do Curuçá

Situa-se no nordeste paraense e possui uma área de 36.678,24 hectares (ICMBIO, 2018). Sua promulgação se deu no ano de 2002. Não possui plano de manejo. Segundo Mesquita (2015) cerca de cinco mil famílias vivem da extração de caranguejos, moluscos e peixes. Assim como a maioria da RESEX marinhas em Mãe Grande não é diferente, a falta de fiscalização é uma problemática.

Segundo Sousa (2008), os conflitos na reserva giram em torno de variados agentes produtores do espaço, pescadores artesanais que tem seus territórios invadidos por pescadores industriais e fazendeiros, comunidade versus Estado. Tem seu principal conflito centrado na forte pressão predatória e especulativa sobre os recursos hídricos dos quais dependem diretamente.

De acordo com Furtado (2003, p.43), os conflitos da pesca na região amazônica assumem características diferenciadas e são resultantes de um processo de transformação mais abrangente que atinge a sociedade brasileira.

Portanto, estão expressos na condição social das comunidades sob diversas formas: tensão, desconfiança entre vizinhos ou mesmo parentes, e, também, sob a forma de enfrentamentos, litígios, interditos, emboscadas, disputas de territórios, o que na pesca remete aos conflitos socioambientais.

Ainda de acordo com Sousa (2008) a ineficiência do conselho deliberativo da RESEX a partir da ausência de regularidade das reuniões faz agravar os conflitos existentes.

#### - RESEX Marinha Acaú- Goiana

Data de 2007 a promulgação da RESEX, que possui 6.676,69 hectares (ICMBIO, 2018). Situa-se entre o distrito de Acaú e o município vizinho Caaporã, ambos localizados no litoral do extremo sul da Paraíba e o município de Goiana no litoral do extremo norte de Pernambuco (FADIGAS E GARCIA, 2008). Não possui plano de manejo. Recentemente foi publicado um acordo de gestão<sup>21</sup> que cria diretrizes para a utilização da reserva e dos recursos nela presentes. A pesca e a catação de marisco são atividades exercidas pela comunidade do local.

Segundo Fadigas e Garcia (2008), a RESEX foi pensada a partir da existência de conflitos socioambientais na área. Sendo eles: monocultura da cana-de-açúcar, atividades de carcinicultura e fábricas em sua área de entorno. Na tentativa de minimizar

---

<sup>21</sup> PORTARIA ICMBIO Nº 851 de 22-12-2017.

esses embates, as principais lideranças da comunidade se reuniram para a criação da reserva, com o objetivo de organizar a utilização dos recursos.

Atualmente, de acordo com Mesquita (2015), na divisa da resex há uma área de 470 hectares de fábricas, incluindo três montadoras, um polo cimenteiro e outro farmoquímico. Diante desse cenário, observa-se como essa área é pressionada pelo processo de acumulação do capital. Essa quantidade de empresas além de produzirem poluição industrial ainda está transformando o perfil socioeconômico da área de entorno, com as fábricas os trabalhadores desejam morar perto do emprego. Esses fatores causam conflitos socioambientais em que o ambiente e os comunitários são os atingidos.

#### - RESEX Prainha do Canto Verde

Foi a segunda RESEX criada no Estado do Ceará, em 2009. Possui uma área de 29.804,99 hectares e localiza-se no município de Beberibe, no litoral leste do Estado. (ICMBIO, 2018). Sua posição no litoral cearense, em uma área de elevado potencial econômico, facilita a especulação imobiliária. Possui várias atrações paisagísticas, entre elas, praias, falésias de areia colorida, nascentes e bicas, dunas, densos coqueirais, núcleos de pescadores, ancoradouros de jangadas, embarcações, lagoas, barras de rio, lagamares e manguezais (MENDONÇA, 2004). A reserva foi criada a fim de conter a especulação imobiliária no local, e é exemplo latente de resistência no litoral.

Segundo Mesquita (2015), o início da grilagem no lugar teria surgido nos anos 70, quando empresários começaram a agir. A ideia era esperar a valorização para a venda futura, ou a construção de mega resorts.

Depois de muita luta a comunidade conseguiu se tornar uma RESEX, entretanto os conflitos persistem até hoje, pois ainda existem terras de grileiro dentro da comunidade. Atualmente é praticado o segmento de turismo comunitário, que também enfrenta embates, pois de acordo com Fortunato (2013), a prática produz conflitos internos onde a população fica dividida entre o modelo comunitário e o turismo de massa, “aquele que mobiliza grande contingência de pessoas” (CASTRO, p.30, 2015). Esse conflito interno enfraquece a união comunitária. Segundo Fortunato (p.134, 2013):

A RESEX tão almejada pela maior parte da população, agora apresenta uma força ambivalente, pois por um lado protege o ambiente natural e regulariza os imóveis dos moradores, e por outro lado, provoca uma retração no fluxo de turistas que dificulta a inserção de outros atores sociais, já impregnados pela

ideia do “dinheiro fácil”, que pelo menos segundo os pescadores “mais fácil e garantido que no mar”.

Essa passagem reflete como se concretiza os embates internos acerca da problemática que envolve o turismo comunitário, um conflito socioambiental que se materializa a partir de uma atividade, que á princípio, deveria ser para fortalecimento da RESEX, mas constata-se o contrário.

#### - RESEX Marinha do Cururupu

Situa-se no litoral ocidental do Maranhão, foi criada no ano de 2004 e possui 186.053,87 hectares (ICMBIO, 2018), o que a torna a maior RESEX marinha do Brasil. Segundo Reis (2015), a região onde está situada a reserva de Cururupu é composta de estuários, ilhas, manguezais, baías, restingas e dunas. Esse ambiente é bastante propício a atividade pesqueira, a qual é a principal atividade econômica praticada no local. Em razão da grande extensão de manguezal, a pesca, diferentemente das RESEX marinhas paraenses, ainda continua farta (MESQUITA, 2015). De acordo com o ICMBIO (2018), a UC possui dentro de seus limites a maior área de manguezais preservados dentro das unidades de uso sustentável do Brasil.

Sua criação se deu a partir do clamor da comunidade em preservar o ambiente, diante das ameaças de pessoas “de fora” que vinham realizar pescas e prospecção de moluscos irregularmente (REIS, 2015).

Uma particularidade nessa RESEX é a existência do plano de manejo, o que era pra ser regra entre as UC, diante da ineficiência estatal no cumprimento das leis, torna-se exceção. O referido plano foi construído no ano de 2015, onze anos após a criação da reserva. Divide-se em duas partes: o diagnóstico e o planejamento. Foi colocado em prática no ano de 2017<sup>22</sup>.

Segundo Mesquita (2015) os conflitos que permeiam essa UC advém da falta de fiscalização por meio do ICMBio, a venda de peixe através de “atravessadores” e o início do uso de drogas.

#### - RESEX Marinha de Caeté – Taperaçu

---

<sup>22</sup> Foi aprovado por meio da portaria Nº 227, de 4 de Agosto de 2017.

Criada no ano de 2005 localiza-se no Pará, Estado que tem toda a sua costa “protegida” por reservas extrativistas. É outra exceção á regra, pois também possui o plano de manejo, criado em 2012. Possui uma área de 42.489,17 hectares (ICMBIO, 2018). Sua criação, de acordo com Contente (2013), se deu “de cima pra baixo”, partiu de uma sugestão do IBAMA à comunidade local, com o objetivo de reduzir o uso predatório dos recursos pesqueiros, como caranguejos e peixes que dependem das extensas florestas de manguezal da região.

Para Mesquita (2015), os maiores embates dentro da RESEX se dão no âmbito da incapacidade da equipe gestora de colocar o plano de manejo em prática devido a falta de verbas. Isso acarreta, dentre outros, na pesca predatória onde os pescadores não respeitam as espécies ameaçadas de extinção, isso está ocasionando a diminuição do pescado na reserva.

Essa reserva é um exemplo do tipo de “preservação” que é dado ao ambiente por meio do Estado. O governo federal cria a reserva, decreta um plano de manejo, designa funcionários para fiscalizar, mas não existe a verba para por o plano de manejo em prática, não existe a quantidade de funcionários necessários para fazer a fiscalização.

#### - RESEX Marinha Soure

Foi a primeira RESEX marinha do Pará, criada em 2001 (LOBATO *et al.*). Possui uma área de 29.578,36 hectares e não possui plano de manejo (ICMBIO, 2018). Segundo Mesquita (2015), a reserva foi criada a partir da necessidade local, principalmente dos catadores de caranguejos, para se preservar o território de pescadores que vinham de fora, os quais praticavam a pesca através de técnicas predatórias.

Atualmente, de acordo com o supracitado autor, as práticas ilegais de pesca ainda continuam, pois a fiscalização é muito precária, a reserva possui somente um analista ambiental para gerir sua área.

#### - RESEX Marinha do Arraial do Cabo

É a única RESEX marinha do Estado do Rio de Janeiro e a segunda mais antiga do Brasil. Foi criada em 1997 e possui 51.601,46 hectares (ICMBIO, 2018). Apesar da idade da reserva a mesma não possui o plano de manejo. Foi desenvolvido um plano de

utilização<sup>23</sup> onde regulariza a utilização dos recursos naturais contidos na RESEX, entretanto não discorre sobre o turismo em grande escala desenvolvido na reserva. A praia é rica em pescado devido ao fenômeno de ressurgência<sup>24</sup>

O surgimento da reserva se deu da necessidade de preservar esse território e principalmente a manutenção da grande quantidade de pescados, haja vista a localização da reserva e seu fácil acesso que propiciavam a vinda de embarcações de vários lugares do Brasil, os quais praticavam pescas com técnicas prejudiciais ao ambiente marinho.

Com o avanço dos anos, essa proteção ficou cada vez mais difícil. Segundo Mesquita (2015), a especulação imobiliária chegou e a tornou numa reserva urbana. Além dos problemas que a urbanização trouxe, como a poluição dos recursos hídricos, ainda existem outros problemas, a prospecção de petróleo e o turismo de massa, este último não tem um ordenamento e se torna insustentável.

O adensamento populacional, as técnicas ilegais de pesca, a prospecção petrolífera estão acarretando na diminuição do pescado e conseqüentemente na diminuição da renda dos que dele sobrevivem, pois além desses fatores o pescado ainda é vendido por um baixo valor para os atravessadores. De acordo com Souza (2007) esses impasses em torno da pesca faz com que as novas gerações não a vejam como um trabalho atrativo e acabem buscando outras ocupações, como o turismo.

#### - RESEX Marinha de Cassurumbá

Localiza-se no estado da Bahia. Possui 100.767,56 hectares e foi criada em 2009 (ICMBIO, 2018). Não possui plano de manejo. A necessidade de criação da reserva veio na tentativa de barrar a entrada de empresas de carcinicultura no território (NICOLAU, 2014). A comunidade se organizou juntamente com ambientalistas para a promulgação da reserva, entretanto havia um grupo contrário à criação da reserva, de forte influência política.

O grupo pró-Resex compreendia as instituições governamentais e não governamentais que iniciaram as intervenções contra a carcinicultura ao projetar em praças públicas vídeos sobre os impactos das fazendas de camarão,

---

<sup>23</sup> Portaria IBAMA nº 17 de 18 de fevereiro de 1999.

<sup>24</sup> Chama-se de ressurgência ao fenômeno provocado por uma corrente de água fria, oriunda das Malvinas, que se desloca em um nível profundo e que, ao chegar à costa de Arraial do Cabo aflora devido a seu aquecimento, resultante dos raios solares e do encontro com outra corrente de água originária do norte. A corrente vinda do sul é rica em nutrientes, fazendo parte da cadeia alimentar de animais microscópicos que, por sua vez, alimentam outros maiores (SOUZA, 2007).

principalmente no Nordeste. À medida que o processo de licenciamento da carcinicultura avança as instituições se organizam articuladamente planejando estratégias de mobilização. Nesse processo, outros atores entram em cena como resultado da mobilização e o grupo anticarcinicultura percebeu que o mecanismo mais eficaz para conter o processo de licenciamento, seria a criação da Resex. Ao mesmo tempo, o grupo pró-carcinicultura, constituídos os empresários e seus prepostos, contava com o apoio do prefeito e de vereadores, além de comerciantes, a Loja Maçônica e o Rotary Club de Caravelas. Em Nova Viçosa, garantem também apoio do prefeito. Os dois grupos em contraposições, coordenavam ações locais, mas também acionavam parceiros regionais e nacionais, como por exemplo o Gambá – Grupo Ambientalista da Bahia, para o lado pró-Resex; e para o lado dos carcinicultores, o governador da Bahia na época, um senador e o próprio órgão licenciador, o Centro de Recursos Ambientais – CRA, hoje Inema – Instituto Estadual do Meio Ambiente. Inicialmente a proposta da Resex partira apenas do grupo. (Nicolau, 2014, p.20-21).

A passagem acima denota como os agentes produtores do espaço se posicionam diante da criação da reserva. Observa-se como o Estado está atrelado aos interesses dos grandes capitalistas, nesse caso, representados pelos proprietários fundiários e dos meios de produção.

Hodiernamente, além dos conflitos com os empresários carcinicultores também existem embates com empresas de celulose alocadas na área de entorno da reserva, a qual deveria ser a sua zona de amortecimento, caso existisse o plano de manejo. Esse conflito advém da plantação da monocultura de eucaliptos que sufoca os mangues e seu entorno (MESQUITA, 2015). Na figura 2, observa-se um protesto realizado pelo Movimento Autônomo dos Pescadores de Cassurumbá. Os pescadores bloqueiam a passagem para o Canal do Tomba (Caravelas-BA) “impedindo as passagens das barcaças que transportam toras de eucalipto até a fábrica da Fibria S.A.<sup>25</sup> em Aracruz (ES)” (TERRAMAR, 2017).

#### - RESEX Marinha da Lagoa do Jequiá

É a única RESEX marinha do Estado de Alagoas, possui uma área de 10.203,79 hectares e foi promulgada em 2001 (ICMBIO, 2018). Não possui plano de manejo. A criação da reserva se deu na tentativa de barrar a entrada de usinas e empresas de pesca de outras localidades.

<sup>25</sup> Sobre o histórico e atuação da empresa ver mais em PINTO, J. R. L. MANSOLDO, F. F. **A Fíbria e o novo papel do Estado no capitalismo brasileiro: do “Estado - empresário” ao “Estado - empresa”**. Homa Pública: Revista Internacional de direitos humanos e empresas. Vol 2. Nº 1. 2018. Disponível em: < <http://homacdh.com/journal/wp-content/uploads/sites/3/2018/02/A-FIBRIA-e-o-novo-papel-do-Estado-no-capitalismo-brasileiro-do-Estado-empres%C3%A1rio-ao-Estado-empresa.pdf> >. Acesso em: 23 março 2018.

Atualmente a comunidade vive a realidade da escassez de pescados e contaminação de seus efluentes. De acordo com Rodrigues (2016), a pesca predatória com redes de malha fina, a inserção de espécies exóticas e a contaminação das águas estão

**Figura 2 - Protesto na RESEX marinha de Cassurumbá**



Fonte: TERRAMAR (2017).

influenciando essa diminuição. Esse cenário suscita a propagação de conflitos, no caso, dos pescadores com órgão gestor, os quais alegam que não existe uma fiscalização adequada para a RESEX. Segundo Mesquita (2015), os usineiros também conflitam, pois se situam na zona de amortecimento, contribuindo para a poluição indireta dos afluentes.

#### - RESEX Marinha Corumbau

Situa-se na Bahia, com uma extensão de 89.596,75 hectares, foi criada no ano de 2000 (ICMBIO, 2018). Não possui plano de manejo, mas existe um plano de utilização criado desde 2002 que, teoricamente, serve como instrumento na gestão da reserva.

O nascimento dessa reserva veio através de uma demanda social, “de baixo pra cima”, de acordo com Afonso (2013) em 1998 grupos de pescadores se uniram na tentativa de barrar a prática da pesca predatória de camarão por frotas industriais que estava ocorrendo na região.

Uma particularidade desta RESEX é a sua delimitação, sua área é totalmente alocada no mar, não possui ambiente terrestre dentro da reserva. Esse fator aumenta os

embates da comunidade que vive dos recursos marinhos, mas não possui legalidade quanto as suas terras e moram na área de entorno da RESEX (AFONSO, 2013).

Como acontece na maioria das RESEX marinhas, em Corumbau a especulação e o turismo de massa também se fazem presente e acabam por causar conflitos internos, como narra Bucci.

Atualmente, com questões conflituosas envolvendo o diálogo sobre a possibilidade de demarcação da RESEX-terra intensificam-se conflitos internos, quando grupos locais (nativos) se posicionam opostamente no debate. Enquanto um grupo defende a criação da RESEX terra, afirmando-se enquanto populações tradicionais para a obtenção de garantias de uso exclusivo do território e sustentabilidade ambiental, outro grupo se posiciona contra essas opções de território comum e articulam seus discursos em favor dos empreendedores de turismo e Resorts locais, justificando que necessitam destes empreendimentos para seu sustento, considerando que vários de seus parentes trabalham nestes estabelecimentos (BUCCI, 2009, p. 64).

#### - RESEX Marinha Araí Peroba

Eis mais uma reserva marinha paraense, 11.549,73 hectares, foi criada no ano de 2005 (ICMBIO, 2018), com o objetivo de barrar a pesca predatória praticada por pescadores de outras regiões, que vinham com técnicas inadequadas. Segundo Santos, Chaves e Nogueira (2013), inicialmente os comunitários de Araí Peroba conflitavam com outros pescadores que invadiam os seus territórios. Depois da criação da reserva iniciou-se situações conflituosas com os órgãos públicos por consequência do descaso e da pouca atuação dos mesmos.

Ainda segundo os supracitados autores, a situação na reserva vem ficando cada vez mais embaraçosa, pois as pressões sobre os recursos do mangue e dos rios tem se intensificado a cada ano. O desejo da conservação e do equilíbrio ambiental ainda esta muito aquém do sonhado pelos comunitários.

#### - RESEX Marinha Mocapajuba

Foi criada juntamente com mais duas RESEX marinhas paraenses, são elas Mestre Lucindo e Cuinarana, no ano de 2014. Possui uma área de 21. 027,80 hectares (ICMBIO, 2018). Não possui plano de manejo. A criação da reserva se deu a partir da necessidade das comunidades que residem no local na tentativa de sanar os conflitos com

os pescadores que vinham de outra localidade, os quais praticavam a pesca predatória, com o uso de apetrechos ilegais (ICMBIO, 2014).

Atualmente, segundo Cañete (2016) essas relações continuam conflitivas, pois sem o plano de manejo e uma fiscalização intensiva a “sustentabilidade” da reserva é posta em questionamento.

#### - RESEX Marinha Mestre Lucindo

Possui 26.464,88 hectares (ICMBIO, 2018). A proposta de criação da RESEX foi uma solicitação encaminhada pelo Centro Comunitário de Marudá, apoiado por instituições do Poder Público Federal e pequenas associações locais, representada por pescadores e coletores da região que vivem essencialmente do extrativismo de recursos pesqueiros (BRASIL, 2014).

Segundo Campos, Nascimento e Mendonça (2017), dentre os principais problemas ambientais da RESEX, os comunitários entrevistados afirmaram o desmatamento do mangue como a principal dificuldade, seguido da falta de caranguejos e outros mariscos, que segundo os usuários a extração excessiva do caranguejo está levando a sua extinção em algumas comunidades. Nesse sentido, os comunitários por meio de associações, juntamente com o ICMBio criaram uma campanha em prol do defeso do caranguejo (Figura 3).

#### - RESEX Marinha Cuinarana

Possui uma área de 11.036,41 hectares, criada em 2014, não possui plano de manejo (ICMBIO, 2018). Teve seu conselho deliberativo<sup>26</sup> aprovado recentemente. Sua criação se assemelha com a de suas vizinhas, Mocapajuba e Mestre Lucindo, e se deu pela necessidade da comunidade em proteger seus recursos pesqueiros.

Seus principais conflitos se dão no âmbito da proteção de seus ambientes para que não faltem recursos para o extrativismo. Por ser uma reserva jovem, ainda se encontra fortalecendo a luta. Um exemplo de sua atividade política é a criação da Associação de usuários da reserva extrativista Marinha Cuinarana (AUREMAC).

---

<sup>26</sup> Portaria Nº 207, de 14 de Março de 2018.

- RESEX Marinha Bahia do Iguape

Localizada na Bahia, possui 10.082,45 hectares, e foi criada no ano de 2009. (ICMBIO, 2018) A opção pela criação da RESEX se deu devido a mobilização das comunidades que moravam na área, que encaminharam ao IBAMA um abaixo assinado solicitando a criação da UC (ZAGATTO, 2013). Para os pescadores artesanais das comunidades da Baía do Iguape, a RESEX se tornou um importante instrumento jurídico no combate à pesca predatória com o uso de explosivos (PROST, 2010) e uma estratégia política para atrair a atenção do Governo Federal para a região.

Figura 3 - Folder de conscientização da reprodução do caranguejo

**ANDADA DO CARANGUEJO-UÇÁ 2018**  
**Deixa o caranguejo namorar!!!**

Andada ou Suatã é o período reprodutivo em que os caranguejos machos e fêmeas (condurma ou condessa) saem de suas tocas e andam pelo manguezal para acasalamento e liberação dos ovos

**O que diz a Instrução Normativa?**  
 IN MAPA/MMA Nº 06 de 16/01/17  
 É proibida a captura, o transporte, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização de qualquer indivíduo da espécie *Ucides Cordatus* (Caranguejo Uçá) nos períodos da lua nova e da lua cheia nos meses de Janeiro a março.

**Punição para quem não cumprir a Lei**  
 Multa de R\$ 700,00 a R\$ 100.000,00  
 Mais R\$ 20,00 por quilo de produto apreendido.  
 Lei Nº 9605/08, Decreto Federal Nº 6514/08, Art. 35.

**Fêmea ovada**  
 É expressamente proibida a captura de fêmeas o ano todo.

**Tamanho mínimo**  
 Também é proibida a captura de indivíduos com carapaça menor do que 7 cm.

**O caranguejo-uçá é capturado nos manguezais das Reservas Extrativistas Marinhas do Pará e é responsável pelo sustento de milhares de famílias. Colabore para que esse recurso natural continue a existir! Denuncie a captura, transporte e a venda de caranguejo na época da andada!**

**Períodos do Defeso de 2018**

1º Período	2º Período	3º Período
02/01/2018 a 07/01/2018	01/02/2018 a 06/02/2018	02/03/2018 a 07/03/2018
17/01/2018 a 22/01/2018	16/02/2018 a 21/02/2018	18/03/2018 a 23/03/2018

Entregue sua **DECLARAÇÃO DE ESTOQUE** até o último dia útil antes de cada período, em qualquer unidade do ICMBio e IBAMA no Estado do Pará.

**ICMBio**  
 INSTITUTO CHICO MENDES  
 MMA

**CONTATOS**  
 Belém: 3257-2095  
 Bragança: 3425-1574  
 Soure: 3741-1351

Apoio  
 rare ARPA

Apoio a monitoria e conservação em unidade  
 Reserva Extrativista Marinha do Pará

Fonte: Facebook (2018).

- RESEX Marinha Cuinarana

De acordo com Zagatto (2013), no ano de 2007 foram reconhecidos dois territórios quilombolas dentro da RESEX e em 2009, o MMA apresentou um projeto de lei com a proposta de redução dos atuais limites da reserva em sua porção sul. O projeto tramitou em regime de urgência constitucional. O argumento utilizado foi que o recuo da linha demarcatória da reserva extrativista nas proximidades do estaleiro de São Roque permitiria a regularização da situação e a expansão da indústria naval, impulsionando a economia local. Em contrapartida, o MMA aumentou os limites da reserva para a porção terrestre ao norte, sem consulta popular.

A criação do polo naval, a alteração nos limites da reserva e a criação de territórios quilombolas trouxeram um cenário bastante conflituoso para esta reserva. Com a criação do polo, segundo Prost (2010, p. 64), as populações pesqueiras do município sentiram uma diminuição sensível das capturas desde o início das atividades industriais, por razões diversas, elencadas a seguir: “poluição por vazamentos de óleo e derivados, obstrução de canal na maré baixa por causa da instalação de dutos, redes rasgadas nas estruturas de perfuração, dentre outros fatores”. Nesse sentido, ainda de acordo com a autora, os pescadores e marisqueiras sentiram abruptamente a diminuição no número de pescado e mariscos. Esse fator inviabiliza que os comunitários da UC vivam do extrativismo. Essa RESEX é mais um exemplo de como o Estado burla as leis instituídas por ele mesmo a fim de beneficiar os grandes detentores de capital.

#### 3.4 AS RESEXs COMO CONTRAPONTO?

As RESEXs se dão em ambientes de alta fragilidade, além de ser bastante tensionado, haja vista seu potencial econômico. Sua implantação implica, perante a lei, na maioria dos casos, na proteção do território. As leis que regem as RESEXs dos outros biomas são transferidas para as marinhas e percebe-se a ineficiência estatal quanto à adaptação das normas que contemplem o ecossistema marinho, tornando esses ambientes cada vez mais vulneráveis, indo na contramão do que preconiza o regulamento de criação das RESEXs “fazer a resguarda do território”. Diante do exposto temos outra contradição, a reserva resguarda, porém, deixa fissuras nas leis e na fiscalização do território, abrindo precedentes para que as burlem.

Um exemplo de fissura é a falta de “sustentabilidade” apregoada perante a lei que as regem, que segundo Montibeller (2007) seria a capacidade de reproduzir padrões de

qualidade de vida socialmente aceitáveis e para isso seria necessário que o crescimento da economia estivesse ligado à distribuição dos frutos desse crescimento e ao cuidado com o ambiente na utilização de seus recursos naturais. A sustentabilidade depende dos elementos sociais diretamente ligados a ela. São processos econômicos, que envolvem questões de níveis e tipos de produção, consumo e distribuição de riquezas e bens. São processos sociais que estão ligados a fatores demográficos, estilos de vida, divisão sexual do trabalho, hierarquias sociais e sistemas de valores que enfatizam, particularmente, os sentimentos voltados para a busca de igualdade. São movimentos de participação política nas questões de governo, e a capacidade das instituições políticas de assimilarem as mudanças promovidas (Becker et al., 1997).

O que se percebe nas reservas marinhas é o contrário, uma crescente concentração de renda que culmina com baixos níveis de qualidade de vida. Essa “insustentabilidade” social faz com que o Estado tenha que arcar de alguma maneira com as necessidades econômicas daquela comunidade residente na reserva, parte-se para as políticas assistencialistas, como o Bolsa verde<sup>27</sup>.

A partir do breve panorama levantado acerca das RESEXs Marinhas brasileiras, pode-se perceber, inicialmente, que existe uma diferenciação dos conflitos entre as que se localizam no norte do país das demais, as quais se localizam no nordeste, sul e sudeste. No norte, os embates envolvem prioritariamente os recursos pesqueiros, já no nordeste, sul e sudeste a ocupação e grilagem desses territórios também são problemas recorrentes.

Essas diferenciações se dão no sentido de como aquele território litorâneo foi ocupado e como lhe é atribuído valor. Como o turismo de massa alcança, principalmente, as regiões nordeste, sul e sudeste, as reservas que estão inseridas nesses espaços têm seus territórios especulados, grilados e cooptados pelos grandes capitalistas. Já as RESEX's situadas no norte do país, como ainda não foram “abocanhadas” pela atividade turística, e ainda tem uma riqueza de recursos pesqueiros, são invadidas por barcos de empresas de pesca, as quais além de retirar uma grande quantidade do recurso do extrativista, que se utiliza economicamente deste, ainda usa de técnicas nocivas ao ambiente aquático.

---

<sup>27</sup> O Bolsa Verde é um programa de transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas de relevância para a conservação ambiental. O programa concede R\$300 reais, de três em três meses, para as famílias que sejam beneficiárias em áreas para a conservação ambiental, respeitando as regras de utilização dos recursos. O benefício será concedido por dois anos, podendo ser renovado.(BRASIL, 2018).

Pode-se perceber a ineficiência estatal quanto à fiscalização da RESEX's marinhas brasileiras, colocando em “cheque” a “sustentabilidade” das mesmas. Essa “insustentabilidade” é reafirmada por meio da inexistência dos planos de manejo na maioria das reservas, o que acarreta na impossibilidade de verificar como está se dando o uso dos recursos e a ocupação na sua zona de amortecimento. A escassez de trabalhos científicos neste âmbito aumenta o desconhecimento de como essa “sustentabilidade” vem se dando na realidade das comunidades extrativistas marinhas, e isso provoca o desconhecimento da sociedade perante a realidade dessa população.

Nesse sentido, percebeu-se que a institucionalização das políticas públicas ligadas às UC's ocorreu num período em que o país se abria para o ideário neoliberal. As RESEXs representaram a conquista de um direito, em um período de mudanças do Estado brasileiro, entretanto pode ter contribuído para o adestramento de um movimento que, nascido no confronto das lutas de classe, restringiu-se, a partir da década de 1990, em lutas para garantias de direitos dentro da legalidade do sistema capitalista, o qual um dia lutou.

Com o SNUC, as RESEXs passaram a ser geridas por órgãos estatais e as comunidades perderam a autonomia dentro de seus territórios. Segundo Harvey (2001, p. 80) “o Estado se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade”. Ele entra com um papel mediador, no intuito de manter os antagonismos de classe sob controle. De acordo com Harvey (2001, p.80 apud ENGELS 1941) por seus recursos, o “Estado de classe economicamente dirigente” torna-se também a “classe politicamente dirigente” e, assim, obtém novos meios de controlar e explorar as classes oprimidas. Ou seja, o poder estatal serve aos grandes capitalistas e está atrelado aos seus interesses. A partir desse entendimento pode-se inferir que as reservas não são prioridade de atenção do órgão gestor estatal ao passo que não geram dividendos para os grandes capitalistas que estão no poder, mas se materializam enquanto reservas do capital para os mesmos.

Aparentemente, se configuram em uma “redoma”, no sentido de estar à parte do modo de produção vigente, entretanto a análise materialista histórica dialética da realidade revela que as reservas estão na mira do processo de “expansão geográfica” do capital.

O capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, intensificação (de desejos e necessidades sociais, de populações totais e assim por diante) e expansão geográfica. Para o capitalismo sobreviver deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação. (HARVEY, 2001, p. 64).

Na passagem acima, Harvey (2001) explica como o capitalismo está sempre buscando abocanhar os territórios para perpetuar seu processo de acumulação. As reservas não estão fora desse processo. As reservas marinhas analisadas são exemplos, pois apesar não serem exploradas diretamente, sofrem cotidianamente os efeitos da reprodução capitalista. Esses se dão na implantação de grandes indústrias no entorno, resorts, a ineficiência de fiscalização estatal, que por sua vez enfraquece a mobilização comunitária. Esses fatores as tornam reservas do capital, onde a qualquer momento podem ser absorvidas e utilizadas para o processo de acumulação capitalista.

Desse modo, as RESEX's não se revelam enquanto contraponto ao modelo vigente, mas como territórios de resistência que são cotidianamente pressionados para que a burguesia, nesse caso representados pelos promotores imobiliários e latifundiários, “cumpra sua missão histórica de acumular capital” (HARVEY, 2001, p. 113).

Essa pressão é realizada de forma velada a medida em que o Estado é utilizado como um “falso” protetor desses ambientes/ comunidades. O Estado, sob o capitalismo, representa indivíduos particulares que exercem funções de controle (MÉSZÁROS, 2011). É uma forma de dominação política indireta. Para Marx, segundo Ribeiro (2014, p.91) o “Estado é sempre o Estado de uma classe, e não de qualquer classe, mas da economicamente dominante. Por isso trata-se de uma máquina para a opressão de uma classe por outra”.

Nessa perspectiva ao tratar-se das reservas, o Estado as institui enquanto territórios para uso fruto da comunidade tradicional, porém lhes usurpa o poder comunitário de decisão, dando ao mesmo, nesse caso através do ICMBio, a gestão da RESEX. Essa situação se configura enquanto alienação política, na qual para obterem a proteção estatal, a comunidade transfere ao Estado seu poder de decisão autônomo. Esse processo de alienação não parte da comunidade, mas do Estado, que a partir do SNUC, como citado anteriormente, retira a auto-gestão das reservas e institui ao IBAMA a gestão destas.

Nesse sentido, vale ressaltar que o Estado, para se perpetuar dentro do capitalismo, deve estar em reciprocidade dialética com as estruturas de comando socioeconômicas, ele vai “complementar politicamente e reforçar a dominação do capital contra as forças antagônicas que poderiam desafiá-lo” (RIBEIRO, 2014, p. 121). Nessas “forças antagônicas”, citada pela autora, enquadram-se as comunidades extrativistas que

resistem à entrada dos projetos capitalistas em seus territórios. Mészáros (2011a, p.108-9) ao escrever que:

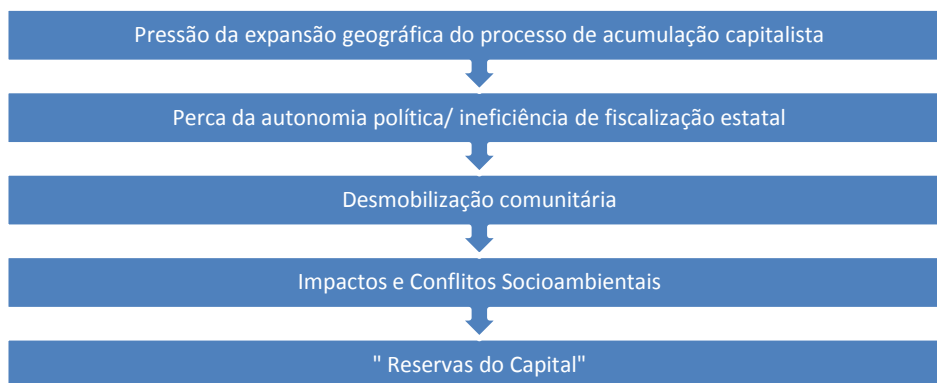
“O Estado se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediato e abrangente.”

O autor elucida a ideia de que a influência estatal se dá em variadas escalas, até mesmo nas comunidades pré capitalistas, nas quais se enquadram as RESEX's. Pode-se observar esse fato por meio da gestão das reservas, atualmente executada pelo ICMBio.

A partir da análise da retirada da autonomia da comunidade por meio do Estado, dos impactos e conflitos apreendidos observa-se que estes são características de como a comunidade é pressionada cotidianamente para fazer parte do processo de acumulação capitalista. Desse modo, pode-se inferir que essa pressão acaba por desmobilizar as comunidades bem como diminuir seus interesses acerca da preservação do ambiente que vivem. Os conflitos são a materialização de como as comunidades vem se distanciando cotidianamente da sua relação com a natureza.

Nesse sentido, observaram-se vários aspectos que desmobilizam as comunidades, tornando-as “presa fácil” para a entrada do modo de produção vigente em seu entorno, na qual atribui-se o termo “reservas do capital”, onde leva-se em consideração as pressões externas (indústrias no entorno, resorts), a falta de autonomia política, o distanciamento da comunidade com o ambiente, retratado pelos impactos e conflitos socioambientais e a ausência de comunicação com o órgão gestor. O fluxograma abaixo ilustra como se orienta as proposições acerca do termo “Reservas do capital”.

### Fluxograma 1 – “Reservas do capital”



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O capitalismo ao pressionar esses territórios desagrega a comunidade para se apropriar e gerar mais valia para os detentores do capital, nesse caso latifundiários e promotores imobiliários. Para resistir, a união comunitária se faz imprescindível. A resistência caminha “de mãos dadas” com a união comunitária.

#### **4 CONTEXTO GEOAMBIENTAL DA PRAIA DO BATOQUE**

Para entender o contexto geoambiental do Batoque antes e depois da promulgação da RESEX, faz-se necessário identificar os componentes geoambientais a partir de uma análise integrada.

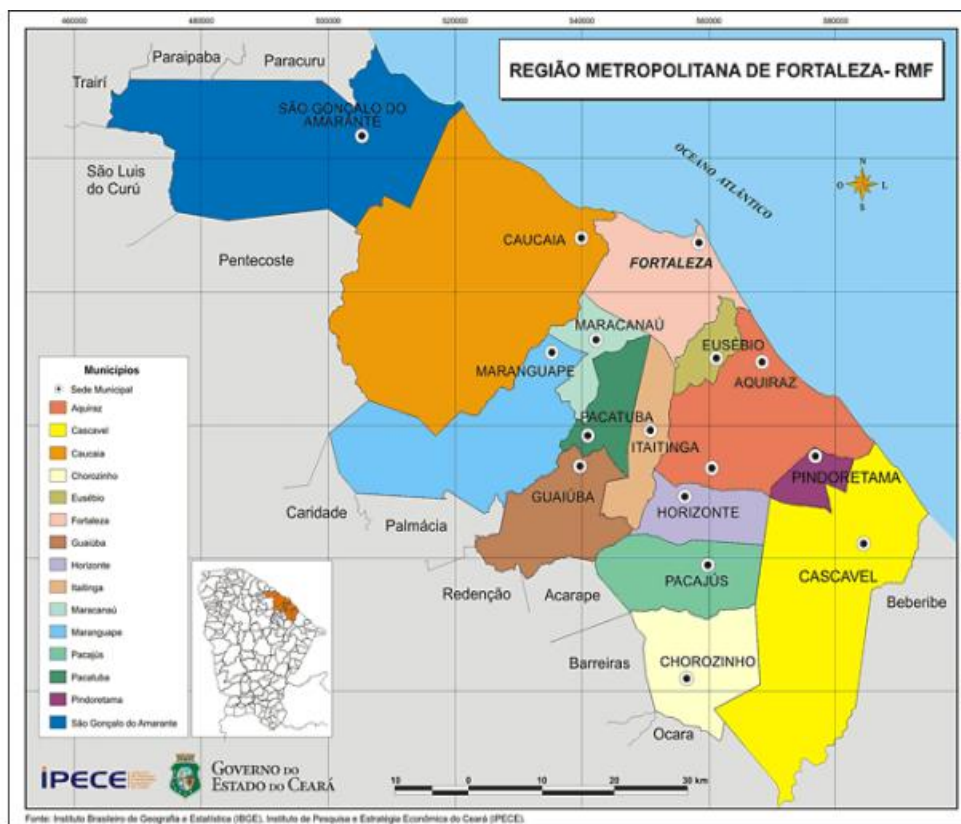
Nesse sentido, a Análise Integrada da Paisagem, como importante instrumento da Geografia, é usada nesse capítulo com a finalidade de melhor compreender as condições ambientais da referida reserva, para que seja realizada uma sobreposição de imagens que possibilite analisar as mudanças socioambientais ocorridas no local.

##### **4.1 LOCALIZAÇÃO**

A comunidade do Batoque localiza-se no município de Aquiraz, situado na Região Metropolitana de Fortaleza. O município está localizado entre o meridiano de 3° 54' 05" de latitude sul e paralelo 38° 23' 28" de longitude oeste de Greenwich. O município limita-se ao norte com o município de Eusébio, ao sul com Pindoretama e Cascavel, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Itaitinga (IBGE/IPECE, 2010), conforme Figura 4.

O Batoque está situado no distrito de Jacaúna, Município de Aquiraz (Região Metropolitana de Fortaleza), a 51km, a leste da capital do Estado do Ceará. Tem como limites o Oceano Atlântico, ao norte; o município de Pindoretama, ao sul, a área de Proteção Ambiental do Balbino (município de Cascavel) a leste; e a comunidade de Barro Preto (município de Aquiraz) a oeste.

**Figura 4 – Mapa da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)**



Fonte: IPECE (2010).

## 4.2 CONTEXTO GEOLÓGICO-GEOMORFOLÓGICO

A geologia do Batoque está inserida em unidades que remontam o Quaternário, estando representados especialmente pelos terrenos da Formação Barreiras, pelas aluviões e pelas areias quartzosas. Os sedimentos da Formação Barreiras estão postos sobre a superfície irregular do embasamento do Pré-Cambriano. Os sedimentos areno-argilosos encontram-se protegidos por uma espessa cobertura arenosa de origem eólica. As aluviões estão dispostas ao longo dos riachos que cortam a área ( SOUZA, 2000). As areias quartzosas caracterizam a maior parte da área, estando dispostas ao longo das dunas e praias. As paleodunas, constituídas por sedimentos quaternários, estão depositadas discordantemente sobre o depósito da Formação Barreiras e representam as dunas mais antigas. Estão distribuídas de forma ininterrupta por toda a faixa praial. São compostas por areias de granulação fina à média (MOURA, 2012).

Já as dunas móveis estão compostas por sedimentos inconsolidados, que por meio da ação eólica vão formando acumulação dunares paralelamente à linha de costa. Seus sedimentos são representados por areias esbranquiçadas de granulação fina a média, o que também ocorre com a faixa praial. Elas estão distribuídas por toda RESEX, sendo obstruídas apenas pelas planícies flúvio-marinhas e lacustres.

No Batoque, segundo a classificação de Souza (2000), estão inseridas em duas unidades geoambientais: a planície litorânea e os tabuleiros pré-litorâneos. A planície litorânea subdivide-se em: faixa praial, campo de dunas móveis, dunas fixas e nas planícies flúvio-marinhas e lacustres.

A planície litorânea acompanha os contornos da linha de costa e vai do riacho Caponga Funda, ao leste do município de Aquiraz, até o rio São Gonçalo do Amarante, no município de São Gonçalo do Amarante, oeste da área.

O relevo das dunas é bem marcado na paisagem. As dunas móveis têm pouca ou nenhuma vegetação e se deslocam pela ação eólica. As dunas fixas são imobilizadas pela cobertura vegetal. Apresentam alta permeabilidade e textura arenosa de baixa fertilidade natural, mas, mesmo assim, ali são encontrados plantios de culturas de subsistência, como a batata doce. É notória a retirada frequente de material arenoso para uso na construção civil, necessitando de um eficiente controle ambiental. Este campo de dunas faz a ligação entre o campo de dunas móveis e o tabuleiro pré-litorâneo.

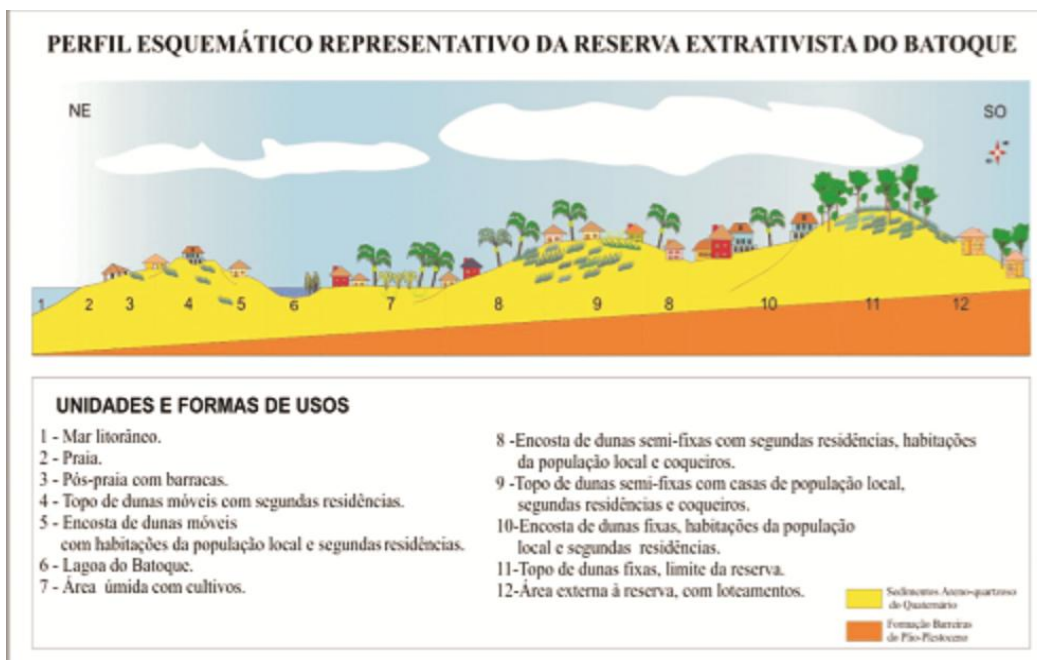
A RESEX do Batoque possui duas planícies flúvio-marinhas: a do Riacho Boa Vista e a do Riacho do Marisco, localizadas nos limites da comunidade, a leste e a oeste,

respectivamente. São constituídas por trechos de rios que se regulam pela variação das marés e das chuvas. Nelas, estão os manguezais, ecossistemas de transição dos ambientes marítimos, fluviais e terrestres.

Os cursos fluviais, precisamente na desembocadura, permanecem fechados em boa parte do ano pela ausência de chuvas que diminuem sua vazão, favorecendo o assoreamento da foz e o aparecimento de lagoas costeiras, conforme Vidal (2006). Na planície flúvio-lacustre estão as áreas mais rebaixadas das depressões entre as dunas, formando os sistemas lacustres. Nesta planície flúvio-lacustre estão localizadas as lagoas de água doce, tanto intermitentes como perenes. As lagoas intermitentes, entre as dunas, são formadas pelas chuvas durante o período chuvoso, pela ascensão do lençol freático e a percolação das águas.

O tabuleiro pré-litorâneo se dispõe da planície litorânea ao interior do continente, e é constituído por sedimentos tércio-quaternários, representando pouco mais de 1% da área do Batoque (VIDAL, 2006), mas sendo de grande importância nas interrelações de matéria e energia. Na figura 2 está representado o perfil esquemático das unidades ambientais constituintes e as formas de uso da RESEX do Batoque.

**Figura 5 – Perfil esquemático da Resex do Batoque**



Fonte: Vidal – Elaboração: Carlos Salvato (2006)

### 4.3 CONTEXTO HIDROCLIMÁTICO E VEGETACIONAL

No que tange aos aspectos hidroclimáticos, a área em questão possui baixa amplitude térmica e pluviometria com precipitações curtas. A variação da pluviometria é controlada pelo movimento da zona de convergência inter-tropical (ZCIT). A umidade do ar, importante fator no controle da velocidade do transporte eólico para a formação de dunas, varia numa média de 90% no primeiro semestre e 49,6% no segundo semestre. Já a média anual de chuvas é de 1.250 mm (MOURA, 2012). Segundo dados da FUNCEME (2018), a precipitação média para a área entre os anos de 2000 a 2010 foi de 1.305 mm.

A vegetação do Batoque está disposta especialmente nos campos de dunas e nos manguezais. Se apresenta em cinco tipos: Pioneira Psamófila, Vegetação Lacustre, Vegetação Subperenifólia de Dunas, Vegetação Padulosa Marítima de Mangue, Vegetação Subcaducifólia de Tabuleiro (VIDAL, 2006).

A Pioneira Psamófila, encontrada na zona de pós praia e nos campos de dunas móveis. São de forte adaptação às condições de salinidade. São representadas, principalmente, por gramíneas e plantas herbáceas. Uma de suas funções mais importantes se expressa na sua capacidade de fixar dunas.

A Vegetação lacustre se caracteriza por plantas que vivem quase ou totalmente submersas e algumas flutuam. Segundo Vidal (2006, p.54) “Nesse ambiente são encontradas espécies importantes para a reserva, como o junco (*Cyperus* sp) e a tabuba (*Thypha domingensis*), plantas com potencial para a utilização como matéria prima para o artesanato.”

Na Vegetação Subperenifolia de Dunas são encontrados tipos de vegetação arbóreas e arbustivas que recobrem a faixa de dunas fixas até chegar à zona de tabuleiro. Essa vegetação contribui para a preservação da paisagem litorânea, além de oferecer alimento à comunidade por meio de seus frutos. Segundo Vidal (2006, p.65), “As principais espécies que representam este tipo de vegetação são: cajueiro (*Anacardium occidentale*), juazeiro (*Zizyphus joazeiro*), goiabinha (*Psidium* sp.), murici (*Byrsonima* sp.), angélica (*Guettarda angélica*).”

A Vegetação Padulosa Marítima de Mangue localiza-se na planície flúvio-marinha da RESEX, entre os Riachos Boa Vista e Marisco. São representadas pelo: mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), mangue branco (*Laguncularia racemosa*), mangue preto (*Avicennia germinans* e *Avicennia schaueriana*) e mangue ratinho (*Conocarpus*

erectos). Essa vegetação serve à comunidade ao passo que é matéria prima para a confecção de barcos e lenha.

No Tabuleiro pré-litorâneo se aloca a Vegetação Subcaducifólia de Tabuleiro, apesar dessa área representar a menor parte da reserva, sua espécie arbustiva tem a maior importância econômica para a reserva. Segundo Vidal (2006), é representada por espécies como: “jenipapo bravo (*Tacayena* sp.), juazeiro (*Zizyphus joazeiro*), mandacaru (*Cereus* sp.), pau ferro (*Cássia ramiflora*), ameixa (*Ximenia americana*), angélica (*Guettarda* sp.), imbaúba (*Cecropia* sp.), cajueiro (*Anacardium occidentale*).”

#### 4.4 ANÁLISE DAS MUDANÇAS GEOAMBIENTAIS EM BATOQUE

As características geoambientais de uma dada área é reflexo da inter-relação dada entre os componentes abióticos e bióticos que a formam, tendo cada um deles seu valor específico para o equilíbrio ecológico da área, na troca de matéria e energia. Vale ressaltar que o intenso dinamismo presente em ambientes costeiros ocasiona a fragilidade e instabilidade da área, tornando-as mais vulneráveis às mudanças.

Com base nos componentes ambientais já apresentados e por meio da interpretação de imagens de satélite, buscou-se apreender as modificações ocorridas nos aspectos geoambientais do Batoque, antes e depois da promulgação da RESEX. Para tanto, utilizou-se imagens dos anos de 1999 e 2004 na constituição de dois mapas (Mapas 4 e 5, respectivamente), com a finalidade de tentar perceber a ocorrência de alguma mudança nesse intervalo de tempo.

Observando os mapas 4 e 5 e os quadros 2 e 3, verifica-se que as principais mudanças foram vistas no campo de dunas fixas e móveis que reduziram de modo significativo entre os anos analisados. Em contrapartida a ocupação aumentou, mostrando a primeira contradição no estabelecimento da RESEX, já dentro desta a ocupação deveria ser mantida, já que a comunidade tem o uso fruto do território, não podendo vender suas residências, pois o terreno pertence à união.

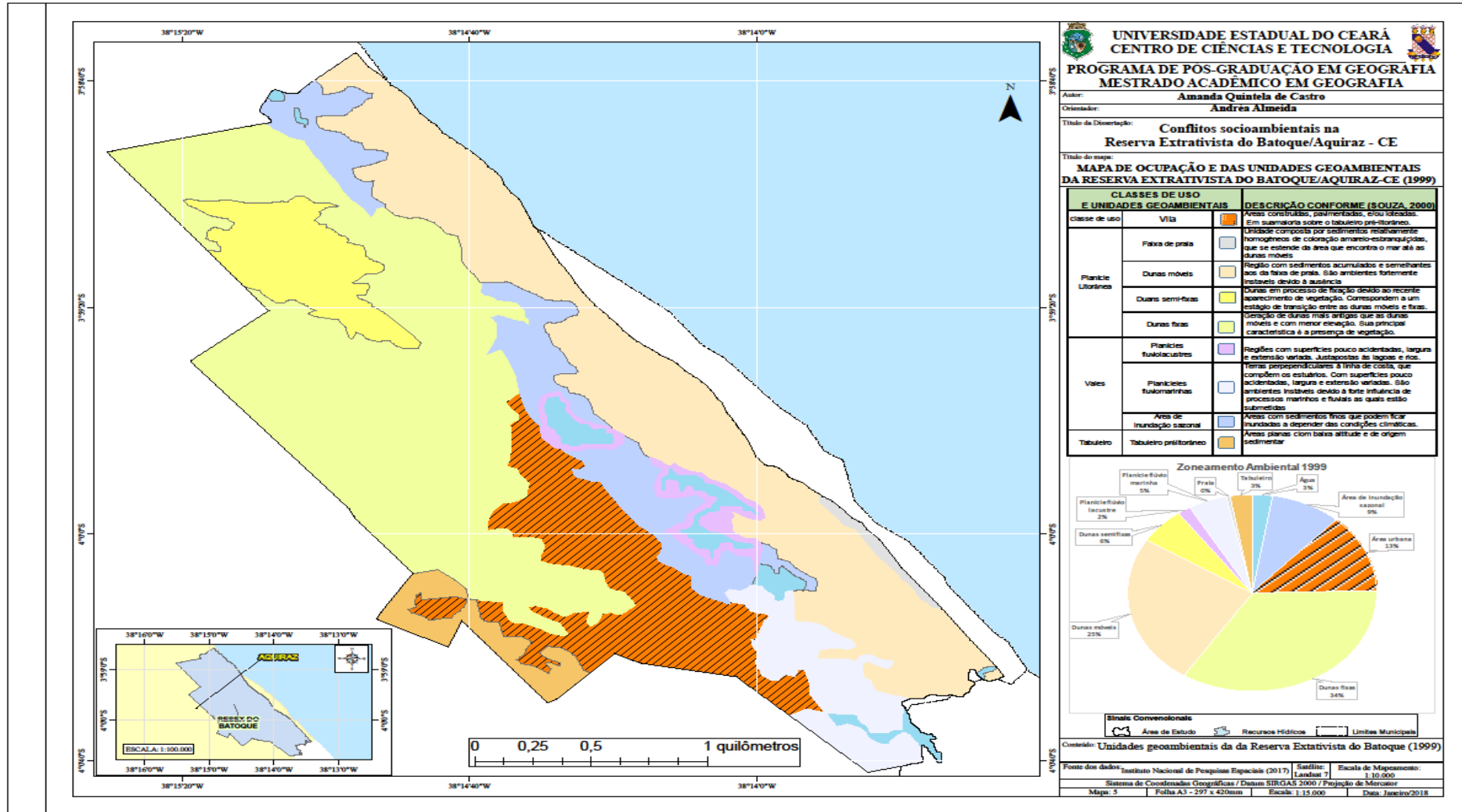
Observou-se ainda que devido a fragilidade ambiental do ambiente costeiro, essas áreas necessitam de uma maior proteção aos seus recursos, haja vista que o uso indiscriminado dos recursos da reserva está causando processos de degradação nesses ambientes, a exemplo da ocupação inadequada dos campos de dunas que interferem diretamente nos processos de alimentação das praias adjacentes, aumentando os processos de erosão. Isso ocorre, dentre outros, pela inexistência do Plano de Manejo, indo na

contramão do objetivo básico de uma RESEX, que é harmonizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcelas de seus recursos naturais.

A partir dos mapas analisados foram construídos dois quadros (2 e 3), os quais especificam as respectivas unidades ambientais em hectares. A análise destes mostra que a maior diferenciação se dá no que concerne à ocupação da reserva, haja vista que em 1999 tinha-se 77 ha de área urbana contra 110 ha em 2004, um ano após ter sido promulgada a reserva em Batoque. Baseado nesses dados, observa-se a ineficiência estatal quanto a fiscalização na RESEX. Leva-se em consideração que a partir do momento que um local vira reserva extrativista, a comunidade fica impossibilitada de vender suas terras, fator já citado anteriormente.

Constata-se ainda, baseado nos dados analisados, que a inexistência do plano de manejo e a ocupação em áreas de preservação permanente (dunas) faz com que um dos objetivos principais de uma RESEX não seja alcançado em Batoque, a conservação dos recursos renováveis.

Nessa perspectiva, observou-se outras constatações que corroboram com a hipótese levantada neste estudo, o Estado institui a RESEX, mas não cumpre sua função de fiscalizar, fazendo com que a pressão do processo de acumulação do capital chegue até esse território tornando-o “reserva do capital”, nesse caso materializado pelo aumento de área urbanizada e pelo uso desordenado dos recursos causando a degradação dos ambientes.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

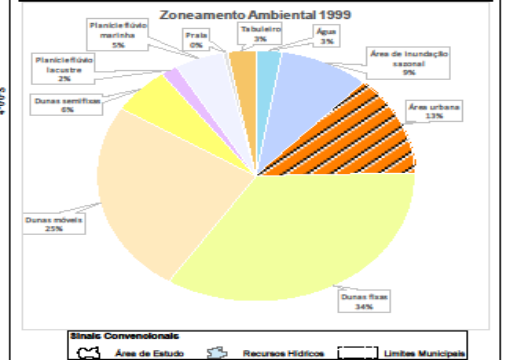
Autor:  
**Andrea Almeida**

Orientador:  
**Andrea Almeida**

Título da Dissertação:  
**Conflitos socioambientais na Reserva Extrativista do Batoque/Aquiraz - CE**

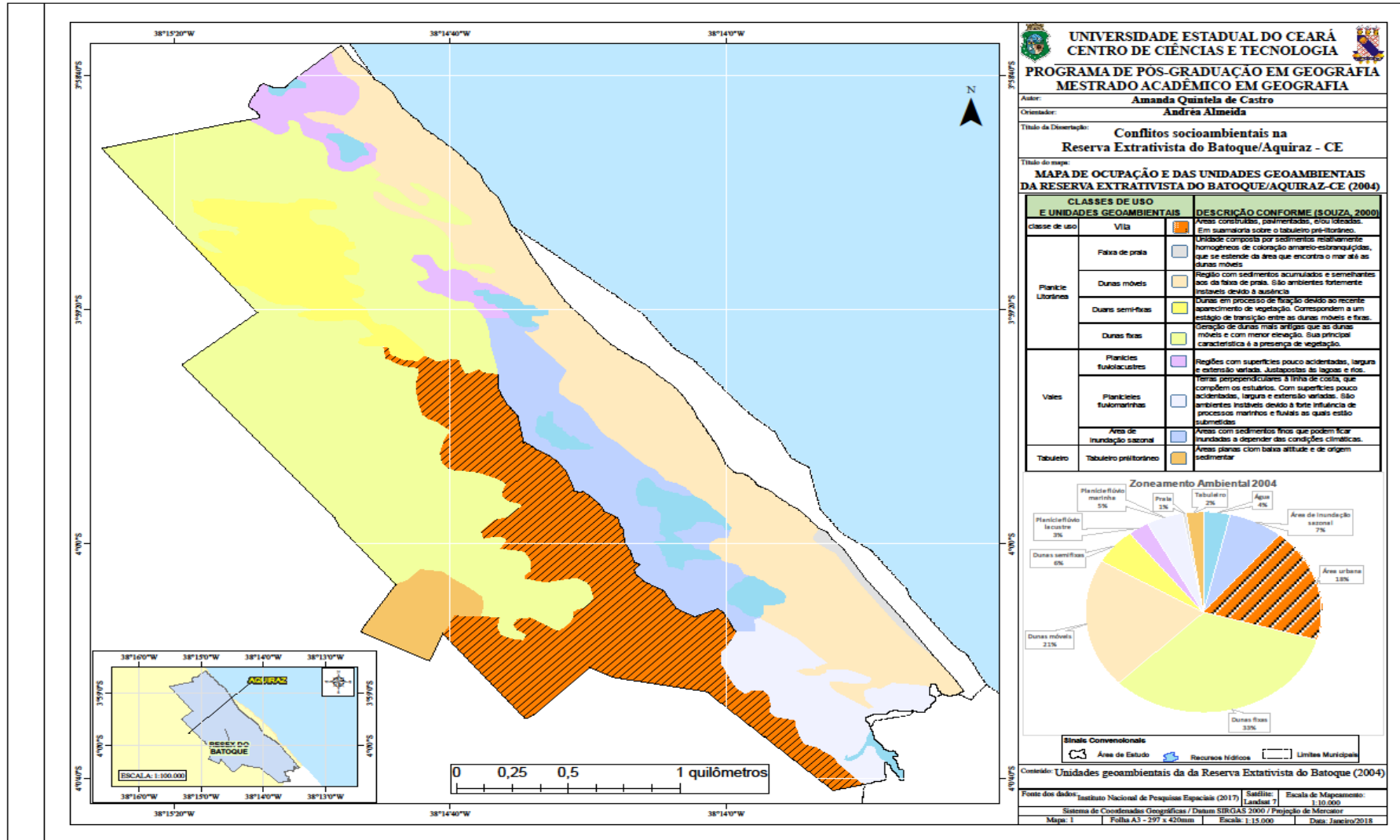
Título do mapa:  
**MAPA DE OCUPAÇÃO E DAS UNIDADES GEOAMBIENTAIS DA RESERVA EXTRATIVISTA DO BATOQUE/AQUIRAZ-CE (1999)**

CLASSES DE USO E UNIDADES GEOAMBIENTAIS		DESCRIÇÃO CONFORME (SOUZA, 2000)
Litorânea	Vila	Áreas construídas, pavimentadas, e/ou cercadas. Em sua maioria sobre o tabuleiro pritorânico.
	Faixa de praia	Unidade composta por sedimentos relativamente homogêneos de coloração amarelo-esbranquiçada, que se estende da área que encontra o mar até as dunas móveis.
	Dunas móveis	Região com sedimentos acumulados e semelhantes aos da faixa de praia. São ambientes fortemente instáveis devido à ausência
	Dunas semi-fixas	Dunas em processo de fixação devido ao recente aparecimento de vegetação. Correspondem a um estágio de transição entre as dunas móveis e fixas.
Vales	Dunas fixas	Vegetação de dunas mais antigas que as dunas móveis e com menor elevação. Sua principal característica é a presença de vegetação.
	Planícies fluviocóstrias	Regiões com superfícies pouco acidentadas, largas e extensão variada. Justapostas às lagoas e rios.
	Planícies fluviomarinhas	Formas perpendiculares à linha de costa, que compõem os estuários. Com superfícies pouco acidentadas, largas e extensão variada. São ambientes instáveis devido à forte influência de processos marinhos e fluviais as quais estão submetidas.
Tabuleiro	Área de inundação sazonal	Áreas com sedimentos finos que podem ficar inundadas a depender das condições climáticas.
	Tabuleiro pritorânico	Áreas planas com baixa altitude e de origem sedimentar.



Conteúdo:  
**Unidades geoambientais da da Reserva Extrativista do Batoque (1999)**

Fonte dos dados:  
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2017) | Satélite: Landsat 7 | Escala de Mapeamento: 1:10.000  
Sistema de Coordenadas Geográficas / Datum SIRGAS 2000 / Projeção de Mercator  
Mapa: 5 | Folha A3 - 297 x 420mm | Escala: 1:15.000 | Data: Janeiro/2018



**Quadro 2 – Quantidade dos elementos Geoambientais (1999)**

<b>Zoneamento Ambiental 1999</b>	
Unidade	Hectares
Água	16
Área de inundação sazonal	55
Área urbana	77
Dunas fixas	208
Dunas móveis	149
Dunas semifixas	36
Planície flúvio lacustre	10
Planície flúvio marinha	30
Praia	3
Tabuleiro	17
<b>Total</b>	<b>601</b>

Fonte: CASTRO (2018).

**Quadro 3 – Quantidade dos elementos Geoambientais (2004)**

<b>Zoneamento Ambiental 2004</b>	
Unidade	Hectares
Água	22
Área de inundação sazonal	45
Área urbana	110
Dunas fixas	200
Dunas móveis	125
Dunas semifixas	35
Planície flúvio lacustre	17
Planície flúvio marinha	30
Praia	3
Tabuleiro	14
<b>Total</b>	<b>601</b>

Fonte: CASTRO (2018).

## 5 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA RESEX DO BATOQUE

Neste capítulo serão trabalhadas as relações conflituosas presentes em Batoque, com o objetivo de apreendê-las. Parte-se da análise do histórico de ocupação da comunidade, a fim de entender sua história de luta pela posse de suas terras, para posteriormente tecer análise sobre os conflitos elencados.

No início da ocupação em Batoque a terra não tinha valor capitalizado. Segundo moradores, os terrenos passavam de geração a geração e eram vendidos, na maioria das vezes, por meio de escambo. Com a valorização do litoral, por intermédio do turismo de praia, esse cenário mudou. Essas terras viraram mercadorias, que para os grandes promotores imobiliários “valiam ouro”. Com essa capitalização do território em Batoque iniciou um processo de injustiça ambiental, que, como veremos no decorrer do capítulo, persiste até hoje. A injustiça ambiental principia com a especulação imobiliária por empresários que desejam a obtenção das terras, excluindo a comunidade local de acessar e ocupar seu território, e posteriormente uma grande empresa entra na disputa com o intuito de tomar posse dos recursos ambientais e do território. Esse possível meio de “desenvolvimento” divide os comunitários entre os que querem que a venda de terrenos continue e os que almejam o contrário e essa divisão causa danos à comunidade até hoje.

Segundo Silva (1987), datam de 1860 os primeiros registros de ocupação na área, quando a família Vitorino ali se estabeleceu com a intenção de explorar a pesca, coletar a tabuba (*thypha dominguensis*) e desenvolver a pecuária extensiva. O acesso à praia era muito difícil, algo que mudou recentemente com a pavimentação da Rodovia CE - 543, trecho 454 que liga Pindoretama à Batoque (Figuras 6 e 7). Apesar de a referida reserva estar dentro do perímetro municipal de Aquiraz o acesso se faz pelo município vizinho, Pindoretama.

A especulação imobiliária se inicia na década de 1980, quando a terra começou a ser grilada por um rico empresário do ramo imobiliário, Sr. Antônio Sales Magalhães, que ludibriava moradores ao comprar coqueiros nos quais mandava cravar suas iniciais em tinta vermelha. Anos depois este empresário levou os nativos a assinarem um papel em branco, que, segundo relato dos moradores, essas assinaturas foram levadas a cartórios como de pessoas vendedoras de suas propriedades. O referido grileiro na mesma época, também fazia a mesma prática na prainha do canto verde, a qual posteriormente também se tornou reserva.

**Figura 6 – Estrada que liga Pindoretama a Batoque (2015)**



Fonte: CASTRO (2017).

**Figura 7 – Estrada que liga Pindoreta a Batoque (2017)**



Fonte: CASTRO (2015).

O Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH) da arquidiocese de Fortaleza ingressou com ação de manutenção de posse dos nativos. Deste confronto, desencadeou-se publicamente o conflito de forças entre o poder econômico e a comunidade. Assim foi concedida uma liminar, com vigência até junho de 1999, favorecendo a comunidade, e nesse mesmo momento, foi criada a Associação dos

Moradores de Batoque, com o objetivo de unir a comunidade e lutar pela terra e pela sobrevivência. O desenrolar desse processo de luta é relatado pelo Morador Nativo A:

Foi assim, veio um padre pra cá, um padre italiano que ele trabalhava com comunidades, né. Ele trouxe os jovens de Santa Maria pra cá, pra fazer um lazer. Aí o pessoal conversando disseram que não podia construir uma casa, fazer uma cerca que o Antônio Sales, que na época era o testa de ferro do M. Dias Branco não deixava, mandava os capangas cortar, queimar. Aí ele disse: “Por que vocês não se reúnem, se juntam pra fazer uma associação, um trabalho organizado”. Foi daí que nasceu a ideia. Aí ele começou a organizar o povo através da igreja, né. Aí ele começou a fazer reuniões pequeninhas 10 pessoas, 15 pessoas, aí foi crescendo. Então levantaram a ideia que todo mundo junto iríamos conseguir tirar esse homem daqui e lutar por dias melhores. Aí o pessoal foi gostando da ideia, foi amadurecendo. Aí a Arquidiocese entrou com os assessores, os advogados, a parte jurídica e também a assessoria de base, que organizava, que dava as ideias. Aí começamos a criar a Associação. A gente correu atrás de estatuto. Nós começamos a se organizar em 1988 e em 1989 foi fundada a Associação, foi registrada, ela existia (MORADOR NATIVO A).

No início dos anos 1990, revoltados com a situação, os moradores do Batoque entraram na justiça, através da Associação dos moradores do Batoque, pedindo a posse das terras para a comunidade. Segundo conviventes, a juíza da comarca de Aquiraz deu a posse aos batoqueiros, levando em consideração a vida histórica das famílias na terra. A única restrição da magistrada era quanto à venda de terrenos que não poderiam ser vendidos.

Com a posse dos terrenos, algumas pessoas da comunidade não se ativeram à restrição da juíza e começaram a vender propriedades para pessoas de fora da comunidade. Essas vendas deram início a chegada da maioria dos veranistas que hoje estão presentes em Batoque. Esse início de ocupação dos veranistas em Batoque culminou com a chegada do especulador Miguel Gazzineo Filho, que comprou terras para a construção de uma segunda residência, segundo conviventes, e tinha pretensões de construir um empreendimento turístico no local.

Nesse momento da história do Batoque a comunidade ficou dividida entre os que eram favoráveis à venda de terrenos para pessoas de fora e os que eram contra. Assim, começou-se a notar um forte processo de mercantilização do território, onde o turismo seria a mola propulsora.

Novamente a Associação dos moradores do Batoque entrou na justiça para intervir na posse das terras e conseguiu seu objetivo mais uma vez. Concomitante a esse processo de expulsão de mais um grileiro, surgiu a ideia de criação da reserva extrativista. Diante disso, a comunidade, no ano de 2000, procurou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e através do Núcleo de Educação

Ambiental (NEA-IBAMA) solicitou a criação de uma Reserva Extrativista (ARARIPE, 2012).

Em meados de 1996, segundo conviventes, Francisco Ivens Dias Branco dizia ter adquirido as terras de Antônio Sales Magalhães. A partir de então, se desencadeou uma relação conflituosa entre os batoqueiros e o referido empresário. Os moradores contam que o dito empresário contratou pistoleiros para ficar vigiando a propriedade grilada, incendiar as casas dos batoqueiros, instaurando o terror, a fim de expulsá-los definitivamente do lugar. Alguns nativos revoltados esfaquearam um dos pistoleiros, em lutas corporais. Com isso o empresário cedeu e não mais enviou pistoleiros, cessando os conflitos armados na época.

Com uma organização mais consolidada, a comunidade do Batoque enfrentou no final de 1997 mais um conflito, agora contra a Construtora Odebrecht, que se vinculou ao projeto do supracitado empresário. Esta construtora relatava uma negociação feita com Ivens Dias Branco. A ideia era construir um complexo hoteleiro, com 8 km de extensão na linha de costa.

O boletim do 21º Congresso do ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), vinha em sua reportagem de capa dissertando sobre a luta da comunidade do Batoque, representada na figura de D. Maria Odete Carvalho Martins, líder comunitária da época.

O XXI Congresso do ANDES/ Sindicato Nacional foi aberto na noite de ontem com a presença de 319 delegados, 45 observadores e um grande número de convidados, entre eles, a líder dos pescadores de Batoque, no Ceará, Maria Odete Carvalho Martins. Ela está lutando contra a Odebrecht, uma das maiores empreiteiras do país. Odete, 39 anos, pescadora contou ontem aos participantes do XXI Congresso as histórias de resistência dos pescadores de Batoque, no município de Aquiraz (CE), contra a grilagem de terras e a especulação imobiliária daqueles que estão transformando o litoral brasileiro num conglomerado de condomínios para uso de poucos privilegiados que podem pagar pelo uso exclusivo das praias. Líder da Associação Comunitária dos Moradores da Praia do Batoque, ela contou que vem enfrentando ameaças de morte do grileiro Ivens Dia Branco, empresário cearense, além de tentativas de despejo por parte da construtora Odebrecht, que quer expulsar os pescadores da terra comunitária. Longe dos “beach parks” e “resorts”, Odete acredita que “a terra e as águas são um bem de todos” e, por isso, garante que continuará a luta em defesa das comunidades de Batoque (ANDES, 2002. Boletim do 21º Congresso).

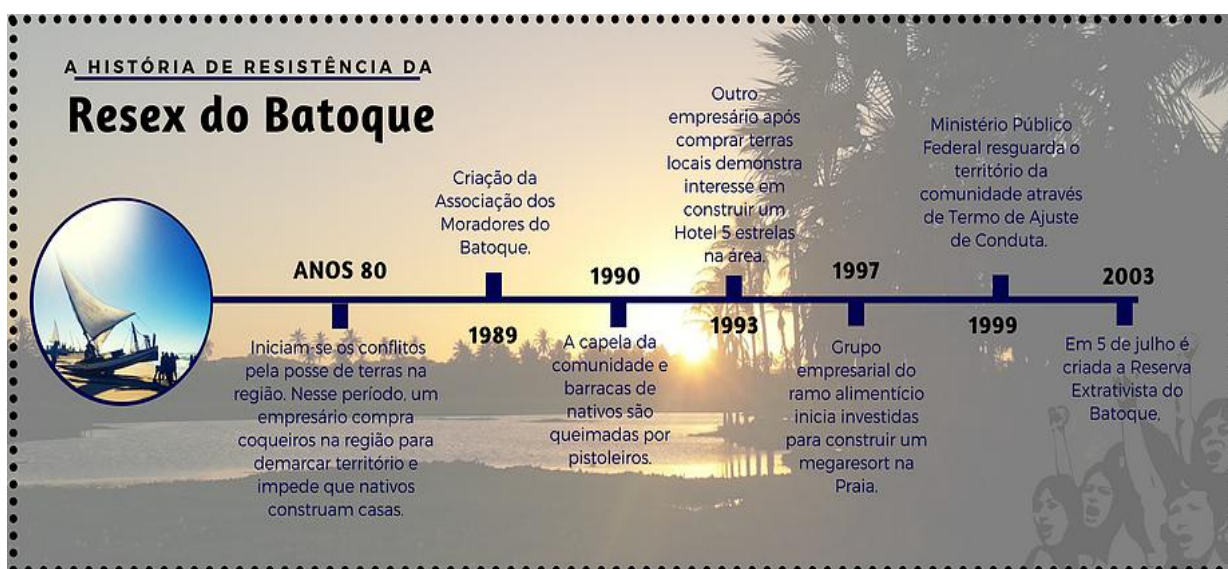
Nesse período, os vários conflitos existentes em Batoque fizeram com que a comunidade se fortalecesse cada vez mais. A luta pelo direito à permanência na terra e a sobrevivência da comunidade envolveram diversos agentes, tais como: a Igreja Católica, o

Ministério Público Federal (MPF), o IBAMA, os colaboradores e a sociedade civil. No ano de 1999, o MPF demandou um termo de ajuste de conduta, o qual resguardava legalmente o território de grileiros e especuladores que culminou com a criação, pelo então presidente em exercício Luís Inácio Lula da Silva, do Decreto sem número de 5 de junho de 2003, que criava a Reserva Extrativista do Batoque, no Município de Aquiraz. A percussora no Estado do Ceará deste decreto apresenta, no seu Artigo 1º, o seguinte:

Art. 1º - Fica criada a Reserva Extrativista do Batoque, no Município de Aquiraz, no Estado do Ceará, com os objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.

A figura 8 retrata a cronologia dos fatos que culminaram com a promulgação da reserva, a qual sanou parcialmente os problemas da comunidade em relação à posse da terra, porém abriu precedentes para a existência de outros conflitos de cunho socioambientais, nos quais envolvem os mais variados agentes produtores do espaço.

**Figura 8 - Cronologia do histórico de luta pelo território em Batoque**



Fonte: LIMA, 2018.

## 5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM BATOQUE

Os conflitos socioambientais versados nesta pesquisa se baseiam no entendimento de como a comunidade se apropria, utiliza e se relaciona com os elementos da natureza, suas relações de poder e a dimensão ambiental de suas lutas. Para

compreender como isso se dá em Batoque, partiu-se da divisão dos conflitos em três grandes grupos: conflitos de uso, conflitos territoriais e conflitos sócio – políticos. No quadro 4 observa-se suas características e como estes se relacionam com os agentes produtores do espaço.

**Quadro 4 – Caracterização dos conflitos socioambientais em Batoque**

<b>CONFLITOS</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>	<b>AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO</b>
Conflitos de uso	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Habitações em campo de dunas móveis.</li> <li>• Queimadas nos ambientes lacustres.</li> <li>• Desmatamento da vegetação de manguezal.</li> <li>• Poluição da faixa praial e do manguezal.</li> </ul>	ICMbio Nativos Veranistas Poder Municipal
Conflitos territoriais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Se dão no âmbito de manutenção do território da RESEX, onde há uma pressão de capitais externo à reserva.</li> </ul>	ICMbio Nativos Veranistas Comerciantes Especuladores Imobiliários Especuladores Fundiários
Conflitos Sócio – Políticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acontecem entre os agentes produtores do espaço. Disputas de liderança, divergências entre administração.</li> </ul>	ICMbio Nativos Poder Municipal

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

## 5.2 CONFLITOS DE USO

As questões ambientais permeiam cotidianamente a realidade dos conviventes que habitam a RESEX do Batoque, tendo em vista estarem inseridos em um ambiente costeiro, de alta fragilidade. Essa estreita relação dos conviventes com o ambiente ocasionam conflitos que se materializam por toda a reserva.

A ocupação no campo de dunas móveis é paisagem recorrente em Batoque. (Figuras 9 e 10). Segundo Meireles (2006, p. 117), a ocupação em campo de dunas móveis, como é o caso do Batoque, pode causar um acelerado “processo de erosão na faixa de praia”, além de uma “desconfiguração morfológica dessas feições, da faixa de praia e dos

canais estuarinos”. O referido autor recomenda que os campos de dunas móveis sejam preservados, haja vista que “o bloqueio do fluxo de sedimentos para a margem direita dos rios promoverá um colapso de sedimentos e conseqüentemente, erosão severa em suas margens, podendo alcançar setores urbanizados.”.

Esse conflito/ impacto atinge nativo e veranista. No desenvolvimento do trabalho de campo foi perguntado para os conviventes quais eram suas opiniões a respeito da ocupação das dunas móveis, alguns demonstram insatisfação quanto ao avanço destas.

[...] Na verdade ali não era duna, porque aquelas casas já existiam ali. Tinham umas duas...três casas que foram soterradas. Umas elas altearam a outra não quiseram brigar com a duna e abandonaram. Mas foi alguma coisa lá por cima que a areia começou a vir prali e tá tomando. A nossa preocupação hoje é justamente essa é que se a Edna ali aquela veranista em frente a Val desistir dali e a Dolores. Não sei o que vai ser...[...] (Morador não nativo C)

A fala do convivente reflete seu desconhecimento quanto à dinâmica do campo de dunas, essa incompreensão permeia a realidade da maioria dos conviventes, tendo em vista a ocupação em cima das mesmas.

[...] As dunas em si, teve aquela casa do seu Chiquinho, que ele tava soterrado. A gente foi por várias vezes no ICMBio, na ação civil pública<sup>28</sup>, pedir a eles que dessem um parecer favorável pra eles construírem que era um casal de idosos, pescadores que estavam ali e não tinham condição de permanecer naquele local. Eles disseram que não podiam dar. Aí a gente fez por nossa conta. Se acontecer alguma coisa a gente vai responder, mas não vamos deixar eles morrerem soterrados. (MORADOR NATIVO C)

---

<sup>28</sup> A referida ação civil pública mencionada pelo morador foi movida pelo Ministério público federal, em 2012, a qual proíbe qualquer tipo de obra dentro dos limites da RESEX do Batoque em desacordo com os objetivos da UC. Com essa ACP, o ICMBio ficou impedido de emitir autorização para novas construções e isso tem ocasionado diversos conflitos de gestão na área. (Anexo D)

**Figura 9 - Casa que invadiu o campo de dunas móveis**



Fonte: CASTRO, 2017.

**Figura 10 - Casa que resiste a movimentação das dunas móveis**



Fonte: CASTRO, 2017.

A interlocução acima expressa a relação conflituosa dos moradores com o ambiente. O fato de ainda não existir um plano de manejo com a devida regularização fundiária dificulta o tratamento de conflitos dessa natureza.

[...] Agora o avanço das dunas móveis você sabe muito bem que não poderia existir casa ali, não poderia. Quanto mais você constrói e você impede mais elas avançam. Isso é uma coisa visível, não precisa vir pra fazer um estudo, é visível.

Você chega e você observa, você observa um ano e você observa no outro ano e vc vai observando e vai vendo que ela vai entrando por todos os lados. Só que esse problema é muito antigo. Por que não era reserva nessa época quando começou as construções ali. Foi exatamente no momento que veio a eletricidade pra cá que começaram as construções lá na praia. Todo mundo pegando os seus terrenozinhos cercado e outros vendendo e outros construindo e assim foi. (Morador não Nativo B)

O morador não nativo B relata o início das construções em cima das dunas. Constata-se que esse conflito é bastante antigo e surgiu antes da promulgação da reserva. Percebeu-se, a partir da execução das entrevistas, que o posicionamento do Morador não nativo B é uma exceção, pois sua fala demonstra uma conscientização dos processos ambientais.

Outro conflito relacionado com as questões ambientais e que ocasiona impactos negativos para a reserva é a queimada da tabuba (*Typa dominguensis*). A vegetação aquática predomina na Lagoa do Batoque e está presente em todas as outras lagoas interdunares (figura 11) da área, sendo que, em algumas, ocupa praticamente todo o espelho d'água, alcançando a altura de 1,5 a 2,0 metros (OLIVEIRA, 2006).

**Figura 11 - Vegetação da Tabuba ao redor da Lagoa interdunar intermitente**



Fonte: CASTRO, 2018.

Os conviventes relataram que a queimada da Tabuba é evento recorrente em Batoque. Levantam ainda, o fato da inexistência de uma “consciência ambiental” em Batoque, fator que reforça a ocorrência das queimadas.

[...] Esse ano, por incrível que pareça, eles ainda não queimaram, mas todo ano eles queimam, duas vezes por ano, acho que agora na passagem de ano eles vão queimar. Eu não sei se eles queimam pra plantar, se é pra caçar capivara, porque ainda tem capivara dentro das tabuba, eu não sei. A gente acredita muito que é coisa de agricultor, que é a época que a lagoa seca mais um pouco, aí eles vão cortando, vão cortando. (Morador nativo C)

[...] No dia primeiro de Janeiro de 2017 nós tivemos uma queimada na noite do ano novo que foi terrível. Esse ano ainda não, graças a Deus, porque é uma destruição muito grande ali também pra animais, pra tudo. Pra mim esse é o maior problema do Batoque: a falta de conscientização ambiental. (Morador não nativo B)

As queimadas em Batoque não se resumem somente aos ambientes lacustres. Elas acontecem, segundo os conviventes entrevistados, em pequena escala, por toda a reserva. Esse fato se dá por dois motivos: para a venda de terrenos ou descarte do lixo.

[...] Somos nós mesmos que destruímos e estragamos o nosso meio, né? Eu sei preservar isso, já o outro não tá nem aí, vai jogando, vai queimando. O que eu queria depois eu vou conversar com os líderes da comunidade sobre as queimadas aqui no Batoque. Por que essa semana eu me alevantei três horas da madrugada, porque eu não suportei mais a fumaça. E eu me apavorei pedindo a Deus que não fosse a tabuba. Aí quando eu abri a porta era num quintal de uma dessas casas aí. A gente vai conversar sobre isso daí...multar! Chegar e multar é a solução! Por que a folha seca é só botar num saco deixar secar bem mais que ela vira adubo. Vai pra uma planta, vai pra uma fruteira, eles tem que se conscientizar disso. Se não quer fazer isso é só juntar, guardar, que o caminhão do lixo vai coletando tudo. (Comerciante C)

[...] Porque eles queimam e cortam as árvores para venderem as terras. Destruição das nossas matas nativas, não só as matas não, vale para todos os animais. Porque as árvores são queimadas no tronco, então é tudo que tá ali que morre, tudo! (Morador não nativo B)

As falas dos conviventes refletem a insatisfação quanto às queimadas realizadas em Batoque. Esse conflito levanta outra problemática, que será abordada mais adiante, a questão da venda de terras dentro da reserva. Segundo os entrevistados, essa é uma prática regular dentro da RESEX.

Ao andar pela reserva é recorrente deparar-se com lixos espalhados (Figura 12), principalmente nas ruas secundárias e até mesmo dentro do manguezal (Figura13). Esse impacto ambiental<sup>29</sup> reflete o descaso do poder público quanto à gestão da reserva, no sentido da inexistência de políticas públicas que informem sobre os malefícios de tal prática. Ao serem indagados sobre quais eram os maiores problemas ambientais em Batoque, a maioria dos entrevistados se refere ao acúmulo de lixo. Eles relatam que a

<sup>29</sup> Mudança no ambiente causada pela atividade do ser humano.

coleta é realizada uma vez por semana, entretanto o caminhão responsável passa somente na rua principal.

**Figura 12 - Lixo espalhado nas ruas secundárias em Batoque**



Fonte: CASTRO, 2018.

[...] Lixo! Aqui tem muito lixo! Nós temos aqui uma lagoa, se você for ali pra lagoa tem muito lixo ali. E a prefeitura sabe disso. Nós já fizemos mutirão a prefeitura disse que ia ajudar e até agora. Se você for pros mangues ali você vai ver muito lixo (MORADOR NATIVO C).

[...] Coleta de lixo é só uma vez por semana, é muito pouco! Principalmente agora que a estrada melhorou, os veranistas tão vindo direto, que antes passava quase um ano sem vir, agora tão vindo direto e tão sujando demais. Demais, demais, demais. Eles vem e deixa tudo aí, porque aí o carro (caminhão que coleta o lixo) não chega (MORADOR NÃO NATIVO D).

[...] Você vai encontrar muito lixo aqui no Batoque, porque as pessoas não vão deixar o lixo na rua que passa o carro do lixo. Bem ali tem a casa de um veranista. Ele aluga, empresta, não sei... Sei que quando dá fé vem aquele monte de gente, tudinho. Aí eles colocam o lixo em frente da casa, onde o caminhão do lixo não passa e os animais que ficam soltos rasgam tudo. Aí a gente explicou como funciona a coleta de lixo, mas não adianta (MORADOR NATIVO A).

As falas acima demonstram o conflito envolvendo moradores e veranistas em torno da temática do lixo. Os moradores relatam que os veranistas, ao deixarem suas casas, descartam o lixo em locais onde o caminhão não passa, mesmo sendo orientados, ocasionando o acúmulo do mesmo dentro da reserva. Entretanto, ao serem entrevistados, os veranistas dizem o contrário: “[...] o lixo, porque o povo daqui não são educados, jogam lixo em todo canto.” (Veranista A)

**Figura 13 - Lixo dentro do manguezal em Batoque**



Fonte: CASTRO, 2018.

A área de estudo passa, ainda, por outro conflito envolvendo as questões ambientais, o impacto ambiental da poluição sonora decorrente da recente facilidade de acesso à praia, o que fez aumentar substancialmente o número de visitantes.

[...] Nós somos atacados por todo tipo de poluição, poluição sonora, porque entram paredões e se coloca lá nas barracas estourando os ouvidos de todo mundo, uma falta de educação muito grande, falta de consciência e depois quando vão embora haja lixo na praia. (Morador Nativo B)

[...] Assim, depois do asfaltamento da Rodovia aumentou muito o número de pessoas aqui. E assim, a gente muito preocupados com isso solicitamos ao conselho que o ICMBio juntamente com as Associações fizessem uma blitz educativa lá na entrada que a gente ia conseguir minimizar, como minimizou a entrada desse pessoal aqui. Então assim a gente abordava, principalmente os piqueniques, e falava que era uma área de reserva e tinha regras de uso e precisava ser respeitadas. Muita gente que foi abordada era pessoas que tava visitando pela primeira vez e achava importante aquilo que tava acontecendo. Outras voltavam porque achavam que ia ser igual a águas belas tinha que pagar uma taxa pra poder entrar. (Morador Nativo C)

A fala do morador reverbera a ação conjunta dos agentes produtores do espaço na tentativa de minimizar a poluição no entorno da faixa praias, entretanto veremos mais adiante que essa “união” não é algo recorrente no manejo da reserva.

A falta de legalização quanto aos limites da reserva, a inconsistência na delimitação dos terrenos de marinha e a inexistência do plano de manejo se configuram em outro conflito de uso. A ausência dessas informações ocasiona no uso indiscriminado de

ambientes frágeis, como construções na borda da lagoa, causando impactos ambientais negativos, relatada a seguir pela Moradora nativa A.

[...] Um grande problema no Batoque é a questão da regularização das áreas. Assim, onde pode construir, o que é zona de amortecimento as APP'S. Eu sei de algumas, mas desconheço outras...e por aí vai. A maioria do povo nem conhece. Por que você vê a casa dentro do rio ali, na beira do rio, né, não tem? Uma coisa que se fala muito, se fala muito, se fala muito, o povo vem, olha, mede e não sai do papel. Essa questão dessa área de marinha, dessa demarcação que eu não sei quando vai sair isso, ninguém sabe aonde o pescador pode ou não pode, é coisa que não anda.

A análise desses conflitos ambientais evidencia o fator pelo qual a reserva foi criada, para a defesa do território, para a permanência da comunidade, e deixa aparente que o manejo consciente dos recursos da RESEX não é praticado por todos os conviventes. A existência desses embates pode ser associada ao fato da comunidade não se identificar com os ambientes analisados, haja vista que a maior parte do trabalho realizado pelos extrativistas está na pesca e na plantação.

Percebeu-se a partir da apreensão dos conflitos de uso surgem os impactos ambientais negativos, o lixo, a poluição sonora, as queimadas em ambientes lacustre. Esses impactos decorrem da ausência do órgão gestor na área, da inexistência de fiscalização e de trabalhos de conscientização que contemplem os conviventes em Batoque.

O Estado em Batoque, representado pelo ICMBio, o qual foi designado para gestar a reserva, se mostra omissos aos conflitos evidenciados. De acordo com a entrevista realizada com representante do supracitado órgão não existem projetos que mitiguem esses impactos, ou mesmo que conscientize a comunidade e visitantes.

### 5.3 CONFLITOS TERRITORIAIS

Segundo Fernandes (2005, p.5), “Mesmo que todos falem de território, poucos entendem o que são territórios em disputas, porque suas análises não atingem as escalas dos conflitos que acontecem primeiramente na escala local”. A discussão de como se desenrola conflitos territoriais perpassa pela ideia de como se dá as relações de poder naquele determinado espaço. Esse embate é algo bastante recorrente na presente área de estudo. Pode-se entender que, a criação da reserva deu-se por motivações causadas por conflitos territoriais, que na época era travada entre comunidade e grileiros. Após a criação da RESEX esses embates não cessaram, pelo contrário, se intensificaram, envolvendo os

mais variados agentes produtores do espaço. A manutenção desse território é diariamente posto à prova.

No transcorrer das entrevistas, ao serem indagados se o fato do Batoque ter virado uma RESEX foi algo que beneficiou a comunidade, todos os conviventes entrevistados narram que a melhora principal diz respeito a diminuição da venda de terras, ou seja, a manutenção do território pela comunidade.

[...] Primeiramente era um desejo nosso, da população, foi assim **a última instância que nós recorremos devido a conflitos de terras** e nós pensamos que com a reserva nós teríamos tranquilidade em relação a posse da terra, né?! Que se tornaria um território nacional e que evitaria muitos grileiros né, como tinha um grande conflito com o M. Dias Branco que a justiça ainda não alcançou ainda, esse homem tão grande. E com a criação da reserva nós teríamos pelo menos uma segurança em ter direito à moradia. Isso era o nosso pensamento e que ainda é até hoje, para alguns, né?! Por que a gente sabe que para outros não é mais. **Por que eles tem um pensamento de vender e o objetivo da reserva não é esse.** O objetivo da reserva é a gente morar, viver aqui. Viver do extrativismo, mas a gente sabe que não dá mais com a situação onde nós chegamos. **E tem gente que gosta mesmo de viver disso, de venda de terras**, não quer trabalhar, não quer viver de outra maneira e acha que essa é a maneira ideal de viver, negociando terras, e assim a maneira mais fácil de fazer as coisas, de construir, de ter algo, né. (Morador nativo A, grifo nosso)

A fala da convivente retrata dois conflitos territoriais desenrolados em momentos distintos. O primeiro se refere à grilagem de terras em Batoque, praticada pelo supracitado empresário, o segundo refere-se à venda de terras perpetrada por moradores em Batoque. Essa venda é ilegal, ao passo que se trata de uma RESEX federal, onde o território pertence ao Estado cedido à comunidade para seu uso fruto. Apesar da venda ser proibida perante a lei que rege as RESEX's, na referida comunidade, existe casas à venda (Figura 15).

O caso de venda de terra não tem nada a ver com o fato de ser ou não uma reserva. Antes tinha muito menos. Mas por que? Por que o Batoque nem estrada tinha, né? Era aquele caminhozinho de terra, aquela veredazinha, aí depois foi feita uma estrada maior e veio o ônibus, mas aí era uma vereda isolada de tudo. Então nessa época não existia procura. Quando chegou a eletricidade a partir de 1995, pronto. Porque enquanto o local não tem eletricidade ele é mais ou menos esquecido, ninguém quer morar nele. Aí começou a procura. Isso não era reserva nessa época, porque a reserva data de 2003. Pronto começou as procuras e começou as vendas. Então eu acho que não foi o fato de ser ou não reserva. Piorou por causa da reserva? Não sei! (Morador não nativo B)

A narrativa acima expressa como se desenrolou o aumento da venda de terras na reserva. Observa-se que a chegada da energia elétrica aumentou essa comercialização. Nota-se, por meio da entrevista do convivente, que independente de ser reserva ou não o

comércio de terras dentro do Batoque continua, e segundo moradores, a fiscalização do ICMBio não inibe tal prática, pois não há punição para o vendedor, somente o comprador é autuado.

**Figura 14 - Casa à venda em Batoque**



Fonte: CASTRO, 2018.

A venda de terras também perpassa pela discussão de como o processo de acumulação capitalista tenciona diariamente a RESEX. Essa tensão se evidencia ao observar a disposição dos grandes empreendimentos hoteleiros, resorts, os quais são materializações de como esse processo consome os espaços (Figura 16).

**Figura 15 – Principais resorts próximos à RESEX de Batoque**



Fonte: CASTRO (2018).

Como observado na figura acima, existem redes hoteleiras internacionais ao redor da RESEX, essas grandes empresas turísticas movimentam uma grande soma de dinheiro e um grande contingente de pessoas. A turistificação desses territórios desterritorializa as comunidades originárias daquele local e as inserem no mundo do consumo, reverberando esse processo nas comunidades vizinhas, como é o caso do Batoque. Além disso esses empreendimentos trazem uma série de impactos ambientais e sociais para a área.

O turismo nos arredores de Batoque vem no sentido de capitalizar aquelas áreas, tornando o município de Aquiraz economicamente ativo nesse processo. Segundo Carlos (1999, p.7), o turismo é uma parcela do espaço que se transforma em mercadoria e

nesse sentido, “alguns lugares somente têm existência real por causa de sua trocabilidade, isto é, enquanto mercadoria que se consome”. Nessa perspectiva, o Batoque é “invisibilizado”, tanto no sentido de não poder ser vendido por meio do turismo de sol e praia e também pela tensão desses empreendimentos nos seus arredores.

#### 5.4 CONFLITOS SÓCIO – POLÍTICOS

Os conflitos sócio – políticos se dão simultaneamente aos outros dois tipos de conflitos já caracterizados. Observa-se o embate entre a comunidade e os órgãos gestores, em variadas escalas.

A relação entre os conviventes e o órgão gestor, ICMBio, foi descrita por todos os entrevistados, os quais foram enfáticos ao narrarem as dificuldades presentes nesse vínculo.

[...] O ICMBio deveria estar muito mais presente dentro do Batoque. Muito mais. Nós vemos eles de dois em dois meses quando são as reuniões, quando é a reunião a cada dois meses do conselho, ou então quando acontece alguma coisa extra. Eu sei que eles tem que vir, mas não vêm. Muitas coisas precisam da presença aqui do ICMBio (MORADOR NÃO NATIVO B).

Uma das reivindicações mais presente, na fala dos conviventes, é a insatisfação quanto à ausência do órgão no cotidiano da comunidade, segundo os moradores, a gestão seria mais eficiente se existisse uma base física do ICMBio dentro da RESEX.

[...] Eles só vem aqui em tempo de reunião. Elas só são mesmo de escritório, de tá ali assinando alguma coisa. Muita casa foi vendida no tempo da reserva e o ICMBio não faz nada. Eles só vem quando já tem acontecido. Ele não previne. Ele deixa acontecer. Então eles são muito ausentes aqui. Pra eles virem aqui fazer alguma coisa a gente tem que forçar mesmo. Elas são muito ausentes no Batoque, muito, muito, muito, até demais (MORADOR NÃO NATIVO D).

Outra problemática envolvendo o órgão e os moradores da RESEX giram em torno da forma de comunicação. Na interlocução abaixo o morador A narra episódios que, segundo ele, necessitava de um diálogo com linguagem mais acessível, na qual o ICMBio se fizesse entender perante todos os conviventes.

[...] Nunca o ICMBio foi de dizer a gente realmente qual era a nossa realidade. É tanto que o problema da nossa estrada nós não sabíamos. No dia que fizemos a reunião que foi dito que a nossa estrada não saia por conta da leniência. Sempre foi assim! Antes era o IBAMA e sempre foi assim! Nós nunca soubemos realmente como as coisas era, como não era. Essa ação civil pública que tem aí ninguém sabia por que as pessoas não podiam construir. Então o certo era chegar marcar uma reunião com a população e dizer olha está acontecendo isso, isso, isso e por isso...**falando no popular mesmo!** A gente tem que ser sabedor. Então

só pode chegar pra o quê? Pra dar ordem? Pra mandar, proibir? (MORADOR NATIVO A, GRIFO NOSSO).

O órgão ao ser indagado em como se dá a relação com a comunidade, diz, por meio da chefe da RESEX Batoque Mírian Magalhães Lucatelli que “a relação sempre foi respeitosa, contudo é cíclica, possui momentos mais tensos, relacionados principalmente à proibição de construção de novas residências, e momentos mais harmoniosos, de mais parceria”.

O ICMBio também relata dificuldades quanto à gestão da reserva no início da administração da atual equipe, a qual se deu no ano de 2014.

Inicialmente, encontramos uma comunidade com pouca organização interna, desarticulada politicamente e dos outros movimentos sociais. A participação nas reuniões/ encontros eram muito baixas. Havia pouco sentimento de pertencimento ao local e não se reconheciam como uma comunidade tradicional. O processo de definição do perfil beneficiário da Unidade levou 2 anos para ser concluído em função de todo esse contexto na comunidade do Batoque. No entanto, esse processo “doloroso” de definição do perfil proporcionou à comunidade um clima de unidade que favoreceu a articulação com outros parceiros, a motivação das lideranças antigas e surgimento de novas, o fortalecimento das associações existentes e maior participação nas decisões da Unidade (MÍRIAN MAGALHÃES LUCATELLI, ANALISTA AMBIENTAL DO ICMBIO, ENTREVISTA CEDIDA EM 16 DE FEVEREIRO DE 2018).

A fala da analista retrata a avaliação feita pelo ICMBio de como se dava as relações comunitárias no início do gerenciamento da atual equipe e como a mesma foi evoluindo, no sentido de coesão da comunidade, a partir da construção do perfil do beneficiário. A portaria Nº 106, de 2 de Dezembro de 2016 (Anexo D) homologa o perfil das famílias beneficiárias em Batoque, que auxilia na identificação e registro de quais grupos tem direito a usarem e se beneficiarem da RESEX.

Outra dificuldade na gestão da reserva, de acordo com o órgão, está na ausência da regularização fundiária, o que culminou com a instauração da Ação civil pública, já citada anteriormente, proibindo construções de novas residências na reserva.

Outra dificuldade relacionada à gestão da UC é a ausência de regularização fundiária, que levou o MPF a instaurar uma ação civil pública (0006876-56.2011.4.05.8100) que está em vigor desde 2012. A ACP visa garantir a regularização fundiária da área e para tanto determinou aos diversos órgãos, réus da ação, diversas ações para a conclusão da mesma. Enquanto isso, existe a proibição de construção de novas residências/obras na Unidade em desacordo com os objetivos da UC, o que tem ao longo de todos esses anos tensionado a relação do ICMBio com a comunidade. Importante frisar que o ICMBio cumpriu ainda em 2012 o que determinava a ACP. Ficou à cargo da SPU a delimitação

dos terrenos de marinha que até o momento não foram concluídos (MÍRIAN MAGALHÃES LUCATELLI, ANALISTA AMBIENTAL DO ICMBIO, ENTREVISTA CEDIDA EM 16 DE FEVEREIRO DE 2018).

Essa ACP é motivo de vários conflitos ente os conviventes e ICMBio. Os moradores alegam que, quando a ação foi impetrada não podiam reformar um cômodo de suas casas que a fiscalização do órgão chegava. Isso ajudou a dificultar substancialmente a relação.

Nota-se, por meio das narrativas dos conviventes, a necessidade de inserção de políticas públicas que, segundo eles, faça a reserva “desenvolver”, pois a falta dessas iniciativas, que deveriam partir do governo federal, faz com que “a reserva ande a passos de tartaruga” (Nativo A).

A prefeitura municipal de Aquiraz é outro órgão estatal que mantém uma relação conflituosa com os conviventes em Batoque. Os vários relatos demonstram insatisfação quanto à atuação da PMA, principalmente no que concerne ao investimento municipal.

[...] A prefeitura eu acho ela muito longe ainda do Batoque. Talvez porque o Batoque não dá nada, né? Por que você sabe que uma prefeitura ela quer arrecadação de impostos e aqui tem poucas pessoas que pagam IPTU<sup>30</sup>, então não trás benefício para a prefeitura, eu acho que é isso. (Morador não nativo B)

[...] O investimento maior da prefeitura de Aquiraz ela investe no Beach Park, porquê de lá ela pode trazer muito recurso. O Batoque como sempre fica por último, se sobrar! Como sempre não, é esse prefeito que sempre teve esse descaso com o Batoque (MORADOR NATIVO A).

Os moradores de Batoque, ao serem perguntados sobre os serviços oferecidos pela PMA, como educação, saúde, coleta de lixo, se disseram, em sua maioria, satisfeitos com a qualidade dos serviços, exceto com o transporte público.

[...] O ônibus que nós temos vem na segunda-feira às 5 horas da manhã e só retorna na outra segunda. Se dependesse da empresa você só poderia sair e vir do Batoque dia de segunda. Aí tem uma van que sai às 6 horas e moto a maioria das pessoas aqui tem uma moto, ou um carro de aluguel, um táxi (MORADOR NATIVO A).

O representante da prefeitura, por sua vez, narra sua dificuldade quanto á gestão dos recursos municipais ao Batoque.

É uma área de bastante relevância para Aquiraz, apesar de ter muitos conflitos, né? Nem tanto em relação a comunidade, mas com os órgãos, como o ICMBio.

---

<sup>30</sup> Imposto Predial e territorial urbano (IPTU)

Então tem alguns conflitos que a gente tenta contornar, trabalhar em parceria. Por que o ICMBio é um órgão que ele cobra muito das outras entidades que tentam melhorar a situação do Batoque com relação a sua existência, né? Então ele quer ter sempre autonomia e ele tem, por um lado ele tem razão de ter a autonomia que tem, porque são eles que cuidam daquela reserva, mas assim, há um pouco de conflito às vezes. Não há um entendimento que deveria ser melhor consagrado entre os órgãos. Existe uma parceria, mas ela não é muito constante em todos os assuntos. A gente sempre discorda, eles sempre discordam do que a gente quer. O intuito maior da prefeitura é sempre fazer o melhor para a comunidade, mas até pra fazer o melhor pra comunidade tem que passar pelo ICMBio, que muitas vezes eles barram em situações básicas que eles não deixam a gente trabalhar. Aí também tem o SPU é outro órgão muito complicado de se trabalhar. Por que é muito difícil, é um órgão que tudo que você vai atrás de resolver com eles, eles vão empurrando com a barriga, joga pro município. Não querem assumir a real responsabilidade que eles tem... e assim se torna um conflito. Por que cada um fala uma linguagem diferente. Era pra ser uma linguagem só, trabalhar com um só conteúdo para melhorar a situação do Batoque (JOSÉ IVANILSON. A. REBOUÇAS – SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MEIO AMBIENTE DE AQUIRAZ. ENTREVISTA CEDIDA EM 5 DE ABRIL DE 2018).

O relato do Secretário reflete o descontentamento do município quanto a gestão em Batoque. Segundo ele, falta um entendimento entre os órgãos (ICMBio, SPU e Prefeitura de Aquiraz) e uma maior “boa vontade” do órgão gestor da reserva. O representante do município também alude, assim como o morador A, para a linguagem falada pelos órgãos, que deveria ser unificada e capaz de acessar a comunidade para assim trazer melhorias sociais. Ele faz alusão a uma bola de pingue- pongue quando se trata do município para resolver assuntos relacionados a reserva.

[...] Por que na verdade a gente fica numa bola de pingue pongue. A prefeitura fica sendo a bola e do lado fica o SPU e do outro o ICMBio. Então qualquer coisa que a gente quer benefício pro Batoque tem que sair de um lado pro outro, de um lado pro outro tentando juntar as partes pra poder entrar num consenso, que é o mais difícil (JOSÉ IVANILSON. A. REBOUÇAS – SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MEIO AMBIENTE. ENTREVISTA CEDIDA EM 5 DE ABRIL DE 2018).

De acordo com o servidor, o fato de o Batoque ser uma reserva federal acaba dificultando a ação da prefeitura. Ele exemplifica citando o caso da limpeza da lagoa.

[...] A limpeza da lagoa, por exemplo. Nós temos uma secretaria e nós queremos fazer uma limpeza na lagoa do Batoque porque é muito sofrida e todo mundo da comunidade precisa dessa lagoa certo? Pra algum tipo de sobrevivência. Mas pra se fazer um benefício desse tem que passar primeiro pelo crivo do ICMBio. Se ele disser que autoriza, ok. Se os técnicos deles acharem que não, isso não é uma coisa ideal para se fazer, a gente fica de mãos atadas. A gente tem todo o aparato para se fazer, mas a gente não pode fazer porque o ICMBio não autorizou. Então a gente fica nesse impasse. Aí quando o ICMBio autoriza é uma área da união. Aí eu tenho que ter uma autorização da união... Então esse tipo de conflito nos atrapalha, as vezes, em alguns assuntos relacionados ao Batoque (JOSÉ

IVANILSON. A. REBOUÇAS – SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MEIO AMBIENTE. ENTREVISTA CEDIDA EM 5 DE ABRIL DE 2018).

A fala do secretário leva a uma reflexão, até que ponto o fato das reservas extrativistas não exercerem autonomia sobre o território influencia na prática extrativista e no cotidiano dessas comunidades? Até que ponto essa intervenção estatal é benéfica para as comunidades extrativistas?

A análise dos conflitos sócio – políticos mostra como o órgão gestor possui um relacionamento conflituoso com os demais agentes produtores do espaço em Batoque. Essa relação conflitiva acaba por prejudicar a comunidade, como explicou o representante da Prefeitura de Aquiraz. A falta de diálogo causa revolta em parte dos comunitários, os quais os veem como “inimigos” ao passo que deveria ser uma relação de parceria.

A ausência da equipe gestora na comunidade contribui para a promoção dos conflitos de uso e territoriais, uma vez que não existe a devida fiscalização. O conselho deliberativo, que deveria deliberar as demandas da reserva, segundo os conviventes, acaba por “não deliberar nada, fica só no papel” (Morador nativo A). Essas características acabam por enfraquecer a unidade, coesão comunitária, abrindo frestas para a entrada do capital.

O capitalismo ao pressionar esses territórios desagrega a comunidade para se apropriar e gerar mais valia para os detentores do capital, nesse caso latifundiários e promotores imobiliários. Para resistir, a união comunitária se faz imprescindível. A resistência caminha “de mãos dadas” com a união comunitária

## 5.5 MAPEAMENTO DOS IMPACTOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Baseado nos impactos e conflitos evidenciados em campo foi construído o mapa de impactos e conflitos socioambientais (mapa 6). A elaboração deste se deu a partir dos impactos ambientais, conflitos de uso e conflitos territoriais identificados em campo. Não se pôde mapear os conflitos sócio-políticos devido a subjetividade, que não condiz com o método abordado na pesquisa.

A partir do mapa 6 percebe-se que a maioria dos impactos e conflitos localizam-se em áreas urbanizadas ou no entorno destas, exceto a poluição na área de manguezal. A má utilização dos recursos naturais e os conflitos de uso ocasionados pelos conviventes e visitantes da reserva causam impactos ambientais, como o lixo, as queimadas e o lixo na vegetação do manguezal.

A ocupação no campo de dunas é um impacto/ conflito que vale salientar, pois interfere diretamente na alimentação do sistema praiar bem como se configura como uma má relação dos conviventes com o ambiente. Outro impacto que reverbera como vem se dando esse contato é a poluição do manguezal. Esses fatores elucidam o distanciamento dos conviventes com o ambiente que deveria ser preservado, observações que demonstram a susceptibilidade da RESEX para a entrada do processo de acumulação do capital, haja vista que a manutenção do ambiente em que vivem não é mais uma prioridade dos conviventes.

Os conflitos territoriais mapeados se deram ao passo que observava-se placas referentes a venda de lotes ou imóveis na reserva. Verificou-se uma certa diminuição na propaganda dessa venda de terras. Ao visitar a reserva no ano de 2015, a comercialização era mais exposta<sup>31</sup>. Segundo relato dos moradores essas vendas não diminuíram, mas estão sendo realizadas sem serem propagandeadas, “por debaixo dos panos” (Morador nativo A). Esse fato influenciou na diminuição de conflitos territoriais mapeados.

Nessa perspectiva o mapeamento buscou dar uma melhor visibilidade aos impactos e conflitos constatados a partir das entrevistas realizadas em trabalho de campo. Vale ressaltar que os impactos ora surgem a partir dos conflitos entre os diversos agentes produtores do espaço e ora causam os conflitos, como é o caso do lixo nas ruas secundárias.

Também foram produzidas duas tabelas, que estão inseridas no mapa, as quais mostram como se dava o uso da reserva em 1999 e 2017. Nestas observa-se o uso indiscriminado dos componentes geoambientais. Houve uma diminuição no campo de dunas móveis e fixas, que se deu a partir do aumento de áreas urbanizadas, como observado na imagem e em trabalhos de campo. A área urbanizada saltou de 78,19 ha para 107,8 ha. Considerando que a reserva foi instituída em 2003 esse uso não deveria ter aumentado. O mangue aumentou de tamanho de 9,8 ha para 13,6 ha, baseado na análise das imagens de satélite, isso ocorreu devido a migração do campo de dunas móveis por meio do transporte eólico, levando o mangue a se regenerar, entretanto com a poluição a qual o manguezal vem sofrendo, a tendência é que esse processo estagne ou mesmo venha a reverter.

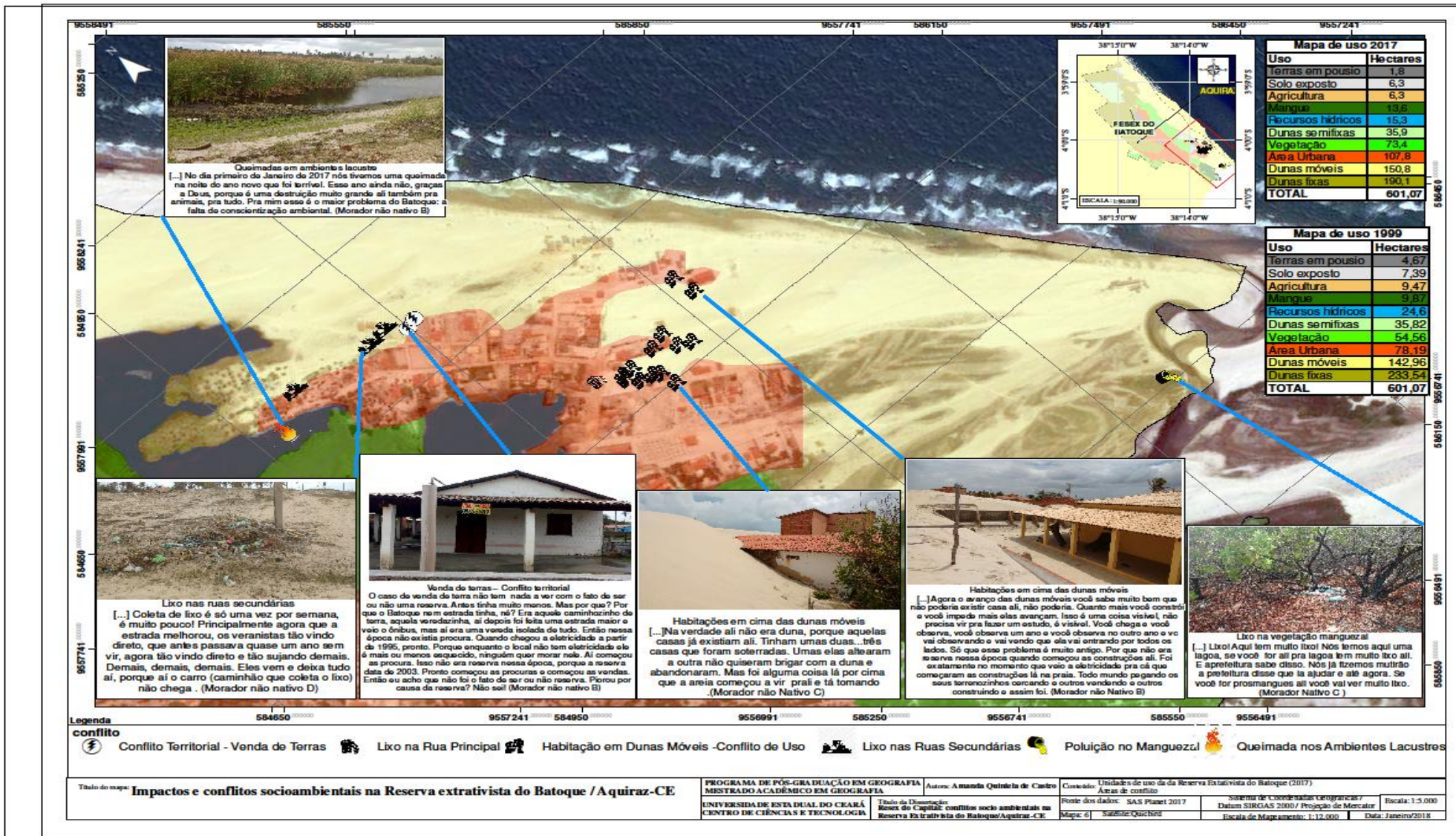
---

<sup>31</sup> Sobre essa comercialização ver CASTRO, A. Q. **Ser ou não ser comunidade?** Eis a questão! O turismo comunitário e os conflitos socioespaciais cotidianos na RESEX do Batoque/ Aquiraz – CE. Universidade Estadual do Ceará. Centro de Ciências e Tecnologia. Graduação em Geografia/ Bacharelado (Monografia). 103p. 2015.

A partir do mapeamento também é possível perceber a diminuição da prática da agricultura na reserva, de 9,47ha em 1999 para 6,3ha em 2017. Isso reverbera na fala dos conviventes ao afirmarem que “a maioria dos jovens vão procurar serviços fora do Batoque” (Morador nativo A). Esta vem sendo praticada pelos moradores mais idosos e os filhos nem sempre demonstram interesse em aprender. Esse fato também ocorre com a prática da pesca, que segundo o Morador Nativo B “os jovens não querem mais passar de 10 a 12 horas no mar, eles preferem ir tentar a vida fora do Batoque, cursar uma faculdade de Engenharia de Pesca”. Esses fatores provocam uma evasão populacional na reserva, culminando com a diminuição da disseminação dos saberes locais e com a falta de coesão comunitária.

O impacto mais visível em Batoque é o aumento da quantidade de lixo espalhado pelas ruas secundárias, esse fator tanto reflete, como já mencionado, como vem aumentando a frequência de visitantes na reserva, quanto como a relação dos moradores com o ambiente está se dando de maneira “insustentável”. Esse impacto é uma das formas da materialização de como o processo de expansão geográfica de acumulação do capital vem se dando nessa UC. Paulatinamente o processo vem chegando à reserva.

Tem-se, a partir do mapa 6, a materialização dos impactos e conflitos que se configuram enquanto reflexos da pressão exercida pelo processo de acumulação do capital em sua busca desenfreada por expansão geográfica, tornando-a “Reserva do capital”.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de estudo sobre conflitos socioambientais vai para além da seara acadêmica, pois se mostra um campo de ação política, onde cada agente produtor do espaço luta pelos seus interesses. Primeiramente buscou-se discutir como se daria a abordagem dos conflitos socioambientais e do conceito de justiça ambiental. Posteriormente foi discutido como o país se abriu para as políticas públicas ambientais, e como se deu a criação das UC e RESEX. A criação das RESEX marinhas foi analisada e a partir de seus objetivos observou-se os mais variados conflitos que permeiam as reservas. Percebeu-se como o caráter sustentável destas é algo utópico, tendo por base a análise de seus manejos por variados autores.

Ao caracterizar os aspectos Geoambientais da RESEX do Batoque, constatou-se que a principal mudança se deu na ocupação, indo na contramão da legislação vigente para esse território que com a criação da reserva passa a limitar diversas atividades, inclusive de expansão urbana. Tal fato trouxe uma série de implicações socioambientais para a área.

A apreensão dos conflitos partiu do histórico de ocupação do território, onde analisou-se como se deu o início da capitalização das terras batoquenses e como se deu o processo de injustiça ambiental, por meio de grileiros e empresários. Os conflitos atuais foram caracterizados juntamente com os agentes produtores do espaço que os dão vida. Nessa perspectiva, a comunidade e o Estado “ganham” voz e relatam embates de uso, territoriais e sócio-políticos. Percebe-se como estes giram em torno do modo que os agentes se relacionam/apropriam do ambiente, ocasionando impactos.

Com base nas análises e reflexões realizadas, pôde-se perceber que o nascimento de uma RESEX, na maioria das vezes, salvo exceções, implica em conflitos, haja vista que sua luta advém dos embates de classes oriundas do modo de produção vigente. Após a promulgação da RESEX, com a “proteção” do Estado, apreendeu-se que eles não cessam, mas sofrem mutações. A reserva não protege aquele território da dinâmica capitalista e os tornam, de certa maneira, reservas do capital, no sentido de que aquele território bastante tensionado primeiramente é retido pelo Estado, que não o fiscaliza como é apregoado, atuando articuladamente com os capitalistas, enfraquecendo a organização comunitária, para posteriormente gerar dividendos aos grandes capitalistas. Esses territórios serão incorporados às novas fronteiras do capitalismo.

Como indicativo dessa realidade, em Batoque, ao avaliarmos sua área de entorno, observa-se que as praias estão tomadas por grandes empreendimentos turísticos, como observado na figura 15, que servem à lógica de acumulação capitalista. A história mostra que na praia do Batoque a realidade não seria diferente. Entretanto, a comunidade viu na criação de uma reserva, uma forma de proteger o território da invasão dos grandes empreendimentos. Assim, a comunidade da RESEX do Batoque que sofre cotidianamente as pressões advindas dessas atividades em sua área de entorno, acabou criando uma situação de conflitos constantes a partir da própria criação da RESEX, uma vez que ao tentar proteger os usos da comunidade em detrimento a chegada do grande capital (pelos grandes empreendimentos), acabaram também limitando seus próprios usos e agora também sofrem com essas limitações. Assim, a criação da reserva, na verdade acaba não beneficiando a comunidade, uma vez que o alinhamento com o Estado traz um conjunto de entraves políticos que tendem a enfraquecer o movimento de resistência, levando esse a declinar. Por isso, entende-se que a reserva, teoricamente ecológica, na verdade pode ser entendida como reserva do capital, já que as pressões exercidas sobre esta têm tido um forte viés capitalista.

Ao apreender os conflitos socioambientais observaram-se como estes, em Batoque, geram impactos negativos ao ambiente. Tem-se uma reserva extrativista pressionada cotidianamente pelo processo de acumulação capitalista, que por sua vez acaba por promover conflitos de diversas características, os quais geram impactos nocivos tanto ao ambiente quanto à perpetuação desse território que tenta resistir.

A presente pesquisa veio no sentido de denunciar como esses territórios instituídos enquanto reservas extrativistas estão sendo pressionados e cooptados pelo processo de acumulação capitalista. A resistência das comunidades nesses territórios, tomando o Batoque como modelo, vem sendo posta à prova diariamente. São resguardados por uma legislação dentro de um Estado que não as fiscaliza, pois não é de interesse que essas comunidades resistam, mas que sucumbam ao processo de expansão do capitalismo e assim gerem mais dividendos.

À princípio os seringueiros desejavam afirmar seu modo de vida em seus territórios historicamente ocupados, conquistaram uma política pública que os colocaram enquanto reservas de desenvolvimento sustentável, onde o saber tradicional não está mais associado as suas práticas, uma vez que eles devem seguir o que preconiza a “cartilha” estatal.

Nesse sentido, a autonomia política, por meio da autogestão da comunidade extrativista é necessária para que exista um possível caminho de mitigação dos impactos e conflitos socioambientais apreendidos. Esse autogoverno viria a ser semelhante ao que é proposto aos territórios indígenas brasileiros<sup>32</sup>, onde a comunidade extrativista, como planejado pelos seringueiros que a idealizaram, teria total autonomia para gerir o seu território.

A autogestão desse território viria na perspectiva de uma participação igualitária na tomada de decisões, diferente do que ocorre atualmente, em que o ICMBio tem o poder de gerir e de dar o veredito final nas decisões sobre a comunidade. Colocar em prática a autonomia política viria a desenvolver socialmente e economicamente essas reservas, um desenvolvimento que partisse de “baixo para cima”, contribuindo para a promoção de uma justiça social e ambiental nesses territórios.

---

<sup>32</sup> A autonomia e autogoverno dos territórios indígenas é apregoada pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2008), documento que em seu artigo 4º diz que: “Os povos indígenas, no exercício do seu direito à autodeterminação, têm direito à autonomia ou ao autogoverno nas questões relacionadas a seus assuntos internos e locais, assim como a dispõem dos meios para financiar suas funções autônomas” (NAÇÕES UNIDAS, 2008).

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Introdução à questão metodológica. In: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Org.). **Conflitos sociais e meio ambiente**: desafios políticos e conceituais. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.
- ACSELRAD, Henri. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- AFONSO, S. A. **Políticas ambientais nas unidades de conservação do litoral baiano**: a reserva extrativista marinha de Corumbau. 2013. 136f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, Anthony *et al.* **O destino da floresta**: reservas extrativistas e desenvolvimento na Amazônia. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adenauer, 1994.
- AMORA, Zenilde Baima. O espaço urbano cearense: breves considerações. In: AMORA, Zenilde Baima (org.). **O Ceará**: enfoques geográficos. Fortaleza: FUNECE, 1999.
- ANDADA do Caranguejo-Uçá 2018. **Facebook**. Belém. Disponível em: <<https://www.facebook.com/RESEXMarinhaMestreLucindo/photos/rpp.215722022221458/238867919906868/?type=3&theater>>. Acesso em: 21 março 2018.
- BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: um esboço metodológico. **Revista IGOE/USP**, São Paulo, n.13, 1971. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/viewFile/3389/2718>> . Acesso em: 22 março 2018.
- BECKER, Egon *et al.* **Sustainability**: a cross disciplinary concept for social transformations. Paris: UNESCO ISOE. MOST Policy Papers, 1997.
- BERNARDELLI JÚNIO, J. M. **Conflitos socioambientais na APA Bororé - Colônia**: o caso do parque natural municipal Itaim. 2013. 150f. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental e Sustentabilidade) –Programa de Mestrado Profissional em Gestão Ambiental e Sustentabilidade, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2013.
- BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. n. 191- A, Seção 1, p.1.
- BRASIL. Decreto n.º 98.863 de 23 de janeiro de 1990. Cria a reserva extrativista do Alto Juruá. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 de janeiro de 1990a, nº 17, Seção 1, p.2.
- BRASIL. Decreto n.º 98.897 de 30 de janeiro de 1990b. Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 de janeiro de 1990, nº 22, Seção 1, p.2.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de julho de 2000, nº 138, Seção 1, p.45.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília: MMA/SBF, 2000. 32 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O bolsa verde**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde>>. Acesso em: 22 março 2018.

BUCCI, T. M. **Implementação da reserva extrativista marinha do Corumbau, BA: relação de atores e processos de mudanças**. 2009. 116f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA, 2009.

CAMPOS, R.I.R.; NASCIMENTO, M.D.S.; MENDONÇA, S.C. Reserva extrativista marinha mestre lucindo, PA: processo de criação e perspectivas para o turismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.10, n.2, mai/jul 2017, p. 300-327. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/index>>. Acesso em: 22 março 2018.

CASTRO, A. Q. **Ser ou não ser comunidade? Eis a questão! O turismo comunitário e os conflitos socioespaciais cotidianos na RESEX do Batoque/ Aquiraz, CE**. 2015. 103f. Monografia (Graduação em Geografia/ Bacharelado) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

CAÑETE, R. V. Empoderamento, ethos local e recursos naturais: a cartografia social como estratégia para a elaboração de planos de ação em RESEX's marinhas do “salgado paraense”. **Relatório Técnico Científico do Programa Institucional de Bolsas da Universidade Federal do Pará**, [S.l.]: [s.n.], 2016.

COSTA, J. N. **As novas regras do jogo para o acesso aos recursos naturais da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, no Pará**. 2014. 315f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/teses/josnewtoncostatese.pdf>>. Acesso em: 21 março 2017.

COSTA, F.W.; PASSOS, M.M. A RESEX do Delta do Parnaíba como instrumento de gestão socioambiental do ambiente costeiro do Maranhão. In: CONGRESSO NACIONAL DE FÍSICA, 1., Campinas, SP, 2017. Anais... Campinas, SP: Unicamp, 2017. Disponível em: <<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/sbgfa/article/view/1991>>. Acesso em: 14 março 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

CONTENTE, P. C. A. Bragança: um breve olhar sobre a reserva extrativista marinha Caeté, Taperaçu Amazôn. **Revista Antropologia**. ed. especial, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1587>>. Acesso em: 22 março 2018.

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. ed. 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

DANTAS, E. W. C. **Mar à Vista: estudo da maritimidade em Fortaleza**, Fortaleza: SECULT, 2012.

DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral**. Fortaleza: EdUFC, 2009.

ENGELS, F. **Origin of the family: Private property and state**. New York: [s.n.], 1941.

FADIGAS, A. B. M.; GARCIA, L. G. O protagonismo das marisqueiras na criação da reserva extrativista Acaú, Goiana. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008. Porto Seguro, Bahia. **Anais...** Porto Seguro, BA: UFPA, 2008. Disponível em: <[http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_26\\_RBA/grupos\\_de\\_trabalho/trabalhos/GT%2021/Artigo%20-%20protagonismo%20das%20marisqueiras%20na%20cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20RESEX.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2021/Artigo%20-%20protagonismo%20das%20marisqueiras%20na%20cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20RESEX.pdf)>. Acesso em: 21 março 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório Social de América Latina**. v. 16, p. 273 – 284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de F.; MOURA, Rosa. Regiões metropolitanas e metrópoles: reflexões acerca das espacialidades e institucionalidades no Sul do Brasil. **Revista RA'E GA: O espaço geográfico em análise**. Curitiba, v. 5, n. 5, p. 27-46, 2001.

FORTUNATO, R.A.; Silva, L.S. Os conflitos em torno do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde, CE. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.1, jan/abr-2013, pp.123- 138. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/index>>. Acesso em: 21 março 2018.

FURTADO, L. G *et al.* Diagnóstico etno-ecológico da reserva extrativista marinha mãe grande, Curuçá, Zona do Salgado, Pará. **Relatório de Pesquisa**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2003.

GOMES, Alexandre Oliveira; NETO, João Paulo Vieira. **Historiando Batoque**. Fortaleza: Rede TUCUM, 2010.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Roteiro metodológico para a gestão de área de proteção ambiental**. Brasília: Edições IBAMA, 2001.

GRANGEIRO, Cláudia Maria Magalhães. **Meio ambiente litorâneo e urbanização: o ambiente produzido na costa leste de Fortaleza**. 2012. 200f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

HARVEY, D. **Justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1984.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo. Anablume, 2005.

ICMBIO. **RESEX Araí Peroba**. Disponível em:

<<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/2281-resex-arai-peroba>>. Acesso em: 16 março 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.

**RESEX Marinha Arraial do Cabo**. Brasília, DF: ICMBIO, 2018. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2282-resex-marinha-do-arraial-do-cabo>>. Acesso em: 14 março 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.

**RESEX Caeté-Taperaçu**. Brasília, DF: ICMBIO, 2018. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2107-resex-marinha-de-caete-taperacu>>. Acesso em: 14 março 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.

**RESEX Corumbau**. Brasília, DF: ICMBIO, 2018. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2286-resex-corumbau>>. Acesso em: 15 março 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.

**RESEX Cassurumbá**. Brasília, DF: ICMBIO, 2018. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2284-resex-cassuruba>>. Disponível em: 15 março 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.

**RESEX Cururupu**. Brasília, DF: ICMBIO, 2018. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2288-resex-de-cururupu>>. Acesso em: 13 março 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.

**RESEX Cuinarana**. Brasília, DF: ICMBIO, 2018. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/5071-resex-marinha-cuinarana>>. Acesso em: março 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.  
**RESEX Marinha Lagoa do Jequiá.** Brasília, DF: ICMBIO, 2018. Disponível em:  
<<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2291-resex-lagoa-do-jequia>>.  
Acesso em: 15 março 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.  
**RESEX Maracanã.** Brasília, DF: ICMBIO, 2018. Disponível em:  
<<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2292-resex-maracana>>. Acesso em: 07 março 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.  
**RESEX Mãe Grande de Curuçá.** Brasília, DF: ICMBIO, 2018. Disponível em:  
<<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2279-resex-mae-grande-de-curuca>>. Acesso em: 08 março 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.  
**RESEX Marinha Mestre Lucindo.** Brasília, DF: ICMBIO, 2018. Disponível em:  
< <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/5070-resex-marinha-mestre-lucindo>> . Acesso em: 21 março 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.  
**RESEX Mocapajuba.** Brasília, DF: ICMBIO, 2018. Disponível em:  
<<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/amazonia/unidades-de-conservacao-amazonia/5069-resex-marinha-mocapajuba>>. Acesso em: 20 março 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.  
**RESEX Acaú Goiana.** Brasília, DF: ICMBIO, 2018. Disponível em:  
<<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2280-resex-acau-goiana>>.  
Acesso em: 12 março 2018..

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.  
**RESEX Prainha do Canto Verde.** Brasília, DF: ICMBIO, 2018. Disponível em:  
<<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2295-resex-prainha-do-canto-verde>>. Acesso em: 12 março 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.  
**RESEX Marinha Soure.** Brasília, DF: ICMBIO, 2018. Disponível em:  
< <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2296-resex-marinha-de-soure>>.  
Acesso em: 14 março 2018.

KONDER, L. **O que é Dialética?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. ed. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Alice. Praia do Batoque: conheça a história de luta e resistência da comunidade. **Wix.com**. Disponível em: < <https://alicearalima.wixsite.com/alicearalima>>. Acesso em: 22 maio 2018.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, Catia Antonina da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de (Orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: Faperj, 2006. p. 41-57.

LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 107-122.

LITTLE, Paul E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

LOBATO, Gerciene et al. Reserva extrativista marinha de Soure, Pará, Brasil: modo de vida das comunidades e ameaças ambientais. **Revista Biota Amazônia**. Macapá, v. 4, n. 4, p. 66-74, 2014. Disponível em <[periodicos.unifap.br/index.php/biota](http://periodicos.unifap.br/index.php/biota)>. Acesso em: 17 março 2018.

MARX, Karl. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. In: **Grundrisse 1857-1858**. México D.F: Siglo XXI, 1971. p. 449

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEIRELES, A. SILVA, E. THIERS, P. Os campos de dunas móveis: fundamentos dinâmicos para um modelo integrado de planejamento e gestão da zona costeira. **Revista GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 3, n. 20, p. 101 – 119. 2006.

MENDONÇA, F. **Geografia e Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998.

MENDONÇA, T. C. **Turismo e participação comunitária: Prainha do Canto Verde a canoa que não quebrou e a fonte que não Secou?**. 2004. 192f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MESQUITA, João Lara. Mar sem fim. **Estadão**, São Paulo, julho 2015. Disponível em: < <https://marsemfim.com.br/expedicoes/idades-de-conservacao-federais-da-zona-costeira/>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

MESQUITA, J. L. RESEX Acaú Goiana. **Estadão**, São Paulo, julho 2015. Disponível em: < <https://marsemfim.com.br/resex-acau-goiana/>>. Acesso em: 12 março 2018.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. ed. 23. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2007.

MOURA, M. R. **Dinâmica costeira e vulnerabilidade à erosão dos municípios de Caucaia e Aquiraz, Ceará**. 2012. 210f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Sérgio/Desktop/2012\_tese\_mrmoura.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

MONTIBELLER F, G. **O Mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. ed. 2. [S.l.]: EdUFSC, 2001.

MONTIBELLER F, G. O. **Economia e desigualdade social no Brasil**. [S.l.]: UFSC/LED, 2002.

NICOLAU, S. O. **Às margens da RESEX do Cassurumbá no banco dos Abrolhos: construções identitárias, práticas culturais e processos de territorialização**. 2014. 227f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2014.

ODELL, Jay; MATHER, Martha E.; MUTH, Robert M. Conflicts: A case study of horseshoe crab allocation. **BioScience Reston**, v. 55, n.9, p.735-748, sep. 2005.

OLIVEIRA, Cunha Eugênio. **Aspectos limnológicos e sanitários de uma lagoa costeira no litoral leste do Ceará, Lagoa do Batoque**. 2006. 150f. Dissertação (Mestrado em Hidráulica e Saneamento) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/S%C3%A9rgio/Desktop/OLIVEIRA\_DISS.pdf>. Acesso em: 17 jul 2017.

REIS, J. R. Contradições socioambientais na reserva extrativista marinha de Cururupu, MA. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINO AMERICANA DE POBLACIÓN, 7., 2015, São Luiz, **Anais eletrônicos...** São Luiz: UEMA, 2015. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/xxencontro/files/paper/668-727.pdf>>. Acesso em: 17 jul 2017.

RIBEIRO, D. **Estado e capital em István Mészáros**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A questão ambiental e a (re)descoberta do espaço: uma nova relação sociedade natureza. **Revista Boletim Paulista de Geografia**. v. 20, n. 73, p. 35-71, 1994. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/886>>. Acesso em: 17 jul 2017.

RODRIGUES, M. O. Declínio da pesca artesanal em Jequiá da Praia. **Sete Segundos**, Rio de Janeiro, junho. 2016. Disponível em: <<https://maceio.7segundos.com.br/noticias/2016/06/25/67760/o-declinio-da-pesca-artesanal-em-jequia-da-praia.html>>. Acesso em: 15 março 2018.

RUIZ, M. S. ; BENARDELLI JÚNIOR, J. M. ; CORREA, R. ; CORTES, P. L. Conflitos ambientais na região metropolitana de São Paulo: uma revisão da literatura. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 12., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1980.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**. São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. A. CHAVES, A. D. NOGUEIRA, S. N. K. A formação de RESEX marinhas e o uso comum dos recursos naturais: caso da RESEX Araí Peroba, PA. In: ENCONTRO DA ECOECO, 10. 2013, Vitória, Espírito Santo, **Anais....** Vitória, Espírito Santos, 2013.

SANTOS, Z.C. SHIAVETTI, A. Reservas extrativistas marinhas do Brasil: contradições de ordem legal, sustentabilidade e aspecto ecológico. **Revista do Instituto de Pesca**. v. 1, n. 2. São Paulo, 2013. p. 479-494. Disponível em: <[http://www.pesca.sp.gov.br/39\\_4\\_479-494.pdf](http://www.pesca.sp.gov.br/39_4_479-494.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2017.

SANSON, Ann; BRETHERTON, Di. Conflict resolution: theoretical and Practical issues. In: CHRISTIE, D. J.; WAGNER, R. V.; WINTER, D. A. (Orgs.). **Peace, conflict, and violence**: peace psychology for the 21st century. New Jersey: PrenticeHall. 2001.

SILVA, E. V. da. **Modelo de aproveitamiento y preservación de los manglares de Marisco Y Barro Preto, Aquiraz, Ceará**. 1987. 150f. Dissertação (Mestrado Planificação Rural e Meio Ambiente) – Centro Internacional de Altos Estudos Agrônômico Mediterrâneo de Zaragoza, Universidad de Zaragoza, Espanha, 1987.

SOUZA, M. J. N. de.; LIMA, L. C.; MORAIS, J. O. de. **Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará**. Fortaleza: FUNECE, 2000.

SOUZA, M. J. N. de. Diagnóstico geoambiental: unidades geoambientais. In: CAMPOS, Alberto Alves *et al.* (Coord.). **A zona costeira do Ceará: diagnóstico para gestão integrada**. Fortaleza: AQUASIS, 2003.

SOUZA, A. B. S. **O incremento dos serviços de recreação e lazer nos meios de hospedagens como possibilidade de melhor desempenho turístico do município de Arraial do Cabo, RJ**. 2007. 120f. Monografia. (Curso de Turismo) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Veiga de Almeida, Cabo Frio, RJ, 2007.

SOUZA, M. A. L. **Reserva extrativista marinha mãe grande: permanência e mudança no trabalho do pescador artesanal em Curuçá, PA**. 2008. 99f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SCHENINI, Pedro Carlos. COSTA, Alexandre Marino. CASARIN, Vanessa Wendt. Unidades de conservação: aspectos históricos e sua evolução. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, 2004. Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis, SC: UFSC, 2004.

SPOSITO, E. L. **Geografia e filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

PÁDUA, M. T. J. Categorias de unidades de conservação: objetivos de manejo. **Revista Boletim FBCN**, v. 13, n. 13. Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:revista:1978;000362140>> . Acesso em: 21 mar. 2018.

PORTO GONÇALVES, C.W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PROST, Cathérine. Resex marinha versus polo naval na Baía do Iguape. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 13, n. 1, Belém, 2010, p. 47-70. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/391/694>> Acesso em: 21 mar. 2018.

SAQUET, Marcos. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: SAQUET, Marcos; SPOSITO, Eliseu; RIBAS, Alexandre. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão, PR: UNIOESTE, 2004. p.121-147.

SUERTEGARAY, D.M.A. A subordinação que recria e reinventa a natureza. In: ENCONTRO DOS GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005. Texto de exposição realizada na mesa-redonda: perspectivas da geografia latino-americana no século XXI. São Paulo: USP, 2005.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO. I. E., GOMES. P. C., CORREA. R. L. **Geografia: conceitos e temas**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.

SILVA, Edson Vicente. **Modelo de aproveitamento e preservação de los manglares de Marisco e Barro Preto, Aquiraz, Ceará, Brasil**. 150f. Dissertação (Master of Science) – Universidad de Zaragoza, España, 1987.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOUZA, E.L. **A Metropolização como negócio: conceitos e determinações emergentes do processo de transição da urbanização à metropolização**. In: CONGRESSO IBERO AMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES E AMBIENTALES, 6. 2014, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://6cieta.org/arquivos/anais/eixo3/Eudes%20Andre%20Leopoldo%20de%20Souza.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

TELES, Glauciana Alves; AMORA, Zenilde Baima. Caucaia no processo de metropolização e expansão de Fortaleza. In: SILVA, Catia Antonina da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de (Orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: Faperj, 2006. p. 425-431.

VIDAL, Maria Rita. **Proposta de gestão ambiental para a reserva extrativista do Batoque, Aquiraz, CE**. 150f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

ZAGATTO, Bruna Pastro. **Eu sou marisqueira, lavradora e quilombola: uma análise do processo de construção da identidade nas comunidades rurais do Guai, Maragogipe, Bahia**. 2011. 200f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

## **APÊNDICE**

## APÊNDICE A – Caracterização dos entrevistados

ENTREVISTADO		CARACTERÍSTICAS	ENTREVISTADOS
C O N V I V E N T E S	<b>MORADOR NATIVO ANTES DA CRIAÇÃO DA RESEX (2003)</b>	Moradores que atuam na luta para o fortalecimento da comunidade e manutenção da prática extrativista. São os mais escutados diante do órgão gestor da Resex. Fazem parte da Associação Comunitária dos Moradores do Batoque. Atuam como porta – voz da comunidade.	<b>Morador nativo A</b> <b>Morador nativo B</b> <b>Morador nativo C</b> <b>Morador nativo D</b>
	<b>MORADOR NÃO NATIVO</b>	Participam das reuniões que decidem os impasses da comunidade somente como ouvintes diante das discussões formais da Resex. São cônjuges dos nativos, provenientes de outros lugares.	<b>Morador não nativo A</b> <b>Morador não nativo B</b> <b>Morador não nativo C</b> <b>Morador não nativo D</b>
	<b>VERANISTAS</b>	São pessoas que têm casas em Batoque, mas passam somente temporadas ou férias nas residências	<b>Veranista A</b> <b>Veranista B</b>
	<b>COMERCIANTES</b>	A minoria é composta por nativos. Praticam, em pequena escala, o comércio na comunidade. Movimentam a economia. Barraqueiros, dono de pousada.	<b>Comerciante A</b> <b>Comerciante B</b> <b>Comerciantes C</b>
E S T A D O	<b>ICMbio</b>	Atua na gestão, proteção, fiscalização e monitoramento da Resex do Batoque. Órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o sistema nacional do Meio Ambiente. Devido suas competências está em conflito direto com os conviventes em Batoque.	<b>Representante ICMbio</b>
	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ</b>	Administra as verbas estatais a serem repassadas para o Batoque. Fornece os serviços básicos. (educação, saúde, transporte).	<b>Representante Prefeitura Municipal de Aquiraz</b>

**APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada (conviventes – moradores nativos e não nativos)**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PROPGeo  
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA**

**Objetivo:** Aprender os conflitos socioambientais presentes na RESEX do Batoque, considerando sua localização dentro de uma região metropolitana.

**Roteiro de Entrevista Semi - estruturada 1 – Conviventes (Morador nativo e não nativo)**

**Nome:**

**Idade:**

**Sexo:**

**Profissão:**

**Escolaridade:**

**1- O que o senhor (a) pensa sobre a promulgação da Resex em Batoque?**

**2- Quais as mudanças que o senhor (a) percebe que ocorreram após a promulgação da Resex em Batoque?**

**3 – Como o senhor (a) avalia o serviço de mobilidade (meios de transporte)?**

**4- Como o senhor (a) avalia os serviços de educação, saúde e infraestrutura urbana?**

**5– Como é a atuação da Prefeitura de Aquiraz na comunidade?**

**6-Como é a atuação do ICMBio na comunidade?**

**7– Na sua opinião, quais os maiores problemas enfrentado em Batoque, no que diz respeito as questões ambientais (dunas móveis) e sociais (violência, tráfico, favelização)?**

**8– O Batoque nos moldes que o senhor conhece hoje, existiria sem a promulgação da Resex?9-Para o senhor, é bom morar perto de Fortaleza?**

**APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semiestruturada (veranistas)**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PROPGeo  
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA**

**Objetivo:** Aprender os conflitos socioambientais presentes na RESEX do Batoque, considerando sua localização dentro de uma região metropolitana.

**Roteiro de Entrevista Semi - estruturada 2 – Conviventes (Veranistas)**

<b>Nome:</b>
<b>Idade:</b>
<b>Sexo:</b>
<b>Profissão:</b>
<b>Escolaridade:</b>
<b>Nacionalidade:</b>
<b>Parte 1 – O Batoque e a comunidade</b>
<p><b>1 – O que é o Batoque para o senhor (a)?</b></p> <p><b>2 – Como o senhor (a) enxerga as relações comunitárias em Batoque?</b></p>
<b>Parte 2 - A relação veranistas e Resex</b>
<p><b>1- O que o senhor (a) pensa sobre a promulgação da Resex em Batoque?</b></p> <p><b>2 – Quais as mudanças que você percebe que ocorreram após a promulgação da Resex em Batoque?</b></p> <p><b>3 – Como o senhor avalia o desempenho do ICMbio na comunidade?</b></p>
<b>Parte 4 – Conflitos cotidianos em Batoque</b>

- 1 – Como se dá a relação com os nativos em Batoque?**
- 2 – Como está o acesso ao Batoque?**
- 3– Como o senhor (a) avalia o serviço de mobilidade (meios de transporte)?**
- 4- Como o senhor (a) avalia os serviços de educação, saúde e infraestrutura urbana?**
- 5 – Como é a atuação da Prefeitura de Aquiraz na comunidade?**
- 6 – Na sua opinião, quais os maiores problemas enfrentado em Batoque, no que diz respeito as questões ambientais (dunas móveis) e sociais (violência, tráfico, favelização)?**
- 7 – O Batoque nos moldes que o senhor conhece hoje, existiria sem a promulgação da Resex?**
- 8 – Quando se deu sua chegada ao Batoque e como foi o processo de aquisição da casa de veraneio do senhor (a)?**
- 9 – Com que frequência o senhor vai ao Batoque?**
- 10 – O senhor tem relação parental com algum nativo em Batoque?**
- 11 – Quais os equipamentos (barracas, lanchonetes) o senhor utiliza quando vem ao Batoque?**

**APÊNDICE D – Roteiro de entrevista semiestruturada (comerciantes)**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PROPGeo  
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA**

**Objetivo:** Aprender os conflitos socioambientais presentes na RESEX do Batoque, considerando sua localização dentro de uma região metropolitana.

**Roteiro de Entrevista Semi - estruturada 1 – Conviventes (Comerciantes)**

<b>Nome:</b>
<b>Idade:</b>
<b>Sexo:</b>
<b>Profissão:</b>
<b>Escolaridade:</b>
<b>Naturalidade:</b>
<b>Nacionalidade:</b>
<b>Ramo Comercial:</b>
<b>Parte 1 – O Batoque e a comunidade</b>
<b>1 – O que é o Batoque para o senhor (a)?</b>
<b>2 – Como o senhor (a) enxerga as relações comunitárias em Batoque?</b>
<b>Parte 3 - A relação moradores e Resex</b>

**1- O que o senhor (a) pensa sobre a promulgação da Resex em Batoque?**

**2 – Quais as mudanças que você percebe que ocorreram após a promulgação da Resex em Batoque?**

**3 – Como o senhor avalia o desempenho do ICMbio na comunidade?**

**Parte 4 – Conflitos cotidianos em Batoque**

**1 – Como está o acesso ao Batoque?**

**2 – Como o senhor (a) avalia o serviço de mobilidade (meios de transporte)?**

**3- Como o senhor (a) avalia os serviços de educação, saúde e infraestrutura urbana?**

**4 – Como é a atuação da Prefeitura de Aquiraz na comunidade?**

**5 – Na sua opinião, quais os maiores problemas enfrentado em Batoque, no que diz respeito às questões ambientais (dunas móveis) e sociais (violência, tráfico, favelização)?**

**6 – O Batoque nos moldes que o senhor conhece hoje, existiria sem a promulgação da Resex?**

**7 – Quais as vantagens e desvantagens o senhor poderia pontuar acerca do turismo?**

**8 – Quais as dificuldades encontradas no desenvolvimento da sua atividade no contexto da Resex?**

## APÊNDICE E - Roteiro de entrevista semiestruturada (ICMBio)



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PROPGeo**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA**

**Objetivo:** Aprender os conflitos socioambientais presentes na RESEX do Batoque.  
**Roteiro de Entrevista Semiestruturada 1 – Estado (ICMbio)**

**Nome:** Mírian Magalhães Lucatelli

**Idade:** 34

**Sexo:** Feminino

**Profissão:** Analista Ambiental/ICMBio

**Escolaridade:** Nivel superior

**Função:** Chefe da RESEX do Batoque

### **1 – Quais são as competências do ICMBio em Batoque?**

É responsável pela gestão ambiental da Unidade. Na RESEX do Batoque nossa missão está descrita no decreto de criação da Unidade, que é: assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.

### **2 – Como o (a) senhor (a) encara a atuação do ICMBio dentro do Batoque?**

O ICMBio tem buscado cumprir sua missão, com um gestão que preza pela participação social nas decisões de gestão, apesar das limitações existentes relacionadas ao limitado orçamento do órgão gestor, entraves na consolidação territorial das áreas protegidas etc.

### **3 – Quais as dificuldades encontradas na gestão da RESEX do Batoque?**

Inicialmente, encontramos uma comunidade com pouca organização interna, desarticulada politicamente e dos outros movimentos sociais. A participação nas reuniões/ encontros eram muito baixas. Havia pouco sentimento de pertencimento ao local e não se reconheciam como uma comunidade tradicional. O processo de definição do perfil beneficiário da Unidade levou 2 anos para ser concluído em função de todo esse contexto na comunidade do Batoque. No entanto, esse processo “doloroso” de definição do perfil proporcionou à comunidade um clima de unidade que favoreceu a articulação com outros parceiros, a motivação das lideranças

antigas e surgimento de novas, o fortalecimento das associações existentes e maior participação nas decisões da Unidade.

Outra dificuldade relacionada à gestão da UC é a ausência de regularização fundiária, que levou o MPF a instaurar uma ação civil pública (0006876-56.2011.4.05.8100) que está em vigor desde 2012. A ACP visa garantir a regularização fundiária da área e para tanto determinou aos diversos órgãos, réus da ação, diversas ações para a conclusão da mesma. Enquanto isso, existe a proibição de construção de novas residências/obras na Unidade em desacordo com os objetivos da UC, o que tem ao longo de todos esses anos tensionado a relação do ICMBio com a comunidade. Importante frisar que o ICMBio cumpriu ainda em 2012 o que determinava a ACP. Ficou à cargo da SPU a delimitação dos terrenos de marinha que até o momento não foram concluídos.

#### **4 – Qual é a importância da RESEX para a permanência da comunidade em Batoque?**

A RESEX garantiu a permanência da comunidade na praia do Batoque. Foi a estratégia de permanência da comunidade no período de luta pelo território contra os grandes especuladores imobiliários. À propósito, este foi o principal objetivo de criação da UC.

#### **5 – Quais as medidas adotadas a fim de combater a especulação imobiliária?**

A Ação Civil Pública movida pelo MPF, após denuncia do ICMBIO, teve como grande objetivo barrar a especulação imobiliária na Unidade.

A definição do perfil do beneficiário também colaborou para esse fim, uma vez que apenas os beneficiários terão direito a residir na área.

#### **6– Quais as propostas de gestão para a RESEX?**

Atualmente a gestão tem focado nas ações de plano de manejo, sinalização e uso publico.

#### **7 – Como se dá o perfil do beneficiário em Batoque?**

Foram definidos os critérios do perfil do beneficiário em um processo longo e participativo que culminou com a publicação da Portaria ICMBio nº 106, de 2 de dezembro de 2016 no D.O.U, que aprovou o perfil da família beneficiária da RESEX do Batoque.

**8– Como se encontra a construção do plano de manejo para a RESEX do Batoque?** Iniciamos com a construção das regras para o turismo comunitário. Agora estamos avançando nas discussões sobre pesca e construção.

#### **9 – Quais medidas o ICMBio está adotando na manutenção econômico – social da comunidade extrativista em Batoque?**

A comunidade do Batoque, por ser uma Unidade de Conservação Federal, é apta a receber e já recebeu diversos incentivos e programas do Governo Federal e Estadual, como por exemplo o Programa Bolsa Verde, Assitências Técnicas (ATER), Créditos do INCRA, Projeto São José, Projeto Maré Cheia, Telecentros, cursos profissionalizantes, etc.

**10 – Como o (a) senhor (a) avalia a relação do ICMBio com a comunidade?** A relação sempre foi respeitosa, contudo é ciclica, possui momentos mais tensos, relacionados principalmente à proibição de construção de novas residências, e momentos mais harmoniosos, de mais parceria.

**APÊNDICE F– Roteiro de entrevista semiestruturada (Prefeitura Municipal de Aquiraz)**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PROPGeo  
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA**

**Objetivo:** Aprender os conflitos socioambientais presentes na RESEX do Batoque, considerando sua localização dentro de uma região metropolitana

**Roteiro de Entrevista Semi - estruturada 1 – Estado (Prefeitura Municipal de Aquiraz)**

**Nome:** José Ivanilson Araújo Rebouças

**Idade:** 52 anos

**Sexo:** Masculino

**Profissão:** Funcionário público

**Escolaridade:** Ensino superior completo

**Função:** Secretário Executivo de Meio Ambiente em exercício

**1 – Qual a importância do Batoque para o município de Aquiraz?**

É uma área de bastante importância para o Aquiraz, apesar de ter muitos conflitos, né? Nem tanto com relação a comunidade, mas com os órgãos, como o ICMBio. Então tem alguns conflitos que a gente tenta contornar, trabalhar em parceria. Por que o ICMBio é um órgão que ele cobra muito das outras entidades que tentam melhorar a situação do Batoque com relação a sua existência, né? Então ele quer ter sempre autonomia e realmente eles tem, por um lado ele tem razão de ter a autonomia que tem, porque eles são quem cuidam daquela reserva, mas assim, há um pouco de conflito muitas vezes. Não há um entendimento que deveria ser melhor consagrado entre os órgãos. Existe uma parceria, mas ela não é muito constante em todos os assuntos. A gente sempre discorda, eles sempre discordam do que a gente quer.

**2 – O fato de o Batoque ser uma Resex dificulta a atuação da Prefeitura? A resex se torna um obstáculo para o desenvolvimento do município?**

O intuito maior da prefeitura é sempre fazer o melhor para a comunidade, mas até pra fazer o

melhor pra comunidade tem que passar pelo ICMBio, que muitas vezes eles barram em situações básicas que eles não deixam a gente trabalhar com relação a alguns casos, alguns conflitos. Aí também tem o SPU, é outro órgão muito complicado de se trabalhar. Por que é muito difícil, é um órgão que tudo que você vai atrás de resolver com eles, ele vai empurrando com a barriga, joga pro município. Não querem assumir a real responsabilidade que eles tem e assim se torna um conflito, porque cada um fala uma linguagem diferente daquilo que realmente desejaria ter. Era pra ser uma linguagem só, trabalhar com um só conteúdo para melhorar a situação do Batoque.

É complicado pela falta de harmonia, de diálogo entre os órgãos. Não há uma vivência muito próxima entre os órgãos. Isso é muito ruim para a comunidade. Por que se a gente trabalhasse cada vez mais em conjunto e se tentássemos falar em uma linguagem só traria mais melhorias com mais facilidade, com mais vantagens pros moradores de lá.

Eu chamo de conflito isso, porque na verdade a gente fica numa póla de ping-pongue. A prefeitura fica sendo a bola e de um lado fica o SPU e do outro o ICMBio. Então qualquer coisa que a gente quer benefício pro Batoque tem que sair de um lado pro outro, de um lado pro outro tentando juntar as partes pra poder entrar num consenso, que é o mais difícil.

O Batoque ser RESEX dificulta a atuação da PMA. Até porque nós temos que ter muito cuidado com o que a gente faz lá. Até porque tudo tem que passar pelos órgãos federais, né? Então tudo que a gente vai fazer tem que falar com o ministério público, a gente tem que falar com o ICMBio, com o SPU. São os órgãos federais que tão encabeçando tudo com relação a reserva, mas que a prefeitura tem um trabalho essencial no Batoque, porque a comunidade pertence ao município e é como se a gente não tivesse autonomia perante ao pedaço de município que participa da nossa vida no dia a dia. Então assim, tem alguns serviços essenciais que por mais que seja essencial e obrigação do município fazer, tem que ter uma autonomia, o ICMBio tem que nos dar autonomia pra fazer aquilo que é necessário fazer naturalmente e obrigatoriamente pelo município. A limpeza da lagoa, por exemplo. Nós temos uma secretaria de meio ambiente e nós queremos fazer uma limpeza da lagoa do Batoque porque é muito sofrido e todo mundo da comunidade precisa dessa lagoa, certo? Pra algum tipo de sobrevivência, mas pra se fazer um benefício desse tem que passar primeiro pelo crivo do ICMBio. Se ele disser que autoriza, não autoriza. Se os técnicos deles acharem que não, isso não é uma coisa ideal de se fazer a gente fica de mãos atadas. A gente tem todo o aparato para se fazer, mas a gente não pode fazer porque o ICMBio não autorizou. Então a gente fica nesse impasse. Aí quando o ICMBio autoriza às vezes é uma área da união. Aí eu tenho que ter uma autorização da união ...Então esse tipo de conflito nos atrapalha às vezes em alguns assuntos relacionados ao Batoque.

Assim, a reserva tem suas vantagens, tá? Não posso dizer também que é um empecilho para conseguir algumas coisas pra comunidade não. A comunidade tem alguns benefícios em relação a isso, né? Primeiro porque não é todo mundo que pode chegar lá e meter a mão. Você não pode tá vendendo o que tem. Você não pode tá acabando com aquilo que é da reserva, mas em compensação o progresso pra chegar lá, em alguns aspectos se torna bem difícil. A prova é a briga que teve pra se chegar a estrada até lá. O que o povo do Batoque sofreu com essa

estrada. Aí o Batoque fica numa região que pra gente ter acesso já depende de um outro município. Então pra se conseguir a estrada, pra se trazer o progresso, trazer divisas foi uma briga de mais de 10 anos. Até chegar em um consenso e ver que a necessidade era grande e devido a pressões, a questionamentos ao próprio governo do estado que deu entrada na briga que saiu.

### **3 – Existe algum projeto a ser desenvolvido no âmbito da educação, saúde ou mobilidade?**

É uma área bastante difícil de trabalhar porque tem muita duna. A gente não pode mexer em duna móvel, a gente não pode mexer em duna fixa. São áreas de muito cuidado de se mexer, de se cuidar. Nós não enxergamos com bons olhos as ocupações nas dunas, né. Mas é uma situação muito complexa. Tipo aquela que acontece na prainha de Aquiraz também. Que a gente tem que ter muito cuidado com aquilo ali pra não virar favelamento. Por que Aquiraz ele é muito rodeado de dunas e áreas que são loteadas e que foram loteadas a muito tempo atrás antes de existir essas leis ambientais de hoje. Então com o passar do tempo as leis foram surgindo, mas antes das leis o pessoal invadiram áreas que hoje não são permitidas. Então assim, se a gente não tomar cuidado e não trabalhar direito o que tem, não é? O pouco que ainda tem que não foi invadido por pessoas leigas à lei. A gente se não tomar cuidado vira favelamento e a gente não pode deixar isso acontecer.

A secretaria de Meio Ambiente não tem controle sobre a limpeza pública é a secretaria de infra estrutura, mas nós do meio ambiente podemos fazer um estudo com nossos técnicos e se o ICMBio permitir ou se eles fizerem com a gente. Por que a gente tem que ter o aval deles e da Associação. Então assim, em conjunto tem como se melhorar. A gente sabe da necessidade até porque, principalmente nos finais de semana o aumento da população é muito grande. Essa população flutuante que vem em piqueniques, passeios e etc. E a gente sabe que realmente a demanda é muito grande. Já não era tão pequena só com a comunidade, até porque muita gente tem o hábito dos antepassados de enterrar lixo, de tocar fogo, de fazer...coisas que a gente sempre orienta trás reuniões que a gente fala pro povo não fazer isso. Até porque você fazendo isso a gente não tem parâmetros pra pedir um carro de lixo a mais. Por que a demanda tá aumentando dessa forma. O povo não tem a paciência pra esperar um pouco pra gente ver o montante e fazer um estudo em cima disso, então começa a se desfazer daquilo que na verdade não é pra ser feito daquela forma. Acredito que a SEINF também tem interesse, a prefeitura como um todo nós temos interesse em melhorar a situação do Batoque. Só precisa mesmo sentar e tentar resolver da melhor maneira possível.

Temos também o caso da poluição sonora que nós compramos o decibímetro a poucos dias atrás. Pra se trabalhar a poluição sonora nós temos que ter pessoal para trabalhar a noite. Por que o Aquiraz hoje ele só tem dois fiscais do meio ambiente. Um sou eu, que estou como secretário executivo, que antes só existia eu e hoje entrou uma nova funcionária então só tem nós dois como fiscais do meio ambiente. Eu não posso exercer os dois cargos, porque como eu estou no cargo de confiança eu não posso fazer o trabalho diretamente direcionado ao

meio ambiente. Nós não temos estrutura para apreender o paredão.

O ICMBio também lá ele não tem gente pra fazer o trabalho que também poderia ser feito, de fiscalizar, de nos ajudar e tudo mais. A gente fica de mãos atadas porque por mais que a gente tenha que autuar alguém no Batoque, tem que ter o ICMBio presente para efetuar essa notificação. Eu não posso de forma alguma entrar lá no Batoque e dar uma notificação à pessoa do próprio Batoque sem ter o aval do ICMBio. Eu não posso penalizar, notificar a pessoa sem antes passar pelo ICMBio, então isso que se torna complicado pra gente, entendeu? A gente muitas vezes não pode tomar uma atitude correta, real e a que a lei nos permite fazer, porque tem um órgão acima de mim que não nos permite. Então é por isso que tem que ter essa união que eu falo desde o início, se não tiver a gente não tem com fazer.

**ANEXOS**

## ANEXO A – Decreto que cria a Reserva Extrativista do Batoque

### **DECRETO DE 5 DE JUNHO DE 2003**

Cria a Reserva Extrativista do Batoque, no Município de Aquiraz, no Estado do Ceará, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista do Batoque, no Município de Aquiraz, no Estado do Ceará, com os objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.

Art. 2º A Reserva Extrativista do Batoque abrange uma área de aproximadamente seiscentos e um hectares e cinco centiares, localizados em terrenos de marinha, tendo por base as Folhas MIR-685 e MIR-752, publicadas pela Diretoria de Serviço Geográfico - DSG do Exército Brasileiro, e delimitação elaborada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -IBAMA, com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas 38°13'37.40" WGr e 04°00'39.33" S, localizado na margem esquerda do Riacho Bela Vista, segue por uma reta de azimute 257°09'03.48" e distância de 184,367 metros, até o Ponto 2, de coordenadas geográficas aproximadas 38°13'43.22" WGr e 04°00'40.67" S; deste, segue por uma reta de azimute 312°32'59" e distância de 766,01 metros, até o Ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 38°14'01.54" WGr e 04°00'23.82" S; daí, segue por uma reta de azimute 280°10'51" e distância de 418,65 metros, até o Ponto 4, de coordenadas geográficas aproximadas 38°14'14.90" WGr e 04°00'21.42" S; deste, segue por uma reta de azimute 295°26'54" e distância de 123,34 metros, até o Ponto 5, de coordenadas geográficas aproximadas 38°14'18.51" WGr e 04°00'19.70" S; deste, segue por uma reta de azimute 225°21'37" e distância de 351,53 metros, até o Ponto 6, de coordenadas geográficas aproximadas 38°14'26.61" WGr e 04°00'27.75" S; deste, segue por uma reta de azimute 242°00'24" e distância de 42,61 metros, até o Ponto 7, de coordenadas geográficas aproximadas 38°14'27.84" WGr e

04°00'28.40" S; deste, segue por uma reta de azimute 320°29'20" e distância de 579,39 metros, até o Ponto 8, de coordenadas geográficas aproximadas 38°14'39.81" WGr e 04°00'13.86" S; deste, segue por uma reta de azimute 202°27'01" e distância de 155,81 metros, até o Ponto 9, de coordenadas geográficas aproximadas 38°14'41.73" WGr e 04°00'18.55" S; deste, segue por uma reta de azimute 296°18'24" e distância de 340,72 metros, até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 38°14'51.64" WGr e 04°00'13.64" S; deste, segue por uma reta de azimute 26°38'18" e distância de 43,63 metros, até o Ponto 11, de aproximadas 38°14'51.00" WGr e 04°00'12.37" S; deste, segue por uma reta de azimute 33°08'37" e distância de 250,81 metros, até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 38°14'46.57" WGr e 04°00'05.53" S; deste, segue por uma reta de azimute 320°17'36" e distância de 399,05 metros, até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 38°14'54.85" WGr e 03°59'55.54" S; deste, segue por uma reta de azimute 355°25'17" e distância de 48,38 metros, até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 38°14'55.50" WGr e 03°59'54.10" S; deste, segue por uma reta de azimute 319°37'02" e distância de 1.050,24 metros, até o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas 38°15'17.59" WGr e 03°59'28.07" S; deste, segue por uma reta de azimute 51°01'14" e distância de 433,99 metros, até o Ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas 38°15'06.66" WGr e 03°59'19.17" S; daí, segue por uma reta de azimute 321°07'46" e distância de 1.107,16 metros, até o Ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas 38°15'29.21" WGr e 03°58'51.12" S; deste, segue por uma reta de azimute 77°06'49" e distância de 623,26 metros, até o Ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas 38°15'09.50" WGr e 03°58'46.61" S; deste, segue por uma reta de azimute 78°48'18" e distância de 97,86 metros, até o Ponto 19, de coordenadas geográficas aproximadas 38°15'06.40" WGr e 03°58'45.96" S; deste, segue acompanhando a margem da Lagoa do Marisco, por uma distância de 384,22 metros, até o Ponto 20, de coordenadas geográficas aproximadas 38°15'01.22" WGr e 03°58'39.27" S; deste, segue por uma reta de azimute 49°43'36" e distância de 267,62 metros, até o Ponto 21, de coordenadas geográficas aproximadas 38°14'54.60" WGr e 03°58'33.63" S, localizado na linha da preamar; deste, segue, no sentido sudeste, acompanhando a linha da preamar, por uma distância de 4.457,04 metros, até o Ponto 22, de coordenadas geográficas aproximadas 38°13'24.35" WGr e 04°00'23.75" S, localizado na interseção da linha de preamar com a margem esquerda do Riacho Bela Vista em sua desembocadura; deste, segue por uma distância de 1.384,35 metros, pela margem esquerda do Riacho Bela Vista, no sentido montante, até o Ponto 1, inicial

desta descritiva, perfazendo um perímetro aproximado de 13.510,06 metros. Art. 3º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA administrar a Reserva Extrativista do Batoque, adotando as medidas necessárias à sua efetiva implantação, formalizando o contrato de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas, na forma da lei. Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 5 de junho de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Marina Silva

Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em - <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/2003/Dnn9892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9892.htm)> Disponível em 6 mai. 2017.

## ANEXO B – Autorização para a realização da pesquisa



Ministério do Meio Ambiente - MMA  
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

## Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 60297-1	Data da Emissão: 18/09/2017 16:48	Data para Revalidação*: 18/10/2018
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

## Dados do titular

Nome: Amanda Quinteila de Castro	CPF: 037.692.933-20
Título do Projeto: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA RESERVA EXTRATIVISTA DO BATOQUE/ AQUIRAZ - CE	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	CNPJ: 07.885.809/0001-97

## Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	ENTREVISTAS COM MORADORES	10/2017	03/2018

## Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospeção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em <a href="http://www.mma.gov.br/gen">www.mma.gov.br/gen</a> .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da Infra-estrutura da unidade.

## Outras ressalvas

1	Antes de iniciar as atividades de campo, entrar em contato com a Associação de Moradores para comunicar a sua realização; imprimir a autorização SISBIO e sempre levá-la a campo; após concluído o trabalho, apresentá-lo junto ao conselho deliberativo da RESEX; enviar trabalho (digital) ao ICMBio e entregar cópia impressa à Associação de Moradores.
---	---

## Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		CE	RESERVA EXTRATIVISTA DO BATOQUE	UC Federal

## Destino do material biológico coletado

#	Nome local destino	Tipo Destino
1	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet ([www.icmbio.gov.br/sisbio](http://www.icmbio.gov.br/sisbio)).

Código de autenticação: 29879447



Página 1/2



Ministério do Meio Ambiente - MMA  
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

### Autorização para atividades com finalidade científica

<b>Número:</b> 50439-1	<b>Data da Emissão:</b> 21/08/2015 15:10	<b>Data para Revalidação*:</b> 19/09/2016
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

#### Dados do titular

Nome: Carlos Josué de Assis	CPF: 002.597.293-61
Título do Projeto: Ser ou não ser comunidade? Eis a questão! O turismo comunitário e os conflitos cotidianos socioespaciais na RESEX do Batoque/Aquiraz - CE	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	CNPJ: 07.885.809/0001-97

### Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº 03/2014, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Táxon*	Qtde.	Tipo de amostra	Qtde.	Data

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet ([www.icmbio.gov.br/sisbio](http://www.icmbio.gov.br/sisbio)).

**Código de autenticação: 98193453**



Página 2/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA  
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

### Autorização para atividades com finalidade científica

<b>Número:</b> 50439-1	<b>Data da Emissão:</b> 21/08/2015 15:10	<b>Data para Revalidação*:</b> 19/09/2016
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

#### Dados do titular

Nome: Carlos Josué de Assis	CPF: 002.597.293-61
Título do Projeto: Ser ou não ser comunidade? Eis a questão! O turismo comunitário e os conflitos cotidianos socioespaciais na RESEX do Batoque/Aquiraz - CE	
Nome da Instituição : UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	CNPJ: 07.885.809/0001-97

\* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.

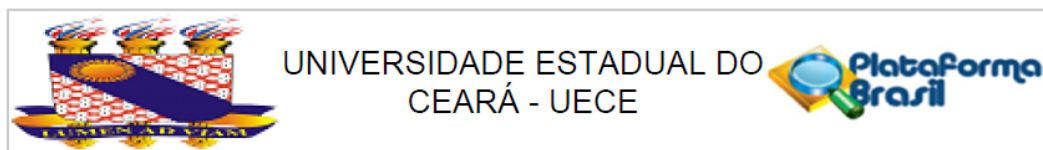
Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet ([www.icmbio.gov.br/sisbio](http://www.icmbio.gov.br/sisbio)).

**Código de autenticação: 98193453**



Página 3/3

## ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA RESERVA EXTRATIVISTA DO BATOQUE/ AQUIRAZ - CE

**Pesquisador:** AMANDA QUINTELA DE CASTRO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 80631317.2.0000.5534

**Instituição Proponente:** Centro de Ciências e Tecnologia

**Patrocinador Principal:** INSTITUTO DE ESTUDOS PESQUISAS E PROJETOS DA UECE IEPRO

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.623.919

**Apresentação do Projeto:**

O projeto é relevante, pois busca compreender as relações políticas que geram conflitos socioambientais em cenários de reservas extrativistas. Utilizar-se-á o método do materialismo histórico dialético, formulado por Marx e Engels, baseados na dialética de Hegel, o qual se aplicará por meio de uma interpretação materialista aos fenômenos, no qual se confrontará os agentes produtores do espaço de maneira dialética, os diferentes aspectos dos conflitos, as oposições e as contradições.

**Objetivo da Pesquisa:**

Compreender como se processa os conflitos socioambientais, a partir da relação sociedade/ natureza engendrada em uma reserva extrativista situada no município de Aquiraz, na região metropolitana de Fortaleza.

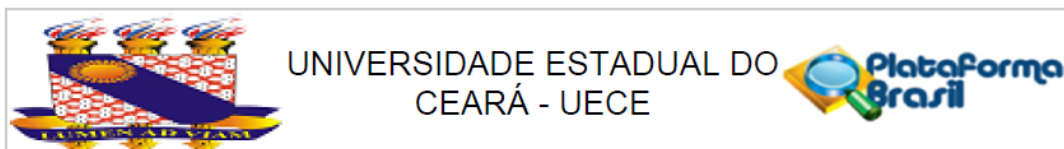
**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos e benefícios foram contemplados de forma coerente com a proposta do estudo.

Quanto aos Riscos, aponta exposição dos moradores a conflitos políticos internos.

Em relação aos Benefícios, a pesquisa contribui para a ciência geográfica, ao passo que aborda as relações existentes no espaço geográfico, onde se pretende evidenciar a relação sociedade/ natureza. A partir da discussão dessa analogia à luz dos conflitos socioambientais em Batoque, busca-se fornecer informações que enriqueçam a prática da pesquisa científica.

<b>Endereço:</b> Av. Silas Munguba, 1700	<b>CEP:</b> 60.714-903
<b>Bairro:</b> Itaperi	
<b>UF:</b> CE	<b>Município:</b> FORTALEZA
<b>Telefone:</b> (85)3101-9890	<b>Fax:</b> (85)3101-9906
	<b>E-mail:</b> cep@uece.br



Continuação do Parecer: 2.623.919

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa tem relevância social e científica uma vez que a compreensão dos conflitos socioambientais em áreas extrativistas podem contribuir para a redução dos mesmos ou para a solução das suas causas. O método utilizado é coerente com o objetivo do estudo e destaca de forma sucinta os principais riscos que são os de conflitos políticos os quais podem ser gerados durante a participação na pesquisa.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os Termo de Consentimento Livre e Esclarecido obrigatório foi corrigido segundo as pendências relatadas, quais sejam informações sobre o CEP da UECE e riscos da pesquisa, bem como assinatura e carimbo da folha de rosto padrão solicitada e as cartas ou termos de autorização para pesquisa dos dados documentais e no campo. Contudo, o cronograma segue desatualizado referente ao mês de 2016/2017. para se realizar pesquisa de campo ou pesquisa documental, é indispensável que o projeto seja antes submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa.

#### **Recomendações:**

Sugere-se que no método fique claro, bem descrito que fontes secundárias de pesquisa utilizará, pois fontes secundárias são documentos, arquivos e não referências bibliográficas ou de literatura. Atualizar o cronograma da pesquisa respeitando a ordem de submissão ao CEP, dando sequencia à data prevista para pesquisa documental e de campo até apresentação dos resultados.

#### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

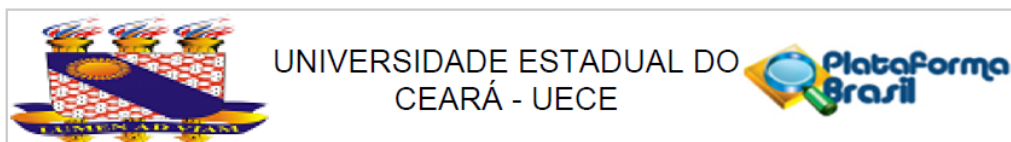
Enviar o relatório ao final da pesquisa.

#### **Considerações Finais a critério do CEP:**

#### **Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1022250.pdf	14/02/2018 22:53:28		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	21/11/2017 16:16:58	AMANDA QUINTELA DE CASTRO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_sisbio.pdf	30/10/2017 17:06:21	AMANDA QUINTELA DE CASTRO	Aceito
Projeto Detalhado	PROJETO_PLATAFORMA_COM_APE	30/10/2017	AMANDA QUINTELA	Aceito

**Endereço:** Av. Silas Munguba, 1700  
**Bairro:** Itaperi **CEP:** 60.714-903  
**UF:** CE **Município:** FORTALEZA  
**Telefone:** (85)3101-9890 **Fax:** (85)3101-9906 **E-mail:** cep@uece.br



Continuação do Parecer: 2.623.919

/ Brochura Investigador	ICE.docx	17:01:14	DE CASTRO	Aceito
Folha de Rosto	Scan0007.pdf	30/10/2017 16:57:42	AMANDA QUINTELA DE CASTRO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

FORTALEZA, 26 de Abril de 2018

---

**Assinado por:**  
**ISAAC NETO GOES DA SILVA**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Av. Silas Munguba, 1700  
**Bairro:** Itaperi **CEP:** 60.714-903  
**UF:** CE **Município:** FORTALEZA  
**Telefone:** (85)3101-9890 **Fax:** (85)3101-9906 **E-mail:** cep@uece.br

## ANEXO D – Ação Civil Pública



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ  
5.º OFÍCIO DA TUTELA COLETIVA**

**EXMO. SR. JUIZ FEDERAL DA 1ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO  
ESTADO DO CEARÁ**

**PROCESSO Nº: 0006876-56.2011.4.05.8100**

**MANIFESTAÇÃO JUDICIAL Nº 6615/2013**

Trata-se de Ação Civil Pública com pedido liminar proposta pelo Ministério Público Federal em face da União Federal, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, dos Cartórios Florêncio e Joaquim Pereira e do Município de Aquiraz, a fim de garantir a regularidade da Reserva Extrativista (RESEX) do Batoque, Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável, administrada pelo ICMBIO, mediante a paralisação imediata de qualquer construção na área delimitada para a RESEX, bem como da realização de operações de compra e venda de imóveis na citada área, proibindo-se, ainda, a ocupação indiscriminada das áreas de preservação permanente (APP's) situadas em todo o perímetro da UC.

Ademais, pleiteou a imposição à União do dever de demarcação física de toda a área da RESEX do Batoque, delimitando ainda seus terrenos de marinha e seus acréscidos.

Por fim, requereu a recomposição natural ou patrimonial dos danos porventura ocasionados aos ecossistemas protegidos, especialmente às áreas de preservação permanente, até, então indevidamente utilizadas na área da RESEX do Batoque.

2

Em 29/02/2012 (fls. 437/455), a liminar foi parcialmente concedida para:

a) determinar à ICMBio que se abstenha de outorgar quaisquer novas autorizações para qualquer obra ou atividade realizada na área da RESEX incompatível com os usos legais da RESEX do Batoque, abstendo-se, ainda, de dar sequência à qualquer procedimento de autorização para licenciamento e, ainda, a imposição de suspensão dos efeitos das autorizações porventura já outorgadas na área para qualquer tipo de construção ou reforma incompatível com os usos legais da RESEX;

b) determinar à ICMBio que realize, no prazo de 30 (trinta) dias, um levantamento técnico em toda a área da RESEX, identificando todas as edificações existentes, seus titulares, especificando-os e informando se são ou não nativos da região, o tipo de utilização do imóvel, o tipo de atividade econômica desenvolvida por cada uma das famílias identificadas, quais as construções destinadas a veraneio e quais as atividades extrativistas estão sendo realizadas na área da RESEX e quais são as pessoas que estão vinculadas a estas atividades, devendo, ainda, assumir toda a atuação administrativa de fiscalização, paralisando, de imediato, todas as obras e atividades em andamento incompatíveis com os usos legais da RESEX do Batoque e as que, por ventura, sejam iniciadas após à concessão da liminar;

c) determinar à UNIÃO que, através da Secretaria do Patrimônio Público (SPU), realize, no prazo de 30 (trinta) dias, a demarcação física de toda a área da RESEX do Batoque, delimitando, ainda, no mesmo prazo e dentro desta área já delimitada, seus terrenos de marinha, especificando quais as inscrições de imóveis existem junto à SPU/CE na área da RESEX do Batoque e quais são os imóveis, nesta mesma área, que não detêm qualquer tipo de inscrição junto à SPU/CE;

d) determinar Cartório Joaquim Pereira que se abstenha de realizar qualquer registro imobiliário relacionado com os imóveis compreendidos na área da RESEX do Batoque e incompatível com seus usos legais, devendo sempre consultar a SPU/CE, formalmente, em cada registro de compra e venda que for realizar no Município de Aquiraz, indagando se o imóvel a ser objeto do registro encontra-se, ou não, localizado nos limites territoriais da RESEX do Batoque;

e) determinar à UNIÃO que, através da SPU/CE, conclua, no prazo de 06 (seis) meses, a contar do deferimento da liminar, o procedimento de rerratificação da linha de preamar médio na área da RESEX do Batoque, definindo de forma correta e definitiva a sua dominialidade na região, ficando também a SPU/CE obrigada a, durante este prazo, não conceder qualquer forma de ocupação ou aforamento na região incompatível com os usos legais da RESEX do Batoque, ou permitir qualquer início de construção de intervenção incompatível com os usos legais da RESEX do Batoque em

área compreendida em seu domínio, conforme demarcação atualmente existente ou, ainda em terrenos presumíveis de marinha;

f) determinar à UNIÃO, através da SPU/CE, juntamente com o IBAMA, que delimite, no prazo de 60 (sessenta) dias, a faixa de praia em toda a extensão da área em litígio, correspondente a área da RESEX, identificando as possíveis intervenções que estejam ocupando esta faixa de praia, embargando e demolindo as encontradas em tal situação de ilegalidade;

g) determinar ao MUNICÍPIO DE AQUIRAZ que se abstenha de conceder alvará de construção para obra a ser realizada na RESEX do Batoque incompatível com seus usos legais e em desacordo com a legislação pertinente, e, ainda, sem a prévia aprovação pelo ICMBio, até o julgamento da presente demanda e que seja determinada a suspensão da eficácia dos alvarás já concedidos sem autorização da ICMBio.

A União foi intimada da liminar no dia 13/03/2012 e interpôs Agravo de Instrumento, tendo o TRF da 5ª Região deferido em parte o pedido de efeito suspensivo para: a) prorrogar o prazo de demarcação física da área da RESEX e delimitação dos terrenos de marinha até o final do primeiro semestre do ano de 2012 (30/06/2012); b) prorrogar o prazo para a delimitação da faixa de praia, imposta à SPU e ao IBAMA, permitindo-se que esta ocorra, também, até final do primeiro semestre (30/06/2012); c) reformar a decisão na parte em que determina a demolição das intervenções localizadas na faixa de praia.

A União informou que solicitou à SPU/CE, em 14/09/2012, informações sobre a realização de demarcação física da área da RESEX do Batoque e a delimitação dos terrenos de marinha. Entretanto, devido ao acúmulo de serviço naquele órgão, o expediente ainda não foi devidamente satisfeito (fl. 580).

Considerando que se passaram mais de 6 (seis) meses do prazo concedido no Agravo de Instrumento sem informação quanto à satisfação da liminar, o juiz determinou a intimação da União para cumprir a liminar, no prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de multa diária no valor de R\$ 5.000,00, consoante se infere das fls. 587/588.

A União interpôs Agravo de Instrumento e o relator do AGTR130883-CE deferiu em parte o pedido de efeito suspensivo

4

requestado tão somente para reduzir o valor da multa diária imposta à União para R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso.

Conforme despacho de fls. 717 da presente ação, os autos vieram com vista ao MPF acerca de petição de fls. 619/716, na qual a UNIÃO FEDERAL entende que:

1º) a determinação constante na alínea "c", relativa à demarcação física de toda a área da RESEX do Batoque fora cumprida;

2º) as determinações contantes nas alíneas "c" e "e", relativas à delimitação dos terrenos de marinha, sem especificação das inscrições de imóveis existem junto à SPU/CE, e a conclusão da rerratificação da linha de preamar na área do RESEX encontram-se em andamento pela SPU/CE e pelo Instituto Chico Mendes para efetivação;

3º) a determinação constante na alínea "f", quanto à delimitação da faixa de praia, fora cumprida.

Na oportunidade, a União requereu a dilação do prazo por 18 (dezoito) meses para o efetivo cumprimento da liminar acostada às fls. 437/455, bem como para que se torne sem efeito a multa aplicada em decorrência da expiração do prazo para o cumprimento da referida liminar, tendo em vista a alta complexidade para a sua efetivação.

**Quanto ao 1º tópico**, a União alegou que o ICMBIO informou que houve a aposição de marcos para demarcar a Reserva do Batoque e a sinalização foi providenciada em 2012, mas alguns destes foram danificados por intempéries e por depredação humana.

Assim, o ICMBIO recomendou, por meio da Informação nº 21/2013/AGU/PGF/PGE/ICMBio/CR6, com a máxima brevidade possível, a aposição de marcos de demarcação adequados às particularidades do terreno (dunas móveis) e a instalação de sinalização ostensiva para demarcar a RESEX do Batoque.

Ademais, União informou que o IBAMA teria apresentado a planta da RESEX especificando as unidades geoambientais contendo

5

a demarcação física de toda a área da RESEX do Batoque.

Compulsando os autos, observa-se que, segundo o MEMO nº 028/2012 – RESEX BATOQUE/ICMBIO/CE (fls. 668/675), das 19 placas instaladas, 2 foram danificadas.

Conforme Informação nº 021/2013/AGU/PGF/PFE/ICMBIO/CR6 (fls. 676/681), a Procuradoria do ICMBIO afirmou que a demarcação física de toda a área da RESEX do Batoque não pode ser interpretada como mera implantação de marcos de limites ou sinalização da área da unidade de conservação.

*Ressaltou, ainda, que “a definição dos terrenos de marinha, atribuição da União, através da SPU/CE, é de fundamental importância, inclusive para aposição dos marcos delimitadores da unidade na área da praia, principal região de conflito e invasões na RESEX do Batoque. Sem a definição dos terrenos de marinha e das demais terras pertencentes à União, não é possível seque a finalização do trabalho de implantação de marcos de delimitação e a correta sinalização da unidade.”*

Desta feita, é forçoso concluir que não houve o cumprimento integral da alínea “c” da liminar, seja porque não foi finalizado o processo de definição dos terrenos de marinha, imprescindível para a correta implantação dos marcos e sinalização da reserva, seja porque ainda falta a implantação de 2 placas, as quais foram danificadas e estão pendente de recolocação.

Quanto ao 2º tópico, a União asseverou que o processo se encontra em andamento, tendo em vista sua complexidade, e a SPU assumiu o compromisso de elaborar o Termo de Referência com o intuito de fornecer subsídios para que o ICMBIO licite e contrate serviços de cartografia e sondagem do solo, uma vez que a SPU/CE necessita da referida cartografia para iniciar a demarcação da Linha Preamar Média.

Ocorre que as diligências para o cumprimento da liminar deveriam ter se iniciado no dia **13/03/2012**, data da intimação da União

6

para cumpri-la. No entanto, apesar da prorrogação do prazo pelo TRF até o dia **30/06/2012**, apenas em **14/09/2012** a União solicitou informações à SPU/CE sobre a realização da demarcação física da área da RESEX do Batoque e a delimitação dos terrenos de marinha.

Desta feita, após aproximadamente 1 ano da prolação da decisão liminar, a União solicita a dilação do prazo por mais 1 ano e 6 meses para seu inteiro cumprimento. Ressalte-se que a União dispõe de órgãos em sua estrutura para a realização dos serviços de cartografia como, por exemplo, a Marinha do Brasil, por meio da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), ou o IBGE, que, inclusive, em seu site<sup>1</sup>, informa que o IBGE vem estabelecendo parcerias com órgãos federais para a construção de uma mapoteca topográfica digital nacional:

“Considerando-se as perspectivas de mudanças da sociedade, é necessário a articulação dos diferentes níveis governamentais, através dos órgãos que se utilizam da cartografia como ferramenta para seus projetos. Nesse sentido, o IBGE, com base na sua experiência acumulada em decorrência da sua atuação no Sistema Cartográfico Nacional, através do desenvolvimento do Plano de Dinamização da Cartografia, vem estabelecendo contatos e parcerias com órgãos federais e estaduais para identificação dos interesses mútuos e conseqüente desenvolvimento de trabalhos voltados para a geração de uma Mapoteca Topográfica Digital em nível nacional”.

Logo, observa-se que a necessidade de licitação para a realização do serviço de cartografia não justifica a mora da União em demarcar os terrenos de marinha.

Ademais, deve-se ressaltar que a multa diária deve permanecer para compelir a ré a cumprir a decisão no menor espaço de tempo possível. Ressalte-se que a discussão sobre sua imposição está ocorrendo em sede de agravo de instrumento e o relator, inclusive, diminuiu seu valor para R\$ 100,00 por dia. Desta feita, a referida matéria deverá ser apreciada pelo TRF e não no presente momento, notadamente porque é evidente a demora no seu cumprimento e esta, a

<sup>1</sup> <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/>

7

critério da promovida, permanecerá, uma vez que esta requereu o prazo de 18 meses para seu cumprimento.

**Quanto ao 3º tópico**, relativo à delimitação da faixa de praia, temos que o IBAMA informou o seguinte (fls, 711/712):

"Com efeito, a determinação de ser delimitada a "faixa de praia" da RESEX do Batoque **não** se consigna entre as atribuições da União, vez que tal, antes, era afeta ao IBAMA (conceito ambiental) atualmente está dita atribuição elencada ao ICMBlo (lei 11.515/2007, art. 1º, I), por ser uma RESEX unidade de conservação (UC) – lei 9.985/2000.

Ainda, insta consignar que a delimitação ordenada já foi espontaneamente efetivada por este Instituto – quando legalmente lhe cabia fazê-lo – conforme xerocópia (reduzida) que ora se junta, ficando vazio de objeto relativo a este tópico (letra f da Decisão a quo)."

Ocorre que o item "f" da decisão liminar, não somente determinava a delimitação da faixa de praia na área correspondente à Reserva do Batoque, mas também que **identificasse as possíveis intervenções que estejam ocupando esta faixa de praia, embargando e demolindo as encontradas em tal situação de ilegalidade**. Quanto a este último ponto, não houve manifestação da União e do IBAMA, razão pela qual o item "f" não foi integralmente cumprido.

Desta feita, o MPF não concorda com a prorrogação de prazo para cumprimento da liminar, bem como de desconsiderar a multa aplicada e, ainda, entende que não foram atendidos os itens "c" e "f" da liminar .

Fortaleza, 12 de abril de 2013.

MARCELO MESQUITA MONTE  
Procurador da República

ANEXO E – Perfil do beneficiário da RESEX Batoque

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE INSTITUTO CHICO MENDES DE  
CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

**PORTARIA Nº 106, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016**

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

DOU de 06/12/2016 (nº 233, Seção 1, pág. 47)

Aprova o perfil da família beneficiária da Reserva Extrativista do Batoque. (Processo 02070.001221/2015-91)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 21 do Decreto nº. 7.515, de 8 de julho de 2011, e pela Portaria nº 2.154/Casa Civil, de 7 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 8 de novembro de 2016, considerando a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; considerando o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais; considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 35, de 27 de dezembro de 2013, que disciplina no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes e procedimentos administrativos para a elaboração e homologação do perfil da família beneficiária em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais, com populações tradicionais; e considerando o constante nos autos do Processo ICMBio nº 02070.001221/2015-91 que embasa a elaboração e definição do Perfil da Família Beneficiária da Reserva Extrativista do Batoque, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Perfil da Família Beneficiária da Reserva Extrativista do Batoque constante no Anexo da presente portaria.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSK

ANEXO

PERFIL DA FAMÍLIA BENEFICIÁRIA DA RESERVA EXTRATIVISTA DO BATOQUE

Art. 1º - O Perfil da Família Beneficiária da Reserva Extrativista do Batoque para fins de identificação e registro destinados às ações de gestão e implementação da UC, considera:

§ 1º - Beneficiários:

I - Nativos que atendam a, pelo menos, um dos critérios especificados abaixo:

- a) Dependem exclusivamente dos recursos da UC (pesca, agricultura, vegetação) para sobrevivência;
- b) Dependem dos recursos da UC como um complemento da renda;
- c) Morar na comunidade;
- d) Ter ido embora da UC e querer voltar, para morar na comunidade, desde que não tenha vendido seus bens imóveis.

II - Moradores residentes que atendam a, pelo menos, a alínea "a" dos critérios especificados abaixo:

- a) Ter adquirido uma residência na UC até o ano de 2009 e morar na RESEX do Batoque desde 2009;
- b) Dependem dos recursos naturais da UC para sobrevivência;
- c) Dependem dos recursos naturais da UC como complemento da renda;

III - Moradores de comunidades vizinhas que já tiravam o seu sustento da RESEX até o ano de 2009, através do cultivo em vazantes, barracas de praia e pousadas, desde que possuam um bem imóvel na Unidade de Conservação.

§ 2º - Usuários:

I - Turistas que visitam a RESEX esporadicamente.

II - Veranistas que adquiriram imóvel na RESEX.

Art. 2º - Para efeitos desta resolução/ portaria considera-se:

Nativo: pessoa que nasceu na região abrangida pelos municípios de Fortaleza, Aquiraz, Pindoretama e Cascavel, e logo veio morar na RESEX Batoque, sendo que seus pais já eram moradores da UC.

Moradores residentes: pessoa que não possui origem na região, mas que adquiriu uma residência na RESEX Batoque para fins de moradia.

Veranista: pessoa que adquiriu imóvel dentro dos limites da RESEX do Batoque para fins de lazer.

Comunidades vizinhas: Balbino, Martins, Caracará, Pratius e sede do município de Pindoretama.